



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

---

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

O QUE REPRESENTAM OS ENUNCIADOS/PRÁTICAS SOCIAIS NAS  
INTERAÇÕES NA \**MANERA* BISSAU-GUINEENSE: INTERPRETAÇÃO  
SOCIOLÓGICA DAS TROCAS PRÁTICO-SIMBÓLICAS NA SOCIABILIDADE

Autor: Cadénio Marcos Cá

Brasília, 2025



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

---

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

O QUE REPRESENTAM OS ENUNCIADOS/PRÁTICAS SOCIAIS NAS  
INTERAÇÕES NA \**MANERA* BISSAU-GUINEENSE: INTERPRETAÇÃO  
SOCIOLÓGICA DAS TROCAS PRÁTICO-SIMBÓLICAS NA SOCIABILIDADE

Autor: Cadénio Marcos Cá

Dissertação apresentada ao Departamento de  
Sociologia da Universidade de Brasília como  
parte dos requisitos para a obtenção do título de  
Mestre.

Brasília, fevereiro de 2025



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

---

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

O QUE REPRESENTAM OS ENUNCIADOS/PRÁTICAS SOCIAIS NAS  
INTERAÇÕES NA \**MANERA* BISSAU-GUINEENSE: INTERPRETAÇÃO  
SOCIOLÓGICA DAS TROCAS PRÁTICO-SIMBÓLICAS NA SOCIABILIDADE

Autor: Cadénio Marcos Cá

Orientador: Doutor Edson Silva de Farias (UnB)

Banca: Prof. Doutora Haydée Glória Caruso Cruz  
(UnB)

Prof. Doutor Wedencley Alves Santana (UFJF)  
Prof. Doutor Bruno Vasconcelos (IFTM)



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

---

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus Ancestrais e à Deus pela minha existência e pela saúde e vitalidade que me mantém vivo e disposto! E a minha família na sua extensão e generalidade – Nunes Cá e Correia Có!

De forma especial, agradeço a minha mãe Helena Có por tudo que é e significa para mim – amor, grandeza, inspiração, referência, força, resiliência, coragem e esperança. Pelo amor e cuidado a mim dedicado, pela educação, e pelos ensinamentos e orientação a mim dado! Muito obrigado pela sua disposição em fazer de tudo para que a minha vinda ao Brasil fosse possível; e pela confiança depositada em mim e no meu potencial! Ao meu pai Marcos Cá (*in memoriam*). Aos meus tios-pais Júlio Poló Cá e José António Correia, meus eternos agradecimentos por todo apoio dado a mim e a minha mãe durante os tempos. Muito obrigado pela vossa inefável contribuição na minha formação acadêmica desde Bissau, e pelo auxílio com as despesas da minha viagem, sem aos quais esta não seria possível. Sou imensamente grato a tudo que fazem por mim! Igualmente, ao meu tio Fidel Agostinho Cá.

À minha amada tia-mãe Flora Nuna Correia (*in memoriam*), meus eternos agradecimentos pelo amor, cuidado e carinho a mim dedicado. Agradeço à Deus pela sua existência e por tudo que fizeste por mim ao longo dos tempos que estivemos juntos! De igual forma, agradeço aos meus irmãos e minhas irmãs, N´simba Marcos Cá, Ludiana Marcos Cá (*in memoriam*), Arlindo Marcos Cá, Catem Nunes Cá, Fernanda Correia Có, Vaz Pinto Có, Artemisa Onofre Sá, pela irmandade, pelos encorajamentos, e cuidados a mim dedicado.

Minha gratidão ao governo federal do Brasil pela criação da UNILAB e, conseqüentemente, pela oportunidade de realizar o sonho de conquistar diploma do Ensino Superior. Também, pelas políticas de Assistência Estudantil que me possibilitar manter na universidade e concluir duas graduações.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília – PPGSOL/UnB, meus agradecimentos pela oportunidade de ingressar no programa e cursar o mestrado como eu almejava muito. De igual forma, agradeço a coordenação, a todo corpo

docente, a secretaria e todos e todas servidoras do programa e do Departamento de Sociologia da UnB pelo acolhimento, convivência harmoniosa e troca de saberes.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), meus imensos agradecimentos pela bolsa de estudo a mim concedida; sem a qual a minha permanência na universidade e no curso não seria possível. Ao Decanato de Desenvolvimento Social da Universidade de Brasília pela bolsa auxílio de acesso gratuito ao Restaurante Universitário e pelo auxílio de inclusão digital.

De forma muito especial, agradeço, com muito carinho e apreço, ao meu ilustre professor e orientador Dr. Edson Silva de Farias, pela dedicação na construção e concretização deste trabalho. Agradeço pela experiência, conhecimentos e saberes sobre práxis de pesquisa a mim proporcionado no curso da orientação acadêmica para a produção dessa dissertação. Minha imensa gratidão pelo muito que aprendi com o senhor ao longo do processo de orientação em relação às experiências e aprimoramento do meu *know-how* sobre a arte de pesquisar. Sou grato ao senhor!

Os meus agradecimentos aos colegas estudantes da turma de mestrado – turma 2022, pelas convivências, amizades, partilhas e trocas de experiências e saberes. Aos meus colegas-parentes da entrada 2017.1 da turma de graduação na UNILAB, minha gratidão por tudo temos vivido e construído juntos desde Bissau até a data presente. Que o nosso espírito de irmandade e solidariedade à *guinendadi* continue constante igual ao sopro do vento!

Ao Braima Sadjo, Cadijato Boi Djaló, Décio Otto Carlos Gomes, Abdel Cassamá, Justino Gomes, Braima Calilo Sadjo, Carmolino Cá, Fernandes Orlando Zitha, Luciano Pereira dos Santos, Millena Ayla da Mata Dias, Hélio Alberto Arão, Fabiano Ferraz, Manuel (Jair) Borges, Felix J. Robinson Samuells, Marcelo A. Filho, Josaphat Desbas, Nelson Mendes, Marcos Domingos Embaná, António Lopes, Elizandro Fernandinho Có, Ginelsa Nelson Vieira Té, Braima N'ga Pereira, e muitos outros e outras chegados e parentes, meus agradecimentos pelas convivências, fraternidade, irmandade, pelos apoios a mim prestados e encorajamentos, e pela vossa direta e indireta contribuição na concretização dessa dissertação. Muito obrigado a todos e todas vocês! Vocês são minha família! Essa conquista é nossa! *Nô sta djuntu* (estamos juntos)!



## RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo os enunciados/práticas sociais concretizados com o emprego de *manera bissau-guineense* nas sociabilidades, e trechos de músicas em sua adjacência. Respalda em uma documentação das dinâmicas sócio-históricas em Guiné-Bissau, a proposta é ensaiar uma totalização analítica, agregando os componentes que conformam os contextos interativos que serão perscrutados no trabalho de campo. A *manera bissau-guineense* encontra-se esboçada como forma social no sentido simmeliano (Simmel, 2021). Isto é, uma organização social da experiência inerente a uma figuração a só tempo representacional e práticas sociodiscursiva. A sua recursividade em diferentes contextos conversacionais, apostamos, parece estar permeada por esse esquema de interpretação de julgamento prático em função do acionamento de uma disposição face a certo estado de coisas. Dentre estes enunciados/práticas, apresenta-se *Bissau i assim* (Bissau é assim); *Bu sibi ami i quim?* (Você sabe quem eu sou?); *Cunsi bu lugar* (Conheça o teu lugar); *Cabra nundê k'i maradu lá k'i ta cumê* (a/o Cabra/Bode se alimenta no local onde amarrada/o), ambas na grafia da língua *kriol* da Guiné-Bissau. A pesquisa tem como recorte espacial, Bissau – capital da Guiné-Bissau, país situado na costa oeste da África. E como o recorte temporal, o período entre a efetivação do Estado da Guiné-Bissau na década de 1970, após a independência nacional, à contemporaneidade. Se estabelece como o seu objetivo geral, uma interpretação sociológica, para isso fazendo recurso a uma análise qualitativa de conteúdo (Cano, 2012; Richardson *et al.*, 1985; Bardin, 1979), na qual se priorizará os planos da semântica e da hermenêutica no que se refere aos empregos de *manera bissau-guineense* nas trocas prático-simbólicas. Atenta-se às representações que circulam nos discursos em diferentes contextos em situações interacionais. O tratamento analítico e interpretativo do objeto de pesquisa consistirá na análise sociológica pela sua articulação com as abordagens dimensionais da linguagem (Bourdieu, 2008; Elias, 1998; Austin, 1990). Neste sentido, com a sua efetivação, espera-se produzir um discurso científico sociológico referente à explicação introdutória do fenômeno abordado. Pelo o que o constitui como acontecimento referente à regularidade de um padrão de conduta sociodiscursiva, espera-se contribuir nas discussões dos estudos sociológicos articulados com as dimensões da linguagem.

Palavras-Chave: *Manera bissau-guineense*; Intersubjetividades e representações; Trocas prático-simbólicas; Bissau – Guiné-Bissau.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

---

WHAT DO SOCIAL STATEMENTS/PRACTICES REPRESENT IN  
INTERACTIONS IN THE \*MANERA BISSAU-GUINEENSE: SOCIOLOGICAL  
INTERPRETATION OF PRACTICAL-SYMBOLIC EXCHANGES IN  
SOCIABILITY

**ABSTRACT**

This research has as its object of study the social statements/practices materialized with the use of *manera bissau-guineense* in sociabilities, and the statements on the excerpts from songs. Based on a documentation of the socio-historical dynamics in Guiné-Bissau, the proposal is to rehearse an analytical totalization, aggregating the components that make up the interactive contexts that will be scrutinized in the fieldwork. The *manera bissau-guineense* is outlined as a social form in the Simmelian sense (Simmel, 2021). That is, a social organization of experience inherent to a figuration that is both representational and socio-discursive practices. Its recursion in different conversational contexts, we bet, seems to be permeated by this scheme of interpretation of practical judgment as a function of the activation of a disposition in the face of a certain state of things. Among these statements/practices, we present *Bissau i assim* (Bissau is this way); *Bu sibi ami i quim?* (Do you know who I am?); *Cunsi bu lugar* (Know your place); *Cabra nundê k'i maradu lá k'i ta cumê* (the Goat feeds in the place where it is tieded up), both in the spelling of the *Kriol* language of Guiné-Bissau. The research's spatial cut is Bissau – capital of Guiné-Bissau, a country located on the west coast of Africa. And as the time frame cutout, the period between the establishment of the State of Guiné-Bissau in the 1970s, after the national independence, to the contemporaneity times. Its general objective is a sociological interpretation, for which it resorts to a qualitative analysis of content (Cano, 2012; Richardson *et al.*, 1985; Bardin, 1979), in which the planes of semantics and hermeneutics will be prioritized with regard to the *manera bissau-guineense* using in practical-symbolic exchanges. The attention is paid to the representations that circulate in the discourses in different contexts in interactional situations. The analytical and interpretative treatment of the research object will consist of sociological analysis on its articulation with the dimensional approaches to language (Bourdieu, 2008; Elias, 1998; Austin, 1990). In this sense, with its implementation, it is expected to produce a sociological scientific discourse referring to the introductory explanation of the phenomenon addressed. By what constitutes it as an event referring to the regularity of a pattern of sociodiscursive conduct, it is expected to contribute to the discussions of sociological studies articulated with the dimensions of language.

Keywords: *Manera bissau-guineense*, Intersubjectivities and representations, Practical-symbolic exchanges; Bissau – Guiné-Bissau.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CFA	Francos das Colônias Francesa na África
CNE	Comissão Nacional de Eleições
EAGB	Eletricidades e Águas da Guiné-Bissau
FMI	Fundo Monetário Internacional
PAE	Programa de Ajustamento Estrutural
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
POP	Polícia de Ordem Pública

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	11
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA .....	23
1.3.1. ARGUMENTO PROVISÓRIO .....	24
1.4 OBJETIVO GERAL .....	24
1.4.1 Objetivos Específicos .....	25
1.5 REVISÃO DA LITERATURA .....	25
1.6. METODOLOGIA.....	29
1.7. JUSTIFICATIVA .....	33
2. OS ENUNCIADOS/PRÁTICAS – MANERA BISSAU-GUINEENSE NA DINÂMICA DE SOCIABILIDADE.....	35
3. ABORDAGEM DOS ENUNCIADOS/PRÁTICAS SOCIAIS – MANERA BISSAU-GUINEENSE E SUA ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO.....	98
3.1 As pressuposições ou os conteúdos pressupostos nos performativos na <i>manera bissau-guineense</i> .....	105
3.2 As pressuposições ou os conteúdos pressupostos nos trechos de músicas .....	108
3.3 As <i>felicidades</i> e <i>infelicidades</i> dos performativos pelo seu proferimento nas situações interacionais no texto do capítulo I.....	111
3.3.1 A <i>felicidade</i> ou <i>infelicidade</i> do performativo <i>Bissau i assim</i> (Bissau é assim) pelo seu proferimento na interação em diferentes contextos conversacionais no texto do capítulo I.....	113
3.3.2 A <i>felicidade</i> ou <i>infelicidade</i> do performativo <i>Cunsi bu lugar</i> (Conheça o teu lugar) pelo seu proferimento na interação em diferentes contextos conversacionais no texto do capítulo I.....	115
3.3.3 A <i>felicidade</i> ou <i>infelicidade</i> do performativo <i>Bu sibi ami i quim?</i> (Você sabe quem eu sou?) pelo seu proferimento na interação em diferentes contextos conversacionais no texto do capítulo I.....	116
3.3.4 A <i>felicidade</i> ou <i>infelicidade</i> do performativo <i>Cabra nundê k'i maradu lá k'i ta cumê</i> (a/o <i>Cabra/Bode</i> se alimenta no local onde <i>amarrada/o</i> ) pelo seu proferimento na interação em diferentes contextos conversacionais no texto do capítulo I.....	118
4. AS TROCAS PRÁTICO-SIMBÓLICAS PELOS PRESSUPOSTOS E PELAS FELICIDADES E INFELICIDADES DOS PERFORMATIVOS .....	121

<b>5.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>144</b>
<b>6.</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>148</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Esta proposta de pesquisa tem como o objeto de estudo as interações pelos enunciados/práticas sociais<sup>1</sup> concretizados com o emprego de *manera*<sup>2</sup> bissau-guineense<sup>3</sup> na dinâmica processual de sociabilidades, focalizando as trocas prático-simbólicas a elas intrínsecas. A *manera bissau-guineense* encontra-se, em termos analíticos, aqui, esboçada como forma (forma social), no sentido simmeliano (Simmel, 2021). Em linhas bem gerais, diz respeito à organização social da experiência, fundada e conformada nas reciprocidades entre as pessoas, no enlace de aspectos simbólicos, próprios a processos sociohumanos múltiplos. Imprimindo-se, deste modo, como uma configuração socioespacial respaldada num esquema disposicional de sociabilidade, o qual se reverbera em espécie de modo de existência em uma perspectiva de mundo da/na vida social. Ou seja, trata-se de uma figuração, a só tempo representacional (referente a uma categoria de pensamento) e sociodiscursiva (ou seja, a orquestração de símbolos de comunicação). A recursividade dessa figuração em diferentes contextos conversacionais, portanto, parece estar permeada por esse esquema de interpretação de julgamento prático em função do acionamento de uma disposição face a certo estado de coisas.

Entretanto, a *manera bissau-guineense* se encontra substancializada – nesta pesquisa – não como uma diferença de tipo, em comparação às outras realidades, ao que poderia desembocar na ideia de exclusividade em um sentido de estar referida somente à realidade bissau-guineense. Mas como traço da particularidade que caracteriza essa realidade em uma dimensão histórica e socioespacial. Porém, que não consistindo em um arquétipo próprio

---

<sup>1</sup> As práticas sociais, na condição de ideia e coisa, isto é, na sua objetividade, encontram-se esboçada em representações com estado de compreensões e ordenado de significações no imbricamento e relação dialética entre significados intersubjetivos e facticidade objetivas, operadas na interação social e nas relações de interdependências sociofuncionais.

<sup>2</sup> Considera-se que se constitui imprescindível explicar e/ou contextualizar o emprego do termo/designação *manera*, para só depois, esboçar o que se coloca como *manera bissau-guineense*, uma vez que não é na língua portuguesa que se engendrou a sua menção. Equivalente ao substantivo **maneira**, da/na língua portuguesa, em seu significado – “modo ou método particular de fazer alguma coisa” –, a *manera*, sem a letra **i**, na língua kriol da Guiné-Bissau, encontra-se, aqui disposto, acoplado ao adjetivo gentílico *bissau-guineense* enquanto concepção imprimindo a noção da configuração de uma determinada realidade social, no caso, a realidade bissau-guineense. A ênfase no seu emprego como tal, decorre pelo desígnio de fazer jus ao kriol, pelo fato de os dizeres referentes aos enunciados/práticas que nela têm curso serem proferidas nessa língua.

<sup>3</sup> De forma direta, e em referência ao nosso sujeito de pesquisa, optamos por utilizar *bissau-guineense* a *guineense*, duas designações com função gramatical de adjetivo gentílico do povo da Guiné-Bissau, para melhor situá-los espacialmente, visto que, também, *guineense* é o gentílico pelo qual o povo da vizinha Guiné-Conacri/República da Guiné é designado. Entretanto, importa ressaltar que, por ocasiões de citações indiretas, o leitor, também, estará se deparando com *guineense*, vez ou outra, no corpo do texto.

fechado a partir de si mesma, dispõe de traço que tende a apresentar similitude com de outras paragens do mundo, ao exemplo do Brasil (Candido, 1970).

A pesquisa tem como recorte espacial, Bissau – capital da Guiné-Bissau, país situado na costa oeste da África. Caracterizado como contexto particular no qual se circunscreve uma realidade social, este país compreende o espaço social onde se recortará o campo do objeto desta pesquisa. Deste modo, a realidade à qual se refere consiste nas seguintes minúcias que a definem: um país colonizado, que dispõe de duas línguas nacionais (kriol e português), sendo a segunda, a única oficial (Augel, 2007); com povo (bissau-guineenses) formado por conjunto de grupos étnicos com línguas e características culturais diversas, engendrando sua constituição de existência sociocultural em duas dimensões. Isto é, bissau-guineenses na dimensão plural – a pluralidade étnica, e bissau-guineenses na dimensão singular –, a identidade nacional inerente à ideia do Estado nacional, que aqui será traduzida por totalização analítica.

O recorte temporal compreende o período entre a concretização do Estado da Guiné-Bissau na década de 1970, após a independência nacional, e a contemporaneidade. Isso, sem, no entanto, abrir mão em lançar olhares pontuais ao período colonial como período que antecede esse recorte temporal eleito para a abordagem do objeto desta pesquisa. A justificativa para esse olhar da colonização em retrospectivo se encontra fundamentada na tese de Mudimbe (2013), na qual se assevera que o encontro colonial foi ontoformativo. Pois, a partir dele emergiram novas ordens e estruturas sociais e, por conseguinte, constituição da sociedade colonial com realidades sociais novas, novas formas e padrões de relações. Encontro esse no qual a sociedade bissau-guineense agora, enquanto tal, originou-se pela experiência social decorrente do contato entre colonizador e os nativos que resultou na consequente formação social compartilhada por grupos étnicos, agenciado nas relações de interdependências com o colonizador e na montagem do Estado nacional bissau-guineense (Mendy, 1994).

Antes de enunciar o problema e os objetivos que se propõe com essa pesquisa, passa-se a fazer um sucinto delineamento do cenário sócio-histórico referente ao contexto empírico do recorte espacial da pesquisa – Guiné-Bissau e à sua capital, Bissau, e aproveitando por isto, justificar a sua definição.

Antes da chegada dos europeus à costa da Guiné, na costa oeste da África, no século XV, alguns territórios, incluindo o da atual Guiné-Bissau, pertenciam à grande Senegâmbia,

região que, geograficamente, era composto por atuais seis países africanos – Guiné-Bissau, Senegal, Gâmbia, e parte do Mali, Guiné-Conacri e Mauritânia (Barry, 1990). Territórios estes que, também, pertenciam o Império de Kaabu ou Gabú (século XVII-XIX), que na altura constituía um reino vassalo sob influência do vasto território do Império de Mali (século XIII-XVII) (Lopes, 2005).

Portanto, atendo-se ao nosso recorte espacial e, também, não indo além do recorte temporal estabelecido, deixamos de lado este rico componente histórico desse período para dedicar-se à questão colonial e seus desdobramentos, a seguir à criação do Estado nacional da Guiné-Bissau independente.

A relação comercial; a construção de fortes nas zonas costeiras – Cacheu em 1603, Bolama (?), Bissau em 1697, e a atividade de conversão ao cristianismo aos habitantes pelos missionários; algumas tentativas frustradas de dominação, instituição e cobranças de impostos na primeira fase da chamada “campanha de pacificação”; resistências dispersas a tais tentativas etc. foram os principais eventos que marcaram a presença portuguesa em algumas partes no território que compreende atual Guiné-Bissau, entre o século XVI e o alvorecer do século XX (Augel, 2007).

Esse território foi administrado, pelos portugueses, conjuntamente com o arquipélago de Cabo-Verde até o ano de 1879; período em que, transformado em província independente dessa administração conjunta e nomeado Guiné Portuguesa, passou a dispor de governo colonial autônomo com a sede na ilha de Bolama, e transferido para Bissau anos depois. Por conseguinte, com a efetividade da “colonização” em 1936, pela derrota dos Bijagós, na batalha que representou a última tentativa de resistências dispersas das etnias (bissauguineenses) à imposição colonial e, conseqüentemente, a implantação do Estado Colonial português (Mendy, 1994), Bissau foi transformada capital da colônia entre 1941-1974 (Milheiro; Dias, 2010), ao albergar a sede do governo colonial e toda a sua administração.

A seguir isto, a morosa integração de uma camada social de origem africana (na qual, os cabo-verdianos representaram a maioria) na administração colonial, que vinha acontecendo ao longo da segunda metade do século XIX. Uma vez que, entre outros aspectos – exploração econômica, dominação política, discriminação racial e cultural, repressão etc. –, a política colonial consistia, também, na assimilação e integração dos colonizados ao encontro da “missão civilizadora” de que os portugueses se autodeclararam atribuídos (Cardoso, 2004).

Entretanto, também, pela mesma política colonial, a sociedade colonial de então que passava a existir ostentava a estratificação social entre as diversas “identidades” étnico-culturais que conformam seus membros. Pela qual ficou dividida entre três categorias socio-identitárias: “civilizados”, “assimilados” – situados, maioritariamente, na capital Bissau –, e os “indígenas” ou “gentes de terra” – predominantemente habitados nas designadas zonas rurais. E depois, em duas com a pretendida supressão da categoria – assimilado (Cardoso, 1992). Por isso, eram os “civilizados” – os portugueses e seus descendentes, outros colonos e comerciantes europeus, e descendentes de um europeu e de uma africana; os “assimilados” – os africanos que sabiam ler e escrever a língua portuguesa, que se diferenciavam pelos usos e costumes da sua “raça”, em um sentido que esse conceito é apreendido nessa realidade – etnia, (incluindo a religião e/ou espiritualidade), e exercer um cargo público; e os “indígenas”, por último – os africanos da “raça” negra e seus descendentes “cujos usos e costumes fossem comuns àquela raça” e que, por isso, não tinham “evoluído” para a categoria do assimilado (Cardoso, 1992; Hernandez, 2005).

Pelo que seria extinção da categoria – assimilado, precisavam os “indígenas” preencher os seguintes requisitos para a ascensão à categoria do “civilizado” e, posteriormente, à cidadania: conhecimentos sobre a língua portuguesa, dispor de bens para o sustento próprio e da família, comportar-se bem e não praticar os usos e costumes comuns da sua “raça” etc. dos quais eram difíceis de cumprir devido a própria realidade sociopolítica e econômica da colônia (Cardoso, 1992; Lepri, 1986).

Pois para que se saiba ler e escrever a língua portuguesa, era necessário à educação, cuja realidade era de uma escola seletiva e discriminatória que, aos “indígenas”, oferecia somente o “ensino de adaptação” – ou seja, os conhecimentos básicos da língua e de cálculo (Koudawo, 1993). Também, era preciso ter trabalho (na administração colonial, no comércio, e exercendo outras atividades liberais) para que se conseguisse dispor de meios para se manter e manter a família; trabalho esse que era ocupado quase que somente pelos “civilizados” e os antigos “assimilados”. Entre esses últimos havia muitos de origem cabo-verdiana em relação aos guineenses pelo fato de “o pessoal da administração e das Forças Armadas não ter sido proveniente diretamente da metrópole, mas sim nas ilhas” de Cabo-Verde (Cardoso, 2004, p. 3). Também, pelo fato de, à esses, a política colonial ter conferido mais privilégios que aqueles em relação acesso à educação, ao exemplo do tardio surgimento do primeiro liceu de Bissau em 1958, quase um século depois, em relação à Cabo-Verde.

Deste modo, é neste quadro colonial de exploração econômica, dominação política, discriminação racial e cultural, opressão etc. que alvoreceu a aspiração pela independência nacional mediante uma “resistência unificada” composta por todas as identidades étnico-culturais – “assimilados e civilizados africanos” de origem guineense, cabo-verdiana, descendentes de cabo-verdiano e de guineense, e os “indígenas” guineenses; pelo agenciamento do fato de os atuais territórios de Guiné-Bissau e de Cabo-Verde terem sido administrados conjuntamente por um longo período, e pela mistura entre os dois povos no âmbito colonial, por conseguinte, ter nascido a relação de parentesco entre ambos. A história da figura de Amílcar Cabral (1924-1973) é bem ilustrativa quanto a isso: de pais cabo-verdianos, mas nascido na atual Guiné-Bissau.

Conjuntamente com seus companheiros, Cabral criou o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde – PAIGC em 1956. Partido esse que veio a transformar-se no único movimento político para a contestação da independência pela via armada, num projeto político da construção de um Estado binacional entre Guiné e Cabo-Verde. Isto, sem antes ter “eclipsado” outros movimentos políticos independentistas que aspiravam à independência por outros meios (Cardoso, 2004). Movimentos que respondiam ao fato de não estarem todos os grupos sociais interessados na independência nacional pela via armada, e mesmo na união dos dois povos e territórios.

Sob o *slogan* “Unidade Luta e Progresso”, o partido liderado por Cabral iniciou a luta armada pela independência em janeiro de 1963, e proclamou a independência da Guiné-Bissau, corridos os dez anos de luta em 24 de setembro de 1973. Um ano depois, 1974, Portugal reconheceu a independência da Guiné-Bissau, a seguir à independência de Cabo-Verde em 1975, e pôs-se fim à “colonização”. Com isso, Bissau foi transformada capital da República da Guiné-Bissau, e setor autônomo em relação às demais oito regiões administrativas nas três províncias do país, no que diz respeito à ordenação territorial.

Indo ao encontro da construção do Estado binacional com a independência, o PAIGC assumiu o destino da Guiné-Bissau e de Cabo-Verde na qualidade de Partido-Estado, e estabeleceu um governo cuja sua estrutura refletia a estrutura do partido; no qual Luís Cabral (1931-2009), cabo-verdiano, irmão de Amílcar Cabral, e então Secretário Geral (presidente) do partido, tornou-se no presidente da Guiné-Bissau, e Aristides Pereira (1923-2011), também cabo-verdiano, e então Secretário-Adjunto (vice) do partido, tornou-se no presidente de Cabo-Verde. Entretanto, “o poder político e as posições chaves foram

arrebatadas por indivíduos oriundos, na sua maioria, das camadas mais baixas [...]” (Cardoso, 2004, p. 11). Se algo assim não estancou o processo de elitização política, e de um poder político elitista e exclusivista, embora de aparência popular, que se instalou logo após a independência, a mobilidade social que se conseguiu através da luta pela independência “permitiu com que os menos privilegiados de outrora ascenderem socialmente” Idem, (2004, p. 12).

Para não alongar este delineamento sócio-histórico que se propôs sucinto, passamos então a apontar somente os principais eventos que marcaram o que se caracteriza, do ponto de vista histórico, como três fases da República – (1973-1980), (1980-1991), e de 1991 aos dias atuais, para depois seguir com discorrimento sobre a capital Bissau.

A primeira República – 1973-1980, foi marcada pela ação de concretizar o Estado binacional e conquistar o que fora então definido como “progresso”. No entanto, a segunda – 1980-1991, foi marcada pela cisão política e desagregação entre bissau-guineenses e cabo-verdianos e, conseqüentemente, abandono ao projeto de Estado binacional com passagem a existência de dois governos independentes na Guiné-Bissau e em Cabo-Verde, na sequência do golpe de Estado de 14 de novembro 1980, apelidado de “Movimento Reajustador”, liderado pelo João Bernardo (Nino) Vieira (1939-2009), bissau-guineense, então Comissário das Forças Armadas, equivalente ao Chefe do Estado Maior das Forças Armadas.

Conforme (Koudawo, 2001, p. 131), estavam entre os fatores mais patentes que levaram ao golpe “as lutas fratricidas de longa data entre a ala militar e a direção política do PAIGC; as contradições entre bissau-guineenses e cabo-verdianos em relação ao projeto de Estado binacional [...]” etc. Entretanto, Nino Vieira foi tornado ou tornou-se o Presidente da Guiné-Bissau após o golpe de Estado. E seguiu-se com o que vinha sendo tendência – elitização da classe política, e concentração dos poderes na Presidência pela eliminação do posto do Primeiro-Ministro (ocupado por um bissau-guineense até o momento do golpe) e incorporação de algumas estruturas do executivo no gabinete do Presidente (Cardoso, 2004). A isto, seguiu a “transição liberal” ou liberalização econômica na segunda metade da década de 1980, marcada pela tentativa de estabilização econômica que não deu certo (Cardoso, 1994), e depois pela execução do Programa de Ajustamento Estrutural – PAE relativo aos “acordos” com o Banco Mundial e o FMI, devido ao que foi designado como “incapacidade do Estado em continuar a ter um papel central na economia e a conseqüente retração da classe burocrática do Estado na gestão dos assuntos econômicos” (Cardoso, 2004, p. 13).

Conforme Duarte (1993, p. 267) com o PAE, a Guiné-Bissau “intencionava sanear os desequilíbrios macroeconômicos e provocar o relance de sua economia com medidas tendentes à racionalização da administração e de incentivos à iniciativa privada”. A sua execução sinalizou, efetivamente, o fim da “era das tentativas de socialização da economia nacional e do início da era da economia de mercado”.

A terceira República – de 1991 aos dias atuais –, foi marcada pela liberalização política (democratização), na qual, o PAIGC deixaria de ser o Partido-Estado perante a abolição do Artigo 4º da Constituição de 1984, que dizia que era o partido a única “força dirigente da sociedade e do Estado” da Guiné-Bissau. E com isso, seguiu-se com série de alterações institucionais – formalização do novo sistema político de governação, criação de partidos políticos, associações, sindicatos, fóruns sociais, criação da Comissão Nacional de Eleições (CNE) e sistema eleitoral –, até a organização das primeiras eleições pluralistas de sufrágio universal em 1994, vencidas pelo PAIGC, ao que Koudawo (2001) coloca como resultado da não transparência do sistema eleitoral, e a inexperiência da oposição.

Portanto, deixando de ser o Partido-Estado com o novo quadro político social da era “democrática”, o PAIGC cessou de ter a “monopolização da vida econômica, política, social e cultural do país” (Cardoso, 1994). De modo que, com as duas liberalizações – política e econômica, pôs-se fim ao projeto independentista e nacionalista da construção do Estado de cariz “socialista” com a administração política centralizada no partido único e socialização da economia nacional.

O contexto pós-eleitoral foi marcado por crises político-militares que desembocaram numa guerra civil de onze meses entre 1998-1999. Crises essas que seguem presente aos dias atuais num quadro de instabilidade política e institucional marcado pelos levantes militares com envolvimento políticos; Golpes de Estado e demais tentativas; derrubes de governos eleitos pelas urnas; assassinatos político-militares indefinidos; tráfico internacional de drogas envolvendo políticos, militares, empresários e outros sujeitos com ligações às instituições do governo e do Estado; de restrições de liberdades de expressão e de imprensa etc. Numa Guiné-Bissau de economia frágil, dependente e submissa aos ditames da política econômica dos organismos monetários internacionais; dependente de ajuda orçamentária para tentar cobrir e/ou fechar as contas do Orçamento Geral do Estado; de *déficit* fiscal no controle e arrecadação; de inflação desenfreada; de baixo investimento público na saúde, educação, infraestruturas etc. E que tem se apresentado com enormes dificuldades para pagar

os respectivos salários dos funcionários públicos. Pelo que, com isso, passamos então a fazer um breve apontamento sobre a sua capital – Bissau.

“À chegada dos primeiros europeus à Costa da Guiné, os povos autóctones encontravam-se organizados em grupos étnicos, cada um possuindo seu ‘chão’, território no qual se encontram habitados), uma organização social política própria, e uma economia de subsistência [...]” (Cardoso, 2004, p. 2). Desse modo, eram os povos da etnia Pepel os “donos do chão” em relação ao território que veio a ser denominado por Bissau. Entretanto, pelo o estado da “autoridade colonial” e, posteriormente, da do PAIGC na qualidade de Partido-Estado, no contexto do Estado nacional na pós-independência, os Pepéis passaram a não ser os únicos habitantes de Bissau e, conseqüentemente, donos de seu chão; pois Bissau passou a consistir no chão de todos os bissau-guineenses.

Em termos de urbanização e integração nacional, a cidade de Bissau, desde a “colonização” aos dias atuais, tem-se desenvolvido em demasiada desproporção em relação às demais regiões do país. De modo que, apesar da não existência de uma localidade habitada exclusivamente somente por indivíduos de uma determinada etnia devido configurações sociais novas articuladas aos diferentes desenvolvimentos ocorridos no território nacional, que se caracterizam pelo fluxo da migração interna e trânsito das pessoas e bens, pelo qual, a mistura e convivência entre os diversos grupos étnicos tem se agigantado cada vez mais, algumas partes nessas regiões e/ou a região toda continuam a apresentar predominância de uma determinada etnia em termos de habitação e ocupação de espaço. Na qual, pela manifestação sociocultural, língua e outros aspectos inerentes, continuam ainda a ser designados de chão da etnia X – chão dos Bijagós, por exemplo.

E isso não aparenta ser diferente em relação ao âmbito da empiricidade do nosso objeto de pesquisa, em razão de ser a presença colonial com todo o seu reflexo e concomitância (a assimilação cultural da metrópole colonial, para citar um) mais intensa e efetiva em Bissau. E também, por ser ali, por conseguinte, onde se teve e continua a ter o maior desenvolvimento do que se tem construído como identidade nacional – a soma e mistura da socioculturalidade de diferentes matrizes do mosaico étnico-cultural bissau-guineense, na qual a cultura e língua *kriol* de base cultural da metrópole colonial tem sido preponderante – forjado no enlace do histórico da colonização e na luta pela independência. De modo que, nela é mais acentuada o que se poderia caracterizar – quando se pode falar disto – por grau de pertencimento em relação ao ser bissau-guineense em comparação às

outras regiões do país, porque é onde, nas pessoas, manifestam mais as singularidades dos traços de suas identidades étnicas.

A capital Bissau tornou-se a maior cidade e principal centro político-administrativo e econômico do país ao albergar toda a estrutura administrativa do governo central do Estado nacional. Razão pela qual continua a apresentar-se, em comparação às outras regiões do país, desproporcional em relação à infraestrutura, acesso à saúde, à educação, ao emprego, à cultura, bens e tecnologia etc. De modo que se tem registrado massiva deslocação dos designados de “*tabankeros*<sup>4</sup>” [os da *tabanka*/vila/interior] e os “*pô(s)-di-terra*” [pau(s)-da-terra]<sup>5</sup> – cuja maioria, quando não todos, compreendia os designados “indígenas” e/ou “gentes de terra” pelo colonizador – de campo para cidade. Sendo que, por isso, a Bissau passou a compreender a reunião e concentração de toda a diversidade sociocultural do país.

Ao que se poderia designar por “estética da cidade”, consta que, com exceção da zona centro (Bissau *bedju* ou velha Bissau, como denominado popularmente, e construído pelo colonizador), a cidade de Bissau, da independência para cá, foi crescendo e se expandindo em termos territorial sem aparente implementação do planeamento urbanístico da cidade. Na qual, pela ausência de um formato relacionado às funcionalidades nas/para as construções, foi tomando forma inerente às heterogêneas e às (des)organizadas edificações que foram se erguendo ao longo dos tempos. O resultado disto tudo compreende “mistura do urbano, à moda Bissau, do suburbano e rural; do antigo e o moderno; de avenidas, ruas, conglomerado de becos e feiras-mercados”; tornando difícil, por isso, a identificação de espaços/setores funcionalmente diferenciados (zonas habitacionais, industriais, comerciais etc.) (Cadénio, 2023, p. 5).

Portanto, em uma perspectiva processual da formação social que vai da “colonização” à contemporaneidade, assim como na maioria dos recém independentes países do continente africano, quando não todos, pela experiência, a Guiné-Bissau (os grupos étnicos e, também, agora bissau-guineenses) passou a conformar uma totalização com identidade (no caso, identidade nacional), língua e cultura “próprias”, habitando o mesmo território, compartilhando mesma história, crença e valores, pelo histórico da “colonização”,

---

<sup>4</sup> Termo/adjetivo usado para classificar as pessoas que vivem nas zonas rurais.

<sup>5</sup> Termo/adjetivo geralmente usado em discriminação às pessoas, pela ideia de “não *panharem-pé*” ainda, isto é, de “não serem entendidos” – ao que seria, nos termos mais explícitos, por serem não proficientes/hábéis de conhecimentos e prática, em relação ao que se poderia referir de maneiras de estar, *modus vivendi* e/ou *modus faciendi* dos códigos culturais padrões do contexto em que se fala.

e a formação do Estado nacional bissau-guineense nos moldes modernos, logo após a independência.

Mediante esta totalização empírica, que serve de substrato à *manera bissau-guineense*, a sociedade, ou o mundo social bissau-guineense, na dinâmica das interações, encontra-se permeado por enunciados/práticas construídas na e pela experiência à contrapartida com funcionalidade de “códigos” na interação e relações de interdependência. Aspectos estes que, apesar de não disporem de estatuto – ao exemplo de leis e códigos de trânsito –, tais tipificações se conformam pela experiência, em espécie de “código de orientação nas sociabilidades”. Dentre os quais, apresenta-se *Bissau i assim* (Bissau é assim); *Bu sibi ami i quim?* (Você sabe quem eu sou?); *Cunsi bu lugar* (Conheça o teu lugar); *Cabra nundê k'i maradu la k'i ta cumê* (a/o Cabra/Bode se alimenta no local onde amarrada/o), ambas na grafia da língua *kriol* da Guiné-Bissau.

Em uma tentativa de antecipar o que significam, em linhas gerais, apresenta-se às seguintes descrições introdutórias:

- *Bissau i assim* (Bissau é assim): apreendido como inerente à ideia de que assim é o mundo social bissau-guineense, este enunciado/prática parece se encontrar relacionado à maneira como se proceder para se poder conseguir algo material ou simbólico diante de certas circunstâncias face ao estado de coisas.

- *Bu sibi ami i quim?* (Você sabe quem eu sou): este enunciado/prática se apresenta como remetendo à ideia e prática a qual se opera para fazer a afirmação e/ou reafirmação de autoridade e/ou diferença relacionada ao que seria uma “hierarquia paralela” coexistente ao convencional (...).

Como já foi assinalado atrás, a *manera bissau-guineense* dispõe de traço que tende a apresentar similitude com congêneres observados em outras paragens do mundo, ao exemplo do Brasil. Neste sentido, inserindo um paralelo – que será mais aprofundado no momento de análise interpretação – com o caso brasileiro, *Bu sibi ami i quim* seria, mais ou menos, semelhante ao “sabe com quem está falando?”, estudado pelo antropólogo Roberto Damatta, em *Carnavais, malandros e heróis* (1997); definido por ele como “rito autoritário” de separação de posições sociais. Para Damatta, o recurso a este rito, quando usado num caso por uma “pessoa”, isto é, um “ego que pensa ser superior”, é tendente a invalidação da lei geral, impessoal, universal, por se considerar especial e, por isso, não igual aos “indivíduos” perante essa; e, usado para validar a mesma lei em outro, pela “pessoa” mais alta na

proporcionalidade da “altura social”, ao encarna-la e possuir autoridade sobre os outros e o comando da situação. Ainda nos termos desse autor, diante da lei geral e impessoal, este rito autoritário “permite estabelecer a pessoa onde antes só havia um indivíduo”. E que não é exclusivo de uma categoria, grupo, classe ou segmento social, pois os inferiores socioestruturais não deixam de fazer o seu uso no que tange à projeção social em certas circunstâncias diante do indivíduo pronto a curvar-se, por ser inferior dentro do sistema (Damatta, 1997).

- *Cunsi bu lugar* (Conheça o teu lugar): ao que representaria a ideia de estar em conformidade com a realidade – realidade bissau-guineense –, este enunciado/prática parece se encontrar inerente à advertência/aconselhamento relacionada ao “dever” de os sujeitos/agentes conhecerem e estarem nos seus “devidos lugares” e, por conseguinte, orientarem-se em conformidade dele. Isto, em função de se encontrarem em uma sociedade na qual as pessoas se distinguem pelas diferenciações sociais. E pela forma como essas diferenciações atuam para o sucesso em conseguir algo no mundo mediante o seu acionamento face ao estado de coisas.

- *Cabra nundê k'i maradu la k'i ta cumê* (a/o Cabra/Bode se alimenta no local onde amarrada/o): este enunciado/prática é intrínseca às deliberações, juízos, escolhas e performances que se dão nas diversas esferas em que se relacionam mutuamente o material e o simbólico. Deste modo, referente ao adquirir algo (bem material ou simbólico) em ocasião de tal circunstância (de a/o Cabra/Bode se encontrar amarrado/a) parece “não representar o ilícito”, não importando se o adquirido é alheio ao sujeito/agente adquirente.

Diante da iminente ausência de uma base documental consolidada, importa enfatizar que é da autoria deste pesquisador a tradução dos significados destes enunciados/práticas para a língua portuguesa, esboçando suas sucintas descrições e, conseqüentemente, uma primeira documentação. Estas descrições são introdutórias, portanto, cabe sublinhar que, com a possibilidade de colocá-la em suspenso, é pela presente pesquisa – nesta e outras futuras – que se pretende compreendê-la para melhor interpretá-la. Por conseguinte, tal feito referente à sua documentação e descrição se efetiva mediante à mobilização e agenciamento de conhecimentos decorrentes da minha própria experiência social, enquanto membro integrante do mundo social, ou seja, o campo de sua ocorrência em Bissau.

Como dito anteriormente, o objeto dessa pesquisa também contempla trechos de letras de músicas – na língua *kriol* – de músicos bissau-guineenses, a serem apresentados em

seguida. Trecho de letra da música intitulada *Li ki li – Aqui que é aqui* – (2018), do músico Mc Mário, (transcrição e tradução minha):

<sup>6</sup>[...] *Sejam bem-vindos à terra da desordem  
Aqui você se dá mal, quando tentas meter a ordem  
Se tentares sair de homem para seres super-homem  
A vida acaba custando-lhe cara como às roupas do BODEM<sup>7</sup> [...]*

Trecho da letra da música intitulada *Considju nacional – Conselho nacional* – (2020) do músico Justino Delgado, (transcrição e tradução minha):

<sup>8</sup>[...] *Na minha terra não há respeito, mas não há  
Na minha terra ninguém não é ninguém, toda gente é alguém  
Na minha terra a lei não é cumprida, mas não é que não existem  
Na minha terra o poder está na rua [...]*

Trecho de letra da música intitulada *Fossa* (2010), dos músicos Masta Tito; NB, (transcrição e tradução minha):

<sup>9</sup>— [...] *‘Dá-me a chave’  
— ‘Não vou dar’  
— ‘Dá-me a chave’  
— ‘Não vou dar’  
— Sabes quem eu sou; eu sou o King-Kong  
Militares bateram os trânsitos (policiais de trânsito) até babarem [...]*

Deste modo, no que concerne ao seu tratamento analítico e interpretativo em função dos objetivos com essa pesquisa e pelo o emprego do método da análise de conteúdo, esse

---

<sup>6</sup> [...] *Bô sedu bem-vindo a terra di desordem  
Li bu ta da mal, hora ku tenta miti ordem  
Su tenta sai di omi pa sedu super-homem  
Vida ta bim custau caro suma ropas di BODEM [...]* (Mc Mário, *Li ki li*, 2018, transcrição minha).

<sup>7</sup> Centro comercial em Bissau com mini shopping center e mini mercado, capitulado de cara, popularmente, em relação aos seus artigos, incluindo às roupas.

<sup>8</sup>[...] *Na n’ha terra rispitu ka tem, ma i ka tem  
Na n’ha terra ningui i ka ningui, tudo djinti i alguim  
Na n’ha terra lei ka ta cumpridu, i ka kuma i ka tem  
Na n’ha terra puder sta na rua [...]* (Justino Delgado, *Considju nacional*, 2020, transcrição minha).

<sup>9</sup> — [...] *‘Dan tchabi’  
— ‘N’ka na da’  
— ‘Dan tchabi’  
— ‘N’ka na da’  
Bu sibi ami ki quim; ami ki King Kong  
Militares suta trânsitos tôk é na baba [...]* (Masta Tito; NB, *Fossa*, 2010, transcrição minha).

material empírico (objeto de pesquisa) que acabou de ser apresentado estará disposto por meio de uma descrição objetiva e sujeito à análise com a finalidade de interpretar, qualitativamente, suas características no plano sociodiscursivo relacionado às representações no contexto na qual são operadas. Os pormenores sobre como serão trabalhados se encontram aprofundados mais à frente, na seção sobre o procedimento metodológico.

## 1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Assim como em outras realidades, o mundo social bissau-guineense se encontra permeado por códigos sociais de sociabilidade instituídos, ao exemplo de leis (códigos do trânsito) que, enquanto tal, constituem-se em disposições corporais para a efetivação de sistemas de referência. Entretanto, esse mundo se encontra transpassado por enunciados/práticas apresentados, não tão somente como o social instituído e sim como socialmente experienciado que, por conhecido e “reconhecido”, traduz-se como o “óbvio”, no sentido de afigurar-se como realidade social factual. Operado como “disposição social estabelecida” sem, no entanto, vincular-se à uma institucionalização oficial, esses enunciados/práticas na *manera bissau-guineense* é captada como “código disposicional de sociabilidade”. Nesta última, de maneira relativa, intersubjetivamente, os sujeitos/agentes sociais (bissau-guineenses enquanto totalização empírica) se “reconhecem” e, em geral, se orientam nas interações.

Interações essas a serem registradas com base no recurso a uma mediação dinâmica entre a realidade contemporânea bissau-guineense e ficção pela descrição abrangendo entre outras as duas seguintes situações empíricas nas quais o acionamento de enunciado/prática se mostram mais heurísticas, e que serão priorizadas em relação às trocas entre os sujeitos/agentes a serem observadas e analisadas: a) interlocução entre sujeitos/agentes em situação de atendimento no serviço público no cartório notarial do centro de Bissau; b) interlocuções no *Toka-toka*, (transporte público urbano de Bissau) envolvendo motorista, cobrador, os passageiros e o policial (guarda) de trânsito no âmbito da mobilidade urbana.

Ante isso, tem-se a seguinte questão como pergunta de pesquisa: para os bissau-guineenses, em uma perspectiva da dinâmica processual de sociabilidade, como os enunciados/práticas na *manera bissau-guineense*, associados a uma competência prática, sem, no entanto, vincular-se à uma institucionalização, se constituem em disposições nas

quais, enquanto totalizações empíricas, “todos se reconhecem e se orientam” nas interações, compondo interdependência sociofuncionais?

Outro aspecto que entendo como importante a ser ressaltado na problematização da pesquisa é que a proposta não se volta à fenomenologia do falante e sim, ao agir comunicativo inscrito em tramas interacionais, mas atravessado recursivamente por saberes que tanto remetem a estoques intergeracionais como também regras práticas de usos que incidem no controle e em certo nível de padronização das realizações conversacionais.

### **1.3.1. ARGUMENTO PROVISÓRIO**

A usar a ideia de hipótese, enunciamos o seguinte argumento provisório para resposta à nossa pergunta de pesquisa: pressupõe-se que na dinâmica processual de sociabilidade, as representações que circulam nas trocas prático-simbólicas com o emprego da *manera bissau-guineense*, isto em meio à comunicação concretizada nos enunciados/práticas (em seu conteúdo e sentido) em diferentes contextos intersubjetivos nas situações interacionais, consistem em expressão das disposições – esquema de interpretação de julgamento prático. São socialmente experienciadas e isto significa dizer que são operadas nas circunstâncias, mas são condicionadas na possibilidade da sua existência pelo enlace de processos sociais múltiplos. Enfim, especulamos que, compondo interdependência sociofuncionais, mediante o emprego desses artefatos simbólicos comunicativos, os bissau-guineenses (enquanto totalizações empíricas), tendem a se “reconhecerem e se orientarem nas interações”, pelo seu acionamento nos planos da percepção e da reflexividade.

### **1.4 OBJETIVO GERAL**

No recurso a uma análise qualitativa de conteúdo, na qual se prioriza os planos da semântica e da hermenêutica, a proposta é interpretar sociologicamente os empregos da *manera bissau-guineense* nas trocas prático-simbólicas. Para isto, atendo-se às representações que circulam nos discursos em diferentes contextos intersubjetivos nas situações interacionais.

### 1.4.1 Objetivos Específicos

- Respalado em uma documentação das dinâmicas sócio-históricas em Guiné-Bissau, a proposta é ensaiar uma totalização analítica, agregando os componentes que conformam os contextos interativos que serão perscrutados no trabalho de campo. Sem, no entanto, procurar esgotar tampouco tomar a realidade social como algo coeso, acabado, fechado a partir de si mesma;
- Posto este exercício de totalização e delineamento da conjuntura contemporânea em Bissau, interessa as pressuposições ou conteúdos pressupostos pelos sujeitos/agentes (uns aos outros nas condições de enunciador e enunciatário) pelo acionamento dos enunciados/práticas nos contextos conversacionais; e os conteúdos pressupostos nos trechos de músicas. Em ambas as circunstâncias com as suas referências no mundo, atenta-se às pretensões manifestas inerentes às representações.

### 1.5 REVISÃO DA LITERATURA

Como foi dito atrás, e, também, como se observará mais à frente na seção sobre justificativa, não se dispôs de estudos dedicados ao objeto dessa pesquisa durante a consulta com a qual se procurou estabelecer o estado da arte em relação à sua abordagem, nos quais se poderia identificar as pesquisas já realizadas e, por conseguinte, dispor de achados referentes aos aspectos empíricos ainda não explorados. Estoque de conhecimento a partir do qual se poderia fazer delimitação do problema por outros enfoques e abordagens tendo em vista o estabelecimento de novas linhas de investigação, a partir de outras perspectivas metodológicas. Portanto, em virtude de essa pesquisa não consistir em um trabalho teórico sobre práticas sociais e tampouco ter finalidade explicar os condicionantes dos enunciados/práticas aqui tomados como objeto de abordagem, não se fará, nesta seção, uma revisão da literatura propriamente dita ao que representa o ideal metodológico. Isto é, revisão da literatura referente aos estudos já realizados sobre o tema ou objeto *in pesquise*. De igual forma que, também, não vai se fazer um discorrimento sobre o referencial teórico enquanto modelo analítico interpretativo o qual seria mobilizado para a interpretação do objeto.

O que se fará, nessa seção, compreende apenas uma sucinta revisão bibliográfica exemplar de alguns títulos que estão sendo mobilizados em função de suas utilidades em relação às suas contribuições para o manejo da empiria da pesquisa. De maneira que, o arcabouço analítico e interpretativo dessa pesquisa estará sendo construído na e pela

processualidade da análise e interpretação do seu objeto pelas esferas dimensionais da linguagem e da sociologia. Girando assim, em torno das bibliografias que versam sobre interações de maneira relacionada a essas duas esferas de conhecimento pelo que constitui seu imbricamento, que, em seguida, se passa a revisar.

No seu texto referente à resenha crítica à obra *Memórias de um sargento de milícias*, (Candido, 1970) discorreu sobre o modo como Manuel Antônio de Almeida (autor da obra resenhada) retratou, de forma representativa, as dinâmicas de relações humanas e sociais na sociedade brasileira dos tempos passados, que se dá pela comunicação nas circunstâncias de caráter social profundamente significativas como modos de existência”. Isto, sem, no entanto, carecer de um tipo de generalidade que imprime um estrato universalizador onde se tem arquétipos válidos para a “imaginação de um amplo ciclo de cultura”, na qual o caso brasileiro se insere.

Conforme Cândido, pela descrição do sistema de relação dos personagens, Manuel Antônio representou um mundo social marcado pelas dinâmicas de “alianças, das carreiras, das heranças, da gente de posição definida”. E a forma como essas referencialidades aparecem e, de certa forma, orientam o que se poderia nomear de *performance* social dos atores envolvidos. Observando estarem esses atores inscritos na trama dessa relação, referente às suas condutas dentro de um quadro social que se apresenta marcado por uma comunicação entre as posições socialmente definidas. Posições essas que, a rigor, representam oposições referentes aos pares antitéticos, ao exemplo da ordem e a desordem. Imprimindo assim, a ideia de uma não existência objetiva e o valor real desses pares. Na qual as formas espontâneas da sociabilidade “atuaram com maior desafogo e por isso abrandaram os choques entre a norma e conduta, tornando menos dramáticos os conflitos de consciência” (Candido, 1970).

Para (Bourdieu, 1996), o mundo social é algo que os agentes sociais constroem individual e, sobretudo, coletivamente, seja na cooperação e no conflito. Sendo que essa construção não se dá no vazio social, isto é, não deixa de ter algo razoável. Em *O processo civilizador*, (Elias, 1993) estabelece que pela interdependência sociofuncionais das pessoas, surge uma ordem *sui generis* que se constitui mais forte do que a vontade e a razão das pessoas isoladas que a compõem. Entretanto que, por não ser racional e, muito menos irracional, dado que não é criado intencionalmente e, também não é incompreensível, essa ordem é posta em movimento cegamente e mantida em movimento pela dinâmica autônoma

de uma rede de relacionamentos, por mudanças específicas na maneira como as pessoas se vêm obrigadas a conviver.

Na medida em que se afasta dos paradigmas objetivistas e subjetivistas sobre o tempo inerente ao saber humano que se encontra consubstanciado no símbolo social comunicável, do qual os homens fazem o uso para se comunicarem, o mesmo Elias apresenta a hipótese de que esse “saber resulta de um longo processo de aprendizagem que não teve um começo na história da humanidade”. Pois “todo homem pressupõe outras condutas antes dele”, de modo que, “todo indivíduo, por maior que seja a sua contribuição criadora, constrói a partir de um património de saber já adquirido, o qual ele contribui para aumentar” (Elias, 1998, p. 10-19). Deste modo, dado que por si só, não dispõe de capacidade para forjar o conceito de tempo, ao crescer, o indivíduo “aprende a interpretar os sinais temporais (inerentes à ideia de tempo) usados em sua sociedade e a orientar sua conduta em função deles”. De forma que, enquanto símbolo e, também, instituição social, “o tempo tornou-se, portanto, a representação simbólica de uma vasta rede de relações que reúne diversas sequências de carácter individual, social ou puramente físico” (Elias, 1998, p. 15-17). Neste âmbito, o seu conceito, assim como o vocábulo que o designa, constituem juntos, um exemplo do símbolo comunicativo. Do qual

(...) um certo motivo fonético passível de diferir de uma sociedade para outra – como *Zeit* no mundo germanófono, *temps* no mundo francófono e *time* no mundo anglófono –, associa-se, em todos os membros individuais dessas sociedades, a um motivo mnêmico aprendido, muitas vezes chamado também de sentido”. A pessoa que produz o motivo fonético “tempo” pode esperar que o receptor da mensagem, desde que pertença a uma sociedade da mesma língua, associe a este o mesmo motivo mnêmico, pelo fato de haver aderido à mesma convenção. É esse o segredo da função comunicativa dos símbolos humanos. Paralelamente, esses símbolos podem desempenhar o papel de instrumentos de orientação (Elias, 1998, p. 30).

Em razão de seu entendimento de que as “trocas linguísticas – relações de comunicação por excelência – são também relações de poder simbólico, Bourdieu (2008, p. 23-24) entende que nelas se atualizam as relações de força entre os locutores ou seus respectivos grupos”. Ainda segundo o autor, algo assim se dá no âmbito do delineamento do carácter dessas relações de comunicação que “implicam o conhecimento e o reconhecimento” que se dá pelos “elementos ativos identificáveis nas classes e classificações” e/ou “operadores práticos” nas interações. Para ele, é nessas operações que se elabora a economia

das trocas simbólicas como forma a superar a alternativa comum entre o economicismo e o culturalismo.

Nos termos deste autor,

(...) os discursos alcançam seu valor (e seu sentido) apenas através da relação com um *mercado*, caracterizado por uma lei especial de formação particular dos preços: o valor do discurso depende da relação de forças que se estabelece concretamente entre as competências linguísticas dos locutores, entendidas ao mesmo tempo como capacidade de produção, de apropriação e apreciação ou, em outros termos, como capacidade de que dispõem os diferentes agentes envolvidos na troca para impor os critérios de apreciação mais favoráveis a seus produtos (Bourdieu, 2008, p. 54).

De modo que, uma ordem assim – como uma palavra – “só pode operar quando tem a seu favor ordem das coisas, pois sua realização depende de todas as relações de ordem que definem a ordem social”. E que a questão do enunciado performativo – que “comporta ‘uma pretensão manifesta de possuir este ou aquele poder’, pretensão mais ou menos reconhecida e, portanto, mais ou menos sancionada socialmente” – acaba se esclarecendo quando se enxerga aí um caso particular dos efeitos da dominação simbólica que ocorrem em qualquer troca linguística (Bourdieu, 2008, p. 59-62).

Entretanto, relacionado ao *habitus* linguístico e a *hexis* corporal, o autor indica que

A definição da aceitabilidade não se encontra na situação, mas na relação entre um mercado e um *habitus* que constitui ele próprio o produto de toda a história da relação com mercados. De fato, o *habitus* encontra-se ligado ao mercado tanto por suas condições de aquisição como por suas condições de utilização (Bourdieu, 2008, p. 69).

Como ressaltado anteriormente, a proposta da pesquisa não se volta à fenomenologia do falante e sim, ao agir comunicativo inscrito em tramas interacionais perpassadas por rituais de interação conversacionais. Neste sentido, entendemos que Goffman (2002) configura interlocutor para a nossa abordagem a esse respeito. Na medida em que, ao se debruçar sobre os rituais de interação conversacionais nos encontros sociais que ocorrem no estabelecimento social definida como composta por plateia e palco, estabelece que a representação efetiva sempre recorre a uma idealização; idealização essa proveniente da definição da situação que, por imprimir o controle expressivo, requer para os atores a burocratização do espírito. Deste modo, concebe o eu em duas perspectivas, a do ator e a da personagem. Sendo que, enquanto tal, o eu não é o produto do indivíduo, mas da

representação que o torna capaz de ser interpretado pelos observadores através das expressões e impressões que transmite através de fachada.

Com isso, Goffman precisa a concepção de fachada como item padronizada intencionalmente ou não, composta por duas perspectivas, a do cenário e perspectiva pessoal; na qual a primeira consiste naquilo que tende a ser fixo na representação, e a segunda como itens do equipamento expressivo identificados como sendo próprios do ator. E estando os estímulos que a formam divididos em aparência e maneira. Em sequência, estabelece que uma fachada tende a se tornar uma representação coletiva, sendo tomada enquanto fato. Assim, na interação social, é através da fachada que os atores representam seus papéis nos encontros sociais, transmitindo suas expressões e impressões à plateia através da ação dramática (Idem, 2002).

Relacionadas ao tema dos operadores práticos e interações intersubjetivas, essas bibliografias que acabam de ser revistas configuram o repertório de abordagem pelo qual se fará recurso para circunstanciar a empiricidade do objeto e, conseqüentemente, engendrar o seu tratamento analítico e interpretativo. Por meio dessas referências, estará se debruçando sobre as seguintes e outras questões: a construção do mundo social pelos sujeitos/agentes, e às questões implicadas nesta construção; experiência e conhecimento desse mundo pela competência prática inerente ao esquema do julgamento prático; a interação e comunicação pela relação que implica conhecimento e reconhecimento por parte dos sujeitos/agentes nela envolvidos; interpretação da realidade e se orientar-se em função da dinâmica social etc.

## **1.6. METODOLOGIA**

Como dito, não se dispôs de achados referentes aos estudos dedicados ao objeto dessa pesquisa pela história que compreende o seu estado da arte, de forma que, a sua requerida documentação passa necessariamente pela esfera da descrição para a conceituação, mediante à mobilização de conhecimentos decorrentes da minha própria experiência social, na qualidade de membro integrante do mundo social campo de sua ocorrência. Assim, antes de prosseguir com o desenvolvimento das etapas do procedimento metodológico, passa-se a fazer um sucinto discorrimento sobre a minha condição de sujeito na sócio-histórica de bissau-guineense da objetivação sociológica que inscreve num contexto que me é familiar e, conseqüentemente, objetivação da minha participação nas situações empíricas dispostas às análises nesse trabalho, tendo em vista estabelecer as relações de proximidade e distanciamento com o meu objeto.

Sou de Bissau, nascido e criado. Espaço social esse onde, com exceção da transitória deslocação ao interior do país em refúgio à guerra civil político-militar de 1998-1999 e outras deslocações esporádicas, fiz toda a minha vida até à viagem para o Brasil em 2017. Sou bissau-guineense da etnia Pepel somente, pois a minha ascendência não passou pela mistura de etnias, em relação às identidades étnicas dos diversos grupos étnicos que conformam o povo bissau-guineense. E sou de classe baixa, em termos socioeconômica. Tal como os outros bissau-guineenses nas condições acima descritas, ou em outras diversas, vivenciei enquanto sujeito de experiência e como espectador, as situações empíricas nas quais os enunciados/práticas são acionados que aqui serão observadas e analisadas. Vivências essas que me possibilitaram conhecimentos que, somados aos conhecimentos teóricos sociológicos que tenho adquirido ao longo da minha formação académica, suscitaram a elaboração desse estudo.

Pelos os estabelecidos objetivos, relacionados com os fins que se perseguem, o registro das situações empíricas que serão priorizadas, no que tange aos rituais de conversação a serem observados e analisados, será efetivado pelo método de abordagem do gênero romance, em Lukács (2000, p. 60), mediante a mobilização de conhecimentos adquiridos na qualidade de *insider*. Na medida em que esta, pela sua intenção configuradora, busca construir a totalidade incorporando a ela “todos os abismos e físsuras inerentes à situação histórica têm de ser incorporados e não podem nem devem ser encobertos por meios composicionais”. E encontra-se alinhada a uma exegese.

Com base nesse movimento, o que se procurará é a aproximação ao material que constitui na empiricidade dessa pesquisa. Isto, ao se estabelecer a concretização da totalização analítica que lhe serve de substrato. Deste modo, fazendo recurso a uma mediação dinâmica entre a realidade contemporânea bissau-guineense, na qual se tem a existência as situações empíricas, quer dizer, os contextos intersubjetivos nos quais os enunciados/práticas têm a ocorrência e ficção (criação de personagens fictícios em representação dos sujeitos/agentes bissau-guineense), a descrição aqui gira em torno das interações desses personagens sociais nas suas reciprocidades instituídas e instituindo mundos sociais. O procedimento adotado se realiza na apresentação de situações exemplares, às quais são tomadas como objetos de observação e análise. Cabe sublinhar, ainda, a premissa de apreender, dentro dos limites da nossa possibilidade, a realidade com toda sua dinâmica configuradora, essa poderá dificultar a interpretação.

Colocando-me na posição de *outsider* após isto, pelo que constituirá na minha deslocação “da esfera do sujeito empírico” enquanto bissau-guineense para a “esfera do sujeito científico” (Bourdieu, 1999), em se tratando da relação entre sujeito e objeto de estudo, abordarei os sujeitos/agentes bissau-guineenses, no processo de análise e interpretação, igual ao que seria “teóricos práticos” na perspectiva etnometodológica de Garfinkel (2018).

Para (GIL, 2008, p. 152 *apud* BARDIN, 1977, p. 95), o método da análise de conteúdo “desenvolve-se em três fases: (a) pré-análise; (b) exploração do material; e (c) tratamento dos dados, inferência e interpretação”. Apesar da anterior alusão de que se fará o recurso a uma análise qualitativa de conteúdo para a interpretação sociológica do objeto dessa pesquisa, o itinerário metódico pelo qual se engendrará essa análise não irá deslizar de forma estrita sob essa sequência de fases de procedimento estabelecido por esse autor. Deste modo, uma vez feita a descrição e a consequente documentação do objeto, as fases (b) e (c) que, em outros termos compreendem análise e interpretação, serão efetivadas num mesmo movimento. Ou seja, o objeto será disposto a um simultâneo processo de análise e interpretação, em virtude de esses procedimentos consistirem em duas operações relacionadas, ainda que distintas (Lakatos; Marconi, 2003).

Conforme (Gomes, 1994) na atualidade, destaca-se duas funções na aplicação da técnica da análise de conteúdo:

[...] uma se refere à verificação de hipóteses e/ou questões. Ou seja, através da análise de conteúdo, podemos encontrar respostas para as questões formuladas e também podemos confirmar ou não as afirmações estabelecidas antes do trabalho da investigação (hipóteses). A outra função diz respeito à descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado. As duas funções podem, na prática, se complementar e podem ser aplicadas a partir de princípios da pesquisa quantitativa ou da qualitativa (Gomes, 1994, p. 74).

Diante disso, coloca-se que essas duas funções serão aplicadas de maneira complementar, isto é, na medida em que essa possibilidade consiste em aquela que melhor atende os interesses com essa pesquisa. Pois o recurso a esse método foi estabelecido pela ideia de, por meio dele, tentar saber “aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça” (Bardin, 1979, p. 44). Ou seja, examinar o que se comunicam nos conteúdos a serem analisados e, assim, interpretando-os na articulação com o contexto no qual circulam, a fim de responder às questões colocadas pela pesquisa.

Igual como referido atrás, é do interesse da pesquisa às pressuposições ou os conteúdos pressupostos mediante o acionamento dos enunciados/práticas nos contextos conversacionais, e os conteúdos pressupostos nos enunciados nos trechos de músicas por meio de suas inferências. Para Cançado (2008, p. 32), pode-se dizer que a pressuposição “é uma noção semântico-pragmática”, por se encontrarem relacionados com os “sentidos de expressões lexicais contidas na sentença, mas também se refere a um conhecimento prévio, extralinguístico, que o falante e o ouvinte têm em comum”. Neste sentido, uma vez tomadas como “noção semântico-pragmática”, essas pressuposições serão analisadas pelas pretensões nelas manifestas na dimensão extralinguística. Ou seja, pela forma como aparecem como recurso argumentativo tendentes ao estabelecimento do entendimento mútuo em função do acionamento de uma disposição face a certo estado de coisas.

Enquanto manifestação artística, a música como veículo usado para expressar os sentimentos, também é caracterizada como “meio de representações simbólicas” (Bauer, 2012). Representações aqui entendidas nos termos de Gomes (p.71, 1994), isto é, como pensamentos e sentimentos “que expressam a realidade em que vivem as pessoas, servindo para explicar, justificar e questionar essa realidade”. À vista disso, quando dispostos os trechos de músicas às suas referências no mundo, a ênfase na operação da análise das pressuposições e, conseqüentemente, as denotações estará direcionada para as representações no que diz respeito à realidade que estão refletindo. Por constituir o retrato de um exemplo prático da concretização do acionamento do enunciado/prática *Bu sibi ami i quim?* em um contexto conversacional no mundo, o apresentado enunciado no trecho da música *Fossa* (2010) dos músicos Masta Tito; NB, também será submetido a análise em relação à “condição de felicidade”, de acordo com o léxico conceitual de Austin (1990).

A perspectiva analítica aqui proposta se define a partir do recurso à combinação da observação dos contextos pragmáticos de interação com o método de procedimento histórico, por este consistir em “(...) investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje (...)” (Lakatos; Marconi, 2003, p. 107). Igualmente, se apela à abordagem dialético na medida em que “(...) fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais, etc.” (Gil, 2008, p. 14).

Por conseguinte, pela realização da pesquisa, o texto de dissertação referente ao seu produto está composto pelos seguintes capítulos para além da introdução, procedimento metodológico aqui proposto e considerações finais:

. Capítulo I, do delineamento (descrição) das situações empíricas, pelo método de romance, que serão priorizadas no que tange aos rituais de conversação a serem observados e analisados;

. Capítulo II, da abordagem descritiva e conceitual dos enunciados/práticas na *manera bissau-guineense* mediante a retomada do que já foi descrito atrás em antecipação, e sua articulação teórica nas dimensões da linguagem e da sociologia;

. Por conseguinte, capítulo III (o último), referente a análise qualitativa de conteúdo para inferir o que representam os enunciados/práticas, e a operação teórico-metodológico e conceitual para a interpretação das trocas prático-simbólicas na interação.

### **1.7. JUSTIFICATIVA**

Entende-se que, na qualidade de fenômeno social, o objeto de conhecimento dessa pesquisa se constitui relevante porque no, seu recorte empírico-analítico, contempla a abordagem sociológica sobre práticas sociais de comunicação, com isto leva em conta a dimensão da linguagem. Descrita nestes termos, a unidade de análise, tais práticas se definem como um núcleo que catalisa conteúdos de conhecimento, da percepção e da reflexividade.

Como já referenciado, essa proposta de pesquisa tem como o objeto de estudo os enunciados/práticas na interação na *manera bissau-guineense* nas dinâmicas processuais de sociabilidade. Como também já observamos, durante a consulta com a qual se procurou estabelecer o estado da arte em relação à sua abordagem, não se dispôs de achados referentes aos estudos a ela dedicados. Muito menos, daquilo que poderia consistir em algo próximo ou semelhante desse estudo. O que não quer dizer que não existem.

Deste modo, mediante essa escassez, coloca-se que esse objeto reivindica seu estudo, ao se voltar ao contexto bissau-guineense, focalizar-se-á um objeto ainda “não” explorado do ponto de vista sociológico. Proporcionando ao pesquisador, no compasso da realização da pesquisa e escrita da dissertação, a possibilidade de imprimir a sua documentação e desenvolver o primeiro estudo a ele dedicado. Por outro, esta oportunidade carrega consigo desafio que se firma diante da ausência de achados sobre o mesmo contexto, na medida em

que o feito dessa documentação demanda para o pesquisador grandes esforços de apreensão e descrição para a conceituação.

Entretanto, considera-se que tal desafio se constitui transponível, afinal, a expectativa é deixar uma introdução com ao finalizar a dissertação. Pois estou ciente de que esta última não poderá abranger todos os aspectos possíveis para a sua abordagem, sendo que muitos outros a serem explorados estão ficando de lado. Seja pela delimitação que aqui se estabeleceu, seja pelo fator tempo em relação a sua execução.

Neste sentido, nos limites previsto para este trabalho, entende que, com a sua efetivação, mediante a mobilização dos diversos eixos que conformam as instâncias de análise sociológica, na sua articulação com as abordagens dimensionais da linguagem e da comunicação, espera-se produzir um discurso científico sociológico referente a sua explicação. E, por conseguinte, contribuir nas discussões dos estudos sociológicos articulados com a linguagem pelo que constitui seu imbricamento.

## 2. OS ENUNCIADOS/PRÁTICAS – MANERA BISSAU-GUINEENSE NA DINÂMICA DE SOCIABILIDADE

Assentado no recurso de uma mediação dinâmica entre a realidade contemporânea bissau-guineense, na qual se têm existência as situações empíricas com contextos intersubjetivos nos quais os enunciados/práticas a serem observados e analisados têm a ocorrência, e ficção (criação de personagens fictícios em representação dos sujeitos/agentes bissau-guineense), mediante a mobilização do método de abordagem do gênero romance, em Lukács (2000), igual como foi proposto no texto do projeto, o texto desse Capítulo I compreende uma narração da história do jovem Bo-ri-finin enquanto sujeito de experiência e espectador das interações em diferentes contextos conversacionais na dinâmica de sociabilidade na *manera bissau-guineense* em Bissau, Guiné-Bissau. Em termos metodológicos, o recurso ao emprego dessa abordagem ficcional se encontra assentada na estratégia metodológica da exposição do *corpus* da pesquisa e de aproximação com as dinâmicas de interação. E de igual forma, na estratégia de apresentação e de acesso às situações exemplares dos acionamentos dos enunciados/práticas; que estão identificadas pela numeração entre parênteses.

### **Apresentação do enunciado/prática *Cabra nundê k'i maradu la k'i ta kumê* (a/o Cabra/Bode se alimenta no local onde amarrada/o) para o acesso às situações exemplares de seu acionamento na interação**

– E aí rapaz; quanto tempo? Perguntou Bo-ri-finin, acompanhado do colega Cláudio, ao Carlos, seu antigo colega de liceu que desistiu dos estudos no 8º ano escolar, que agora trabalha como ajudante nas obras que o Edmilson, seu vizinho, apanhava, ao encontrá-lo no mercado de Bandim.

– Pois é, há muito tempo ...; mas estou bem, e você? Para onde vai? Respondeu.

– Estou bem, também. Estou indo para casa, acabei de sair da escola.

– Ok. Bom te reencontrar... Vou já entrar no mercado para arranjar alguns itens para o trabalho. Tchau, *nô sta djuntu* (estamos juntos)!

– Ok. *Nô sta djuntu!* Disse, para depois informar ao colega Cláudio sobre o Carlos.

Após isso, Bo-ri-finin e Cláudio continuaram a caminhar para casa trocando comentários sobre quais matérias estudar para a última prova do dia seguinte e do final de ano letivo, e comentários depreciativos e de zombaria sobre os empenados solados do velho

e deformado sapato do professor Celestino; pelos quais foram interpelados por uma senhora que caminhava atrás deles, com o seguinte:

– É do sapato do vosso professor que estão a zombar? Vocês não sabem que é por não ter dinheiro que ele não adquiriu um novo? Não façam isso; não é bom! Os professores se esforçam muito, mas não são bem pagos; e ainda são devidos os seus salários. Se vocês não puderem agradecê-los por tudo que fazem, não zombem deles. Não lhes faltem com respeito, por favor, peço-vos. Não sejam maus meninos. Parem; isso não vale! Vossos pais não ficariam contentes se apanhasse-vos nesta conversa... Parem!

Após terem escutado essas palavras, os dois limitaram-se apenas em trocar olhares entre um e outro sem dizer nada em resposta à senhora que, a eles, nada voltou a acrescentar. Assim, internados em absoluto silêncio, entretanto, os três seguiram caminhando até quando no ponto em que os dois colegas costumavam se separar. Ao despedir-se um do outro, Bo-ri-finin colocou-se em direção à casa, no bairro de Mindará, e Cláudio continuou direto. A senhora caminhou por trás dele por alguns metros para só depois se colocar na direção da entrada à direita e seguir seu destino.

Chegando em casa, Bo-ri-finin se desfez da mochila e trocou de roupa. Em seguida, pegou no balde para ir apanhar água da torneira na casa do tio Alfredo, a poucos metros, pois não tinha água encanada e luz elétrica onde mora com sua família.

– Boa tarde! Disse ele ao tio Alfredo, ao chegar.

– Boa tarde, sobrinho! Vieste apanhar água!?

– Sim. Disse, para em seguida pegar na mangueira e abrir torneira.

Alfredo, ou tio Alfredo como era chamado pelos mais novos na circunvizinhança, era um eletricista que trabalhava na EAGB – Eletricidade e Águas da Guiné-Bissau, a única empresa pública responsável pelo fornecimento da energia elétrica e água potável ao país; e ele liberava água às pessoas da vizinhança que não a tinham encanada nos seus domicílios. Ao exemplo de muitos outros funcionários dessa empresa, ele não pagava as contas pela energia e a água consumida. E às vezes, sequer estavam, como é seu caso, as ligações dessas conectadas aos contadores de medição das cifras do consumo que existia na casa de outros clientes.

Com balde cheio, Bo-ri-finin fechou a torneira e guardou a mangueira. Depois, agradeceu ao tio Alfredo pela água e voltou para casa para tomar banho. Feito isso, vestiu-

se e foi se divertir com camaradas no entorno, enquanto aguardava pelo almoço que ainda estava sendo preparado pela prima Bo-ô-na-n'dji.

– *Bô tardi, nha fîdju...*<sup>10</sup> Disse Armindo ao Alfredo, ao encontrá-lo junto da varanda da casa.

– *Bô tarde, omi garandi... bu bim...? subi...!*<sup>11</sup> Respondeu Alfredo, convidando-o para se arranjar na varanda e se acomodar.

Por sua vez, Armindo imediatamente colocou-se na varanda e se acomodou numa cadeira de plástico que ali se encontrava; e daí seguiram os dois com cumprimentos protocolares, sabendo dos estados de um e do outro, dos familiares e demais questões convenientes. Assim que cumprida a essas formalidades, entretanto, os dois entraram num absoluto silêncio que só veio a ser quebrado quando Armindo disse ao Alfredo o seguinte: – Não tenho nada em casa, por isso, cá estou, mais uma vez, para ver se tens alguma coisa para me arranjar ...

Permanecendo em silêncio por alguns segundos depois de escutar o que o Armindo disse, Alfredo, cabisbaixo, respondeu dizendo o seguinte numa fala baixa e lastimosa:

– Eu te escutei, homem grande; já estou muito envergonhado com essa situação de não lhe pagar a renda (aluguel) a ponto de não mais saber o que fazer. Cá estou ...; as coisas estão-me muito mal, não tenho nada ... Não fui ao trabalho porque o nosso pessoal entrou em greve para ver se nos repartem um bocado do salário em dívida. Não tenho nada do qual posso te ajudar nesse momento, infelizmente. Me agunte mais uma vez, por favor!

Escutado a essas palavras, por sua vez, Armindo apenas expressou suspiros de lamentações, e voltou a permanecer em silêncio. Com isso, absoluto silêncio voltou a reinar no meio dos dois por minutos; para só depois ser rompido com o anúncio da sua despedida, quando disse que já estava de partida. Alfredo respondeu dizendo ok, e que assim que Deus o abençoasse com alguma coisa, iria até a sua casa para se verem; pelo qual Armindo disse ok em seguida, e depois partiu para sua casa.

Alfredo permaneceu na varanda após partida do Armindo, e não tardou, a sua esposa Cristina que se encontrava dentro de casa se juntou a ele e disse o seguinte: – vamos para dentro do domicílio, quero falar contigo.

---

<sup>10</sup> – Boa tarde, meu filho ...

<sup>11</sup> – Boa tarde, homem grande ... o senhor veio ...? suba ...!

– Escutei a conversa entre você e o dono da casa. Não podemos ficar nesta situação ... Veja a maneira de ... Sei que as coisas lhe estão mal, mas tens que ver maneira ... porque senão, tio (Armindo) nos pedirá para desocupar a casa, e não teremos o que fazer. Veja a maneira de sairmos dessa situação, mesmo que seja de nós arrancamos com a cobrança pela água ...

Tendo escutado atentamente as palavras que a esposa disse à ele, Alfredo apenas se limitou em dizer que escutou. Depois, voltou a sentar na varanda por onde ficou pensando como quitar a dívida do aluguel de casa, pelo qual pedimos ao nosso leitor que o deixemos tranquilo nisso, pois dele, a situação exige muito.

Após o banho e jantar, Bo-ri-finin meteu-se na noite para dar giros (rolé) com os camaradas. Instantes depois, chegou à casa a sua mãe Augusta, professora de português e viúva de Alberto, pai dos irmãos Mário e Bo-ri-finin, saído da escola; que após tomar banho e ter jantado, se juntou a sobrinha Bo-ô-na-n´dji na varanda.

– Boa noite! Disse Mário para as duas na varanda, ao passar por elas, voltando do seu ofício de ajudante do mecânico.

– Boa noite; já está se voltando ... Respondeu Augusta.

– Sim. Disse, para logo tomar banho, jantar, e sair depois.

A tia e a sobrinha permaneceram na varanda por mais um tempinho, e se recolheram depois. Momentos depois, fez Bo-ri-finin o mesmo ao regressar do giro (rolé) com camaradas; e depois Mário, por último.

Todos da família se puseram às suas rotinas assim que amanheceu o dia: Augusta foi para a escola dar aula; Mário à oficina; Bo-ô-na-n´dji ao serviço doméstico da casa, e Bo-ri-finin à escola.

– Bom dia, minha gente! Disse aos alunos de maneira amigável, a professora aplicadora da prova ao se encontrar na sala.

– Bom dia! Bom dia! Responderam.

– Tenham calma, pois aqui não há nada do outro mundo. Voltou a dizer sorrindo.

– Ok. Ok. Responderam.

Assim que cumpridas as formalidades, ela distribuiu os papéis da prova aos alunos e disse que já podiam começar a responder às questões.

Igual como fizeram outros professores nos dias anteriores, ela seguiu passeando na sala pelos corredores entre as fileiras das carteiras fazendo vigia às ações de cópias

(colinhas). No meio disso, foi até ao quadro e virou de frente para os alunos perguntando se estava tudo bem; do qual teve o sim como resposta.

Escutado isso, entretanto, fora ela se sentar na sua secretaria. E quando passou alguns minutos, levantou e disse:

– Então é do vosso conhecimento de que *cabra nundê k'i maradu la k'i ta kumê, i k'el!?*<sup>12</sup> (1).

– Sim. Responderam muitos sorrindo, e outros (incluindo Bo-ri-finin) calados sem dizer nada.

– Ok. Disse, para novamente sair da sala e se puser a fumar o cigarro.

No mesmo instante, o aluno chefe de turma disse aos colegas que estavam tendo a oportunidade de *safarem*<sup>13</sup> suas *mistidas*<sup>14</sup> na prova; por isso, tinham que *lakatir*<sup>15</sup> a camarada professora com alguma coisa, pelo qual sugere que se fizesse uma quotização para tal.

Assim, em um rápido comum acordo sobre isso, o chefe da turma fez arrecadação do dinheiro das contribuições dos colegas, e o deixou na secretaria da professora.

Minutos depois, a professora retornou à sala voltado de fumar, deu alguns passeios pelos corredores entre as carteiras novamente, e perguntou:

– Já está, ou ainda não?

– Sim. Respondeu chefe de turma, unicamente.

Ao escutar isso, a professora sorriu e disse: – *abôs bô panha-pé!*[7]; e depois, passeou em direção a sua secretaria por onde encontrou o *lakatir* (retribuição simbólico) dos alunos embrulhado na folha de caderno. Passeando de volta junto à porta da sala em seguida, disse: – À vontade, em dez minutos, mas sem barulho e sem desordem. Para depois voltar sair para fumar o cigarro.

Ao entenderem o que disse a professora com essas palavras, os alunos tiraram, suavemente, as suas cópias (colinhas) por onde as tinham guardadas a sete chaves e começaram a se dar bem. Minutos depois, ela regressou à sua secretaria, por onde ficou até quando acabou o tempo da prova, pelo qual recolheu as provas e retirou-se da sala.

---

<sup>12</sup> – Cabra se alimenta no local onde amarrada, não é!?

<sup>13</sup> Resolver/satisfazer/atender.

<sup>14</sup> Necessidade/querença/forte desejo/interesse etc.

<sup>15</sup> Retribuição simbólica, ou retribuir simbolicamente.

Felizes com o que acabara de lhes acontecer, os alunos seguiram por alguns minutos, antes de partirem para casa, trocando comentários sobre como se deram bem na prova.

– *Boy, e prof. panha-pé mal* (amigo, esta professora é muito entendida/hábil/proficiente); nunca imaginei que iríamos se dar bem na última prova do nosso último ano escolar. Disse Cláudio ao Bo-ri-finin.

Escutado a isso, Bo-ri-finin sorriu e disse “pois”. E em seguida, se puseram os dois os pés no chão a caminho de casa.

Já a poucos metros da casa, quando já separado do Cláudio, Bo-ri-finin encontrou tio Alfredo que voltava de uma saída que tinha efetuado à casa de um de seus camaradas; pelo qual o cumprimentou como de costume, e continuou caminhada ao destino.

Em casa, ele tomou banho, almoçou e depois foi para *djumbai*<sup>16</sup> com camaradas.

Chegando à sua casa também, o Alfredo tomou banho, almoçou e depois foi se sentar na varanda para tomar o ar. Instante depois, fora a esposa Cristina se juntar a ele e depois dizer o seguinte, perguntando sobre conseguir algo para saldar a situação de dívida do aluguel:

– Conquistaste alguma coisa?

– Não. Respondeu.

Tendo escutado não como resposta, Cristina voltou a dizer sobre cobrança pela água às pessoas da circunvizinhança, pelo qual após conversa sobre isso, os dois decidiram que não fariam uma cobrança propriamente dita, mas que mediante a comunicação aos circunvizinhos sobre a complexa situação financeira da família, deles seriam solicitados *lakati* (retribuição simbólica) na medida do bolso de quem pudesse e quando pudesse; e por isso, não em todas as ocasiões e dias que fosse a pessoa apanhar água.

Assim que estabelecido o plano do casal nos termos que acabamos de descrever, era então o momento de repouso para Alfredo; por isso, ele foi para cama dormir um pouco. Após permanecer deitado por um tempo considerável, do qual apanharia um bom descanso se tivesse dormido de fato, ele levantou e foi se sentar na varanda novamente.

A seguir instantes, começaram aparecer-lhe pessoas que vinham para apanhar água. Assim, executando o plano elaborado na maior elegância e humildade, ele informou aos que chegavam aquilo que passava a vigorar a partir de então nos termos de retribuição simbólica não obrigatória, pois não se referia ao ato de cobrança pela água.

---

<sup>16</sup> Convívio/reunião/interação lúdica/divertimento.

O tempo foi passando e ele continuou, apesar de exausto, a passar informação aos que não paravam de chegar, como sempre. E assim seguiu até quando foi a vez do Bo-ri-finin que, igualmente informado como os outros, apanhou água na quantidade desejada e foi embora para casa tomar banho.

Já se anoitecia, e todos que estavam a apanhar água já tinham retirado. E por julgar que não apareceria mais alguém, Alfredo fechou a torneira, guardou a mangueira enrolada, e foi tomar banho em seguida. Não tardou, Cristina chegou à casa de regresso à saída que tinha dado à casa da filha.

– Conseguiste vê-la? Perguntou o marido à esposa, quando os dois já estavam sentados na varanda.

– Vi ela, mas não consegui nada. Ela me disse que as coisas lhe estão mal também; no entanto, ajudou-me com um bocado de arroz. Respondeu.

– Está bem. Disse, para depois comunicar à esposa que informou aos circunvizinhos sobre o plano que haviam elaborado.

Tudo segue igual na casa do Bo-ri-finin assim que amanheceu o dia: fora sua mãe Augusta à escola; irmão Mário à oficina, Bo-ô-na-n'dji ao serviço doméstico, e ele ao *djumbai* (interação lúdica) e não à escola, pois já estava de férias.

Já na casa do Alfredo pelo contrário, era manhã do dia em que começava a vigorar o feito de *lakati* (retribuição simbólica) para os circunvizinhos que viriam apanhar água; pelo qual, ao acordar, ele não somente colocou a mangueira à disposição das pessoas como sempre fazia, bem como uma tigelinha pela qual seria feita o depósito de *lakati* para aqueles que pudessem. Não demorou, apareceu a primeira pessoa para apanhar água. Como de praxe, esta deu cumprimentos e apanhou água. Ao acabar de fazer isso, guardou a mangueira e *lakatiu* depositando uma moeda de cem Francos CFA na tigelinha; agradeceu pela água e foi embora. E assim continuou com as demais pessoas chegando e apanhando água: com uns *lakatindo* com o que podiam, outros não, e estava tudo bem. E por ser que assim tudo permaneceu ao longo do dia, retomamos ao que marcava o dia de Bo-ri-finin.

Voltado de divertimento com camaradas, ele tomou banho, almoçou e depois foi para isso novamente. Não tardou, voltou à casa por não se sentir bem.

Após ter permanecido deitado por mais de duas horas, acordou e foi se sentar na varanda da casa. Momentos depois, Bo-ô-na-n'dji se juntou a ele para saber se já se sentia melhor. O mal-estar não passou, no entanto. Pelo contrário, o seu estado piorou com o passar

das horas. E quando era de noite, relatou à prima e à mãe que não só lhe doía muito a cabeça, como também estava a sentir dores musculares e calafrios.

Assim, não obstante preocupadas com a situação, as duas decidiram pela a ação de lavá-lo à consulta médica assim que o dia amanhecesse; e enquanto a isso se aguardavam, solicitaram-no que tomasse banho novamente, e depois lhe enrolaram um pano umedecido à cabeça.

O dia ainda não tinha clareado completamente, mas já se encontrava Bo-ô-na-n'dji com ele no centro de saúde público do bairro, e na fila para o atendimento médico. Quando era a vez deles, após um longo tempo de espera, os dois entraram na sala de atendimento, mediante o devido pagamento da taxa da consulta. Após ser informada sobre quais eram os sintomas que lhe afligiam, a médica suspeitou que ele estivesse com paludismo; mas, mesmo assim, solicitou um teste rápido cujo resultado veio a confirmar sua suspeita de diagnóstico. Então, identificada a doença da qual padecia o paciente, ela prescreveu o medicamento e disse a Bo-ô-na-n'dji para ir pegar, de graça, na farmácia do hospital que fica noutra compartimento.

Logo após agradecer à médica e deixar o consultório, Bo-ô-na-n'dji seguiu com Bo-ri-finin para farmácia pegar o medicamento. Chegando lá, falou com a atendente e depois entregou-lhe o papel da prescrição. Após observar o papel por alguns segundos, ela devolveu-o à Bo-ô-na-n'dji e disse que o medicamento de que necessitava estava em falta; por isso, teria que ir arranjar numa farmácia particular.

Assim que recebeu o papel, Bo-ô-na-n'dji, acompanhado de Bo-ri-finin, pôs-se a caminho de uma farmácia particular para adquirir o que precisava.

Em casa, ela preparou-lhe o mata-bicho e foi apanhar água na casa do Alfredo. E assim que terminou de tomar o mata-bicho, Bo-ri-finin tomou o medicamento e foi para cama instantes depois.

Após passados os três dias de tratamento contra o Paludismo, Bo-ri-finin voltou a ficar bem e tendo a sua saúde restabelecida; pelo qual voltou a sua rotina de jogar bola e de interação com camaradas.

– Arranja-me dinheiro para adquirir algo para Pedro. Disse ele à mãe, sobre presentear o camarada na festa de seu batizado que iria acontecer na tarde daquele dia.

– Então, meu filho; dinheiro para arranjar presente você quer, mas ir à igreja não. Por acaso você já pensou que se tivesse aceitado ir à igreja, como sempre te pedi para fazer,

também nós estaríamos comemorando o seu batizado, e com as pessoas que te conhecem se preocupando em lhe arranjar presentes. Respondeu.

– É verdade; mas acho que já passou o tempo para isso.

– Não; não passou o tempo. É só você ter interesse ...

– Então, está ... começo a frequentar catequese no ano que vem.

– Já me cansei dessa sua canção ...; você é que sabe ..., mas não vou cansar-me de te dizer que ir à igreja é bom, pois ajuda pessoas a se civilizarem. Disse, para depois arranjar o filho cinco mil Francos CFA para adquirir o presente.

– Muito obrigado! Disse agradecendo, para logo sair para adquirir presente para o camarada, e depois ir para o jogo.

Ao chegar em casa voltando do futebol, ele seguiu para casa do tio Alfredo para apanhar água. Lá, não encontrou ninguém na varanda, como acontecia às vezes. Entretanto, ligou a torneira e meteu-se a apanhar água. Enquanto se encontrava a fazer isso, chegou à casa o Alfredo, voltando de uma saída que tinha efetuado. Terminado de apanhar a água, fechou a torneira e voltou para casa. Lá, lavou o corpo, comeu e depois foi se ver com camaradas, enquanto aguardavam pela hora da festa do batizado.

Após tomar banho e trocar de roupa, Alfredo foi se sentar na varanda para tomar o ar e aguardar pelo almoço. Minutos depois, ele foi servido a comida pela esposa. Tendo almoçado em seguida e permanecido na varanda a tomando o ar após isso, viu a esposa se juntar à ele.

Momentos depois, ele recebeu uma ligação telefônica de um dos colegas de trabalho pela qual ficou a saber que a greve foi suspensa na sequência de acordo alcançado nas negociações. E que à vista disto, os funcionários deveriam retornar ao serviço logo no dia seguinte. Assim, contente com o que ouviu pelo colega, compartilhou a notícia com a esposa e depois foi para cama descansar um pouco.

– Veja; lá vem o Tcherno-Sulai também. Disse N´duba ao Bo-ri-finin, quando os dois já estavam na casa do Pedro para participar da festa de seu batizado.

– Pois é; e você parece surpreso por quê? Respondeu perguntando.

– Por ele ser muçulmano; pensei que seus pais não iriam deixa-lo comparecer por isso.

– Podia acontecer, como é caso às vezes; mas vejo que isso é coisa do passado, pois cá estamos nós também, tomando parte, apesar de não sermos cristãos.

– É verdade.

Não parava de chegar os demais colegas, incluindo o Benjamim, que iam se juntando a eles assim que passava o tempo; e assim que podia, Pedro se juntava a eles por minutos e depois voltava para dentro de casa. E quando já com tudo pronto, sua família, juntamente com sua madrinha e seu padrinho, abriu a *mesa de batizado à moda bissau-guineense*, após feitas as orações, rezas e os discursos do padrinho e da madrinha. Após isso, seguiu-se com comes e bebes acompanhado de músicas dançantes até madrugada, momento em que Bo-ri-finin e demais colegas regressaram às suas casas.

Alfredo regressou ao serviço no dia seguinte devido à suspensão da greve. E ao voltar para casa após o serviço, lavou o corpo e foi se sentar na varanda por onde foi servido o almoço pela esposa. Terminado de almoçar, a esposa retirou-lhe a mesa e depois se juntou à ele para conversar como era de costume. Conversando, disse à esposa que foram pagos dois meses de salário em atraso; e que, por isso, tinha passado na casa do Armindo e reduziu-lhe mais um mês de dívida do aluguel.

Escutado isso, ela agradeceu a Deus, e disse ao marido que ele fez bem.

Momentos depois, Alfredo foi para cama descansar um pouco, e pôs-se Cristina ao serviço doméstico da casa.

A seguir ao descanso, ele fez um breve passeio a uma bodega/taberna no entorno da vizinhança, por onde tomou dois cálices de *cana-bordon*<sup>17</sup> enquanto se entretia com pessoas de sua idade. E assim que voltou à casa após isso, ele voltou a se sentar na varanda por onde ficou até quando se recolheu.

### **Apresentação do enunciado/prática *Bissau i assim* (Bissau é assim) nas situações exemplares de seu acionamento na interação**

As arrecadações da retribuição simbólica dos circunvizinhos pela água continuaram passado um mês. Entretanto, para atenuar a difícil situação econômica na qual o casal se encontrava, Cristina passou a ser *bidera* (vendedeira) para revender os legumes na feira. Por isso, trouxe para casa a sobrinha Suzete para lhe auxiliar com os serviços domésticos. Com isso, passamos então a seguir com os acontecimentos em volta do Bo-ri-finin após a conclusão do Ensino Secundário (Médio).

Após concluir o liceu, Bo-ri-finin, igual como muitos jovens bissau-guineenses, aspirou oportunidade para se ingressar na universidade ou conseguir uma bolsa de estudo no

---

<sup>17</sup> Aguardente (cachaça).

estrangeiro; do qual para isso, precisava antes, estar munido de documentação de comprovação da habilitação literária, através dos certificados dos últimos três anos escolares – 10º, 11º e 12º ano, e da declaração escolar da conclusão do Ensino Secundário (histórico escolar); dos quais tinha que pagar para a sua aquisição na secretaria da escola, igual como é de praxe.

Portanto, estando com esses documentos que, para ficarem prontos, ainda precisam passar pelo cartório notarial de Bissau e pela Secretaria do Ministério da Educação para o reconhecimento da firma e a autenticação com os selos oficiais, ele pôs-se a movimentar para isso.

Bo-ri-finin encontrou o cartório lotado ao chegar numa manhã de segunda-feira. Lá, entrou na fila e pôs-se a aguardar pelo atendimento. Parecia-lhe que a fila não andava após passar uma hora, apesar de ver as pessoas conseguindo *safar* suas *mistidas* (necessidades) e irem embora. Entretanto, assim como os outros, continuou na fila a aguardar por sua vez. Do nada e sem entender como isso aconteceu, se viu achar-se em enorme empurra-empurra sucedida pela total desorganização e inexistência da fila; pela qual fora todo mundo parar-se junto da porta que dá acesso à enorme sala com balcões, por onde se encontravam os atendentes. Com isso, entretanto, *safar mistida* pareceu-lhe ficar mais difícil, pois passou mais de duas horas e o cenário continuou o mesmo. E inconformado com a situação, pôs-se a soltar indignações:

– Isso não é normal ...; não é certo. Isso é ilegal ...; uns não podem chegar e se *safar* e irem embora, e nós que aqui estamos desde muito cedo, não conseguimos ...!

Apesar de ter dito essas palavras em voz alta, pareceu-lhe que os circunstantes não haviam o escutado, pois não ouviu ninguém dizer sequer uma palavra em reação ao que tinha acabado de dizer.

Passou o tempo e nada mudou; por isso, voltou a lançar descontentamentos:

– Essa coisa não está direito! Nós todos somos guineenses; e ninguém é mais guineense do que outro! Não é legal! Não pode ser dessa maneira!

Após dizer isso, ouviu vozes, das quais não soube a quem pertenciam, dizerem os seguintes:

– Ah, *Bissau i assim* (Bissau é assim) (2)! Disse um.

– E há coisa legal nessa nossa Bissau!? Disse outro.

– Só para tu veres, então ... Acrescentou um terceiro.

Entretanto, ele não parou com reclamações apesar do que escutou. E no meio disso, apareceu-lhe um senhor que chegou junto dele e interpelou com o seguinte:

– Sobrinho, sobrinho; como tu estás? Não és filho da Augusta?

– Estou direito; sim, sou filho dela. Respondeu.

– Sou o teu tio ... a sua mãe é minha prima; o meu nome é Paulo.

– Ah ..., mas não me lembro de você.

– Ok. O que vieste buscar cá?

– Trouxe os meus certificados e declaração para o reconhecimento de firmas.

Cheguei muito cedo, mas nada até agora. Ficaram a fazer entrar umas pessoas e nos deixaram ...

– Ah, pois; *Bissau i assim* (Bissau é assim) (3). Fica difícil você se safar se não és alguém e não tens ninguém. Onde estão os teus documentos? Dá-me os.

– Ok. Respondeu, para logo entregar o seu envelope com os documentos ao tio Paulo. E em seguida, este disse-lhe que o esperasse no mesmo lugar pois iria voltar logo.

Os circunstantes que a tudo acompanhavam continuaram calados, cada qual tentando se safar também.

Minutos depois, Paulo voltou com os papéis e os entregou ao Bo-ri-finin, dizendo-lhe que seus documentos já estavam feitos com o que precisavam. Assim que recebeu os papéis, ele, contente, agradeceu ao tio e pôs-se a restituir-lhe o valor pago para isso. Por sua vez, Paulo não somente o disse para ficar com o valor a fim de usá-lo para outras coisas, como também, deu-lhe outro dinheiro para pegar transporte de volta à casa. Por último, disse-lhe para dizer à mãe (sua prima) que mandou cumprimentos. Assim que recebeu o dinheiro das mãos do tio, ele agradeceu novamente e partiu para casa logo.

Segundos depois, algumas pessoas, dentre os circunstantes que a tudo acompanhavam, começaram a lançar indagações e comentários:

– Onde está ele? Não era aquele que aqui reclamava que tal coisa não está direito? E que a maneira é ilegal; onde está ele? Não é aquele que já se resolveu e foi embora sem voltar a reclamar? Ora, deixemos ... pois aqui é assim. Se não tens maneira de ..., apenas trate de encontrar a maneira de ... Disse um.

– Só para tu veres! Se *safou*, saiu de bico fechado. Comentou outro.

E assim continuaram: trocando comentários e tratando de se resolverem também.

Já em casa, Bo-ri-finin almoçou e depois foi para interação com camaradas. Lá, ele pôs a contar como se passou no cartório; pelo qual, após dar todos os detalhes, foi interpelado por Pedro que lhe perguntou o porquê de não falar com a Marina, a tia dele que trabalha lá, para não ter que passar o que passou.

– Eu não sabia que era lá que ela trabalha. Disse, respondendo.

– Pois é lá que ela trabalha. Reafirmou, para depois acrescentar: – fala com ela, todavia que tens um documento a tratar; ela vai te resolver sem você precisar pisar no cartório.

–Ok. Disse.

Como era habitual, os camaradas seguiram com bate-papo sobre diversos assuntos por horas. E Bo-ri-finin só veio a sair daí quando tinha que estar na casa de seu mano Suleimane, para lavar a sua motocicleta.

Vulgarmente conhecido por Tavares-Tavares, Suleimane trabalhava com despacho de cargas e mercadorias importadas junto à Alfândega no Porto de Bissau. Assim como muitos outros despachantes em Bissau, ele entrou no serviço como *mininu di mandado* (emissário informal) de um despachante oficial. E pouco a pouco foi ganhando experiência, degraus e afirmação “profissional”.

Ao terminar de lavar a mota, ele foi retribuído com seiscentos Francos CFA pelo seu mano; do qual agradeceu e foi jogar bola com camaradas. Assim que voltou à casa depois disso, tomou banho e meteu-se à noite.

Bem cedinho ao amanhecer o dia, foi apanhar água num dos poços no entorno da casa pois faltava água na casa do tio Alfredo desde a noite passada. Lavou o corpo, se vestiu e depois seguiu para o Ministério da Educação para concluir a autenticação de seus certificados de habilitação literária.

Por lá, se juntou às outras pessoas que ali se encontravam na fila, e pôs-se a aguardar pelo atendimento. Não parava de chegar mais gente à medida que o sol ia aquecendo o dia. O atendimento ao público só foi iniciado lá por volta das 9h30min, apesar de abertas as portas do Ministério duas horas antes. A fila começou a andar com o início do atendimento. Entretanto, o cenário começou a ser outro, não demorou muito. Bo-ri-finin, assim como os outros circunstantes, percebeu que a fila não estava mais a andar, contudo tinham pessoas a *safar suas mistidas* (se resolvendo) e indo embora. Momentos depois, ele se viu, novamente, diante do cenário que vivenciou no dia anterior no cartório notarial: empurra-empurra;

desaparecimento da fila; uns tentando alcançar os balcões aplicando força; e outros valendo-se de seus conhecimentos e habilidades para conseguirem se safar por outras maneiras sem se envolver no empurra-empurra.

Tendo se afastado disso por não querer se envolver, Bo-ri-finin, com seu envelope de documentos na mão, pôs-se num canto a observar tudo. De repente, apareceu-lhe Rosália que ali chegou para também autenticar os documentos, e que a ele disse o seguinte perguntando:

– Como é que é, então? Tu estás de fora?

– Sim; não posso com isso. Respondeu.

– Tens que poder, entretanto. Não és guineense, ora? *Bissau é assim* (4), a *mistida* não *safa* (não se resolve) se tu ficares de fora. Acrescentou.

Bo-ri-finin não voltou a dizer alguma palavra, entretanto. Calado, ele seguiu observando a movimentação das pessoas e o cenário do ambiente; e a Rosália se juntou aos envolvidos no empurra-empurra.

Bo-ri-finin acabou por fazer o mesmo ao julgar de que não iria conseguir caso permanecesse de fora. Assim como os demais no meio disso, os dois tentaram até também conseguirem se resolver, e cada qual tomou seu rumo para casa depois.

Ao chegar em casa, foi de novo apanhar água para o banho num dos poços do entorno, pois ainda faltava na casa do tio Alfredo. Após o banho, almoçou, foi interagir com camaradas, lavar a moto do mano Tavares-Tavares, e depois jogar bola. Por ser que foram essas atividades que vieram a marcar sua rotina por um tempo, passamos a narrar o que vivenciava seu irmão Mário no mesmo intervalo.

**Apresentação dos enunciados/práticas *Cabra nundê k'i maradu la k'i ta kumê* (a/o Cabra/Bode se alimenta no local onde amarrada/o) e *Bissau i assim* (Bissau é assim) para o acesso às situações exemplares de seu acionamento na interação**

O aprendizado/trabalho do Mário na oficina mecânica não apresentava novidades em relação ao que era a rotina desse trabalho, durante todo esse período que deixamos suas cenas em suspenso. E foi nesse âmbito de rotina na oficina que foi solicitado pelo Ciro (seu mestre de ofício) irem juntos comprar peça (amortecedor dianteiro) para o Mercedes-Benz 190D que estavam consertando.

Como muitos outros mecânicos, incluindo seu mestre, Mário trabalha uniformizado de macacão mecânico (uniforme utilizado pelos mecânicos para o trabalho), e os dois colocavam uma roupa limpa, todavia que iriam sair para comprar peças para carro ou fazer

outras coisas relacionadas ao trabalho. Ciro já havia trocado de roupa; porém, ao perceber que Mário iria fazer o mesmo, disse-lhe que não era necessário. Ele disse ok, sem, ao menos, perguntar o porquê disso, e os dois entraram no carro rumo a *Fera di Bandé* (Mercado de Bandim), com o Ciro a dirigir o carro.

Em um trajeto de bate e volta, compraram a peça de que precisavam e puseram-se no carro em retorno à oficina. Em meio a estrada-caminho de volta, no entanto, foram parados pela polícia/guarda de trânsito, para uma abordagem de rotina para checagem das documentações do veículo.

Com o carro estacionado na devida ordem, Ciro abaixou seu vidro escuro de imediato, igual como era recomendado, e pôs-se na posição a aguardar pelo agente que, sem pressa alguma, se aproximava lentamente do veículo.

– Bom dia, senhor condutor; Carta de Condução, se faz favor. Disse.

– Bom dia, só um momento. Respondeu fazendo gestos e movimentos que remetiam procurar pela sua Carta ...

Assim que recebeu a Carta de Condução, o agente passou uma rápida vista nos seus dois versos e devolveu-o ao Ciro, sem solicitar outros documentos do veículo como Livrete, Papel do Seguro etc. Em seguida, disse-lhe que estava tudo certo, e, portanto, liberado para seguir ao seu destino. Escutado isso, Ciro disse ok, agradeceu ao agente, e ligou o carro em direção à oficina, por onde seguiram com o trabalho do dia até ao anoitecer.

Os dois voltaram a se juntar na oficina assim que amanheceu o dia, e seguiram trabalhando até quando era o momento da pausa para o almoço. Enquanto aguardavam pela comida que foi comprada por um dos colegas aprendiz, pôs Mário a conversar com outro colega sobre o processo de tirar sua Carta de Condução.

Mário disse ao Mussa que já estava com dinheiro para entrar na Auto Escola, e que gostaria de saber qual era a que o colega sugere para ele ir se matricular. Escutado isso, Mussa o perguntou se já não sabia dirigir, e ele respondeu que sim, já sabia. – Por que gastar o dinheiro em ir para Auto Escola, se já sabe dirigir? Perguntou, novamente. – Para conhecer as regras de direção, as sinalizações, etc. Acrescentou. – Meu irmão, compre a Carta pela metade do valor e tenha tudo resolvido. Realçou. – Não, não vou fazer isso; irei tirar a Carta de forma legal. – Então, que seja ... quando comerem (roubarem) o teu dinheiro, és tu quem virá me contar sobre ...

Os dois suspenderam a conversa após a chegada do almoço. Já com as mãos limpas e carregadas de talheres, eles se juntaram aos demais divididos em dois grupos de seis pessoas reunidas à volta de dois enormes pratos de alumínio bem nutridos com *Caldu di Tchebem*. Assim que acabaram de comer, Mário se juntou ao seu mestre que se encontrava no seu habitual cantinho de repouso após almoço. E lá voltou a falar da ideia de ir para a Auto Escola em relação tirar a Carta ...

– Já estou com dinheiro para entrar na Auto Escola; por isso, gostaria que me ajudasse a escolher para qual entrar.

– Ora, você já não sabe dirigir carro?

– Já sei, sim.

– Para quê ir para Auto Escola, então?

– Quero conhecer as regras, sinalizações etc.

– Hum, ok. DINÂMICA é uma boa escola .... Mas se eu fosse você, não chegaria a ir para Auto Escola; comprava a Carta e pronto. Porque o que se tem à venda, é para comprar.

– Então, irei para a DINÂMICA.

– Ok. Boa sorte!

Encerrado o diálogo sobre Carta, os dois continuaram no repouso pós-almoço por mais minutos e depois voltaram ao trabalho que, como sempre, só foi suspenso com o pôr do sol; pelo qual todos regressam para suas casas.

Como pode notar o leitor, Mário decidiu entrar para Auto Escola apesar dos desencorajamentos; pelo qual fez a matrícula na semana seguinte e começou as aulas. Passados os seis meses de aulas teóricas e práticas acumuladas com os trabalhos da oficina, foi submetido ao exame de direção da Direção Geral de Viação e Transportes Terrestres – órgão responsável pela emissão de Cartas de Condução; do qual passou e ficou à espera da emissão da sua Carta.

Ele recebeu sua Carta um mês após o exame. No trabalho, mostrou-a ao seu mestre e depois ao colega Mussa. Com a Carta de Condução na mão, Mário pôs-se a aguardar pela oportunidade de emprego de motorista; até lá, no entanto, seguiu com a rotina de trabalho na oficina com o seu mestre e demais camaradas. De modo que passamos a prosseguir com as cenas das outras personagens dessa história.

– Deixei o dinheiro em cima da mesa. Disse Augusta, de saída para escola, ao filho Bo-ri-finin.

– Ok. Obrigado! Respondeu.

Era bem cedinho ainda, porém, Bo-ri-finin pegou no dinheiro e documentos e partiu para casa da Marina, a poucos metros da sua, para fazer aquilo que o camarada Pedro o havia recomendado fazer na ocasião em que contava sobre o que passou no cartório. Lá, cumprimentou os circunstantes na casa e disse que veio falar com a tia Marina. E em seguida, foi solicitado que aguardasse um momento.

Marina saiu de dentro de casa minutos depois; e em seguida, lhe cumprimentou e perguntou-lhe do que se tratava. Bo-ri-finin respondeu ao cumprimento e disse que havia lhe trazido documentos para serem autenticados no seu serviço, a fim de poder se candidatar para as bolsas de estudo no estrangeiro do Ministério da Educação. Marina disse ok, e solicitou que ele lhe passasse tais documentos. E, rapidamente, Bo-ri-finin estendeu-lhe as mãos, uma com o envelope de documento, e a outra com o dinheiro para o respectivo pagamento das taxas de autenticação. No entanto, ela somente recebeu o envelope; depois, disse-lhe que voltasse a trazer o dinheiro no momento em que viria pegar os documentos. Bo-ri-finin disse ok, agradeceu e voltou para casa. E não tardou, Marina saiu para o trabalho.

Quando no cartório, ela autenticou os documentos do Bo-ri-finin e demais outros documentos que tinha levado consigo para isso, e depois os pôs de volta na sua bolsa, ainda não havia iniciado o atendimento ao público. Minutos depois, foram abertas as portas de acesso à sala com balcões de atendimento, e iniciou-se com o atendimento ao público geral.

– Bom dia! Disse Bo-ri-finin a Suzete que se encontrava a varrer a varanda, ao chegar na casa do tio Alfredo para apanhar água.

–Bom dia! Respondeu ela.

Em seguida, ele abriu a torneira e começou a apanhar água com seus olhos fincados nas ancas da Suzete.

– Bo-ri-finin, tire os teus olhos na *rabada* da minha sobrinha! Disse Cristina a ele, de forma humorada, ao flagrá-lo com olhos no bumbum da sobrinha.

– Não ... não é nada, ora. Não é o que pensa a tia. Respondeu ele, sorrindo, contudo, envergonhado.

– Ah, “nada ...”; é assim que vocês dizem, embora a mim parece que você é um bom menino. Acrescentou.

– Já vou, então ... Disse, após fechar a torneira e carregar o balde cheio de água; e sem, no entanto, dizer nada em *feedback* ao que foi acrescentado pela Cristina.

– Ok, Disse Cristina. Para em seguida, despedir-se da sobrinha, pegar nas suas coisas e partir para o trabalho de venda na feira. E não tardou, também saiu o marido Alfredo para o trabalho.

Sem participar da conversa que dizia respeito a ela, Suzete continuou varrendo a varanda até terminar. Em seguida, pôs-se a ocupar com outros afazeres domésticos para só depois preparar o almoço e ir para a escola no período da tarde.

Após limpar a casa como a mãe havia ordenado que passasse a fazer em auxiliar a prima Bo-ô-na-ndji com os trabalhos domésticos, Bo-ri-finin tomou banho, mata-bichou e foi interagir com camaradas.

As horas se passaram, e lá ele estava ocupado, de novo, com a tarefa de lavar a mota de seu mano. Depois disso, seguiu para casa da Marina para pegar seus documentos.

– Boa tarde! A tia Marina já voltou do trabalho. Perguntou para a pessoa que encontrou na casa quando chegou.

– Boa tarde! Sim, vou chamar ela. Respondeu esta.

– Ok.

Momentos depois, Marina saiu com o envelope dos documentos e se aproximou do Bo-ri-finin.

– Aqui estão os teus documentos. Disse, entregando-lhe o envelope.

Após receber os documentos e verificar que estava tudo certo, agradeceu a tia Marina e deu-lhe o dinheiro relativo aos encargos com a sua feitura; do qual ela recebeu somente uma parte.

– Muito obrigado, tia! Disse.

– De nada.

– Já vou, então.

– Está bem.

Já tendo definido que iria fazer a inscrição para a bolsa na manhã do dia seguinte, ele guardou os documentos quando em casa e depois foi jogar bola com os camaradas.

Amanheceu o dia, e lá estava ele se prontificando para ir ao Ministério da Educação, no centro da cidade, para se inscrever. Ao chegar lá, se deparou com uma multidão que ali se encontrava enfileirada para comprar o formulário de inscrição.

– Bom dia! Disse ele, cumprimentando os circunstantes e se ingressando na fila que já andava.

Instantes depois, chegou o camarada Pedro, e ele o meteu na fila na sua frente. Comprado os formulários, os dois se juntaram a um grupo de pessoas no qual se encontravam o Afonso e a Aminata, ex-colegas de liceu, e mais o amigo Cláudio, que já estavam a preencher os seus formulários.

– São quantas vagas de bolsas no total? Perguntou Pedro.

– 105 vagas. Respondeu Aminata.

– *Eh, Deus ...*<sup>18</sup>; cá estamos nós se matando com o preenchimento desses formulários, sabendo que essas vagas já têm os seus donos ... Expressou Cláudio.

– Verdade; mas fazer o quê? Temos que nos inscrever para que não venham a nos dizer que não fomos atrás da oportunidade. Comentou Afonso.

– Pensamento positivo, camaradas; iremos conseguir. Disse Bo-ri-finin.

– Por essa Bissau na qual estamos, no entanto!? Talvez, se tivéssemos *Costa-largu*<sup>19</sup> ... Voltara Cláudio a expressar.

Após fazerem as inscrições mediante entrega dos formulários preenchidos e demais outros documentos exigidos, eles se despediram um do outro e cada qual seguiu para sua casa aguardar pelos resultados das inscrições, e seleção para os testes.

Já na sua casa, Bo-ri-finin almoçou e depois foi para divertimento com camaradas, e aguardando pela hora da sua tarefa de lavar a mota de seu mano.

– Boa tarde! Disse ao mano ao chegar à casa dele com as suas ferramentas para lavar a mota.

– Boa tarde meu menino, você veio? Disse.

– Sim. Respondeu, para logo começar a lavar a mota.

Tendo acabado de fazer isso minutos depois, ele informou ao mano que a mota já se encontrava limpa, e pôs-se a arrumar as suas ferramentas.

– Maravilha! Respondeu, para depois acrescentar que estava para adquirir um *Guiri-guiri* (Mercedes 308D) para *Toka-toka*<sup>20</sup>, e que gostaria que fosse Bo-ri-finin o gerente.

– Muito bom, mano.

---

<sup>18</sup> Expressão que remete lamento.

<sup>19</sup> Pessoa do tipo que, fazendo o uso paralelo da capacidade de influência material e/ou simbólico da qual é provido sobre pessoas e/ou coisas, pode fazer ou faz o sujeito que acode conseguir algo material e/ou simbólico próprio da necessidade deste.

<sup>20</sup> Mini vans, e transporte coletivo urbano de Bissau.

Pela continuação do diálogo entre os dois, Tavares-Tavares perguntou ao Bo-ri-finin se conhecia um condutor na circunvizinha para o carro a ser adquirido; pela qual ele respondeu mencionando o seu irmão Mário.

– Ótimo; diga-o para vir aqui em casa essa noite, que quero falar com ele sobre o carro.

– Ok. Respondeu Bo-ri-finin, para logo se despedir, e seguir para o jogo de futebol com seus camaradas.

Assim que o jogo acabou, ele voltou para casa, tomou banho, e deixou o recado com a prima Bo-ô-na-n'dji para o irmão Mário enquanto saía para se meter na noite.

Instantes depois, Mário chegou à voltando da oficina. Ele tomou banho e jantou. E ao se preparar para sair como era habitual, apareceu-lhe a Bo-ô-na-n'dji com o recado deixado pelo irmãozinho.

– Ok. Disse ao escutar o recado, para logo se puser em direção a casa do Tavares-Tavares.

– Boa noite, como você está? Disse-o ao lá chegar.

– Boa noite, estou bem; e você? Sente-se, por favor! Respondeu Tavares-Tavares.

– Estou bem; obrigado!

Após ouvir tudo sobre a proposta de ser condutor do *Toka-toka* e sobre os termos e condições do trabalho, Mário disse que estava interessado na vaga. E tendo escutado isso, Tavares-Tavares disse maravilha, para depois acrescentar que os dois voltariam a falar sobre o trabalho assim que ele estiver com o carro.

– Ok. Respondeu Mário que, em seguida, partiu para a habitual diversão com os camaradas da noite, da qual só voltava à casa para dormir. Pelo que passamos a ver o que acontecia na casa do Alfredo.

– Sabe me dizer onde a Suzete se encontra, perguntou Cristina ao marido Alfredo sobre a sobrinha, após esta não responder ao seu chamado.

– Ela não está aqui, ora? Respondeu indagando.

– Não! Essa menina já está a sair muito. Mas se ela arranjar ..., vai ver ...!

Após dizer essas palavras, Cristina pegou numa cadeira de plástico e sentou junto do marido na varanda, por onde também se colocou à espera da sobrinha ausente, sem, no entanto, ter informado onde iria.

– Se você se arranjar ... se você se arranjar ... vai ver; aonde foi que você se meteu? Disse à sobrinha num tom intimidatório, quando ela colocou os pés na varanda, voltando de onde tinha ido.

– Fui para *djumbai* (divertimento) na casa da colega Salimato. Respondeu.

– Que continue você a dizer na “casa da Salimato”; pois não será sua na ausência ... Sem voltar a dizer nada, Suzete foi direto para dentro da casa para se recolher. E não tardou, Cristina e o marido Alfredo fizeram o mesmo minutos depois.

Todos da casa se puseram às suas rotinas com o amanhecer do dia seguinte: Cristina foi para venda na feira, Alfredo para o trabalho na EAGB, e Suzete ocupada com os serviços domésticos da casa.

Na oficina, Mário contou ao seu mestre que ele havia conseguido a oportunidade de ser motorista do *Toka-toka* que o seu vizinho estava para adquirir; e dele recebeu os parabéns por isso.

No entorno da vizinhança, Bo-ri-finin encontrou-se no seu *djumbai* com camaradas assim que ele tinha acabado de limpar a casa.

Tanto o resto desse dia assim como os outros que se sucederam depois foram marcados sem novidades nas rotinas desses personagens, pelo qual passamos a seguir com as novas sobre Carlos, personagem que, até então, tinha ocupado poucas linhas dessa história.

Carlos seguiu trabalhando como ajudante de pedreiro nos ocasionais contratos de trabalhos que o seu mestre Edmilson apanhava pelos bairros de Bissau, durante todo este intervalo que deixamos as suas cenas suspensas. De modo que finalizado o trabalho com o pôr do sol em mais um dia desses, ele pôs-se de volta para casa.

Ao chegar lá, ele foi imediatamente ver seu pai Fernando, agente/soldado da Polícia de Ordem Pública – POP, que se encontrava deitado por estar muito doente, para saber do seu estado com o passar do dia.

– *Papá, papá*, como você está? Disse perguntando quando chegou junto dele.

Sem escutar nada vindo dele, pensou que o pai estava dormindo por isso não lhe respondeu. Entretanto, por ser que era a hora para a sua medicação, tentou, acordá-lo novamente, mas voltou a não ter resposta alguma.

Tendo logo ficado tenso por isso, Carlos voltou a fazer duas outras tentativas de acordar o pai que também não foram de sucesso. De maneira que assustado com a situação,

saiu a correr, logo de imediato, para casa da vizinha médica, a poucos metros, sem, ao menos, falar com a irmãzinha Badilé, ao se passar por ela na varanda.

– Boa noite, tia Binta; o meu ... o meu pai não está a responder ... Queria que a senhora fosse comigo para casa ... Disse a gaguejar por conta da respiração ofegante decorrente do pânico que lhe afligia.

– Calma! Respire devagar e tente se acalmar. Já vamos logo para lá; mas antes, deixe-me pegar os meus materiais. Respondeu Binta.

Os dois encontraram a Badilé junto do pai tentando acordá-lo assim que chegaram; e a ela, Binta pediu licença para examiná-lo. Após examinar Fernando e não ter sucesso nas tentativas de reanimá-lo, aos irmãos que já estavam a chorar, Binta declarou o falecimento do pai. E em seguida, abraçou-os e, também com lágrimas, pôs-se a confortá-los e a encorajá-los.

Instantes depois, Carlos ligou para sua mãe Paula que se encontrava ausente por causa das regulares viagens a trabalho que fazia aos *Lumus*<sup>21</sup>, e para demais familiares e conhecidos comunicando o falecimento do pai. E não tardou, começaram a aparecer demais vizinhos e vizinhas devido ao eco do choro da Badilé que se fazia ouvir a dezenas de metros.

Como os familiares já estavam dando o necessário apoio ao Carlos e a Badilé, Binta despediu-se deles e voltou para sua casa. Lá, ela tomou banho e tentou dormir logo em seguida.

Interrompendo a viagem, Paula, viúva do falecido, chegou à casa quando o sol do dia seguinte ainda não se via. Com lágrimas caindo pelos olhos, abraçou os filhos, Carlos e Badilé, ao encontrá-los, e depois pôs-se a desempenhar o seu papel de dona de casa e o da viúva para os efeitos do velório e do enterro.

Não parava de chegar mais pessoas que vinham para prestar suas condolências à família enlutada; dentre as quais, Tenente Bedamone, Comandante da Esquadra Policial (Delegacia) na qual o falecido servia, acompanhado de seus agentes e colegas de serviço.

Após concertação entre os familiares, o funeral do falecido foi marcado para o período da tarde do dia seguinte, e a cerimônia de *Toka-tchur*<sup>22</sup> estabelecida para uma data

---

<sup>21</sup> Mercados e/ou espaços comerciais periódicos espalhados nas diferentes cidades e zonas rurais do país, na qual, periodicamente (dia inteiro, geralmente), multidões de pessoas vindas de diferentes cantos do país se encontram para vendas e trocas comerciais dos mais variados tipos de produtos e bens.

<sup>22</sup> De maneira geral, *Toka-tchur* é uma cerimônia tradicional com rituais envolvendo o sacrifício de animais (bois, porcos e cabras), cortejo performático, festivo e danças para a celebração da passagem ou deslocamento

futura. O velório do falecido Fernando não foi contemplado por cerimônias honrosas do Estado devido ao fato de ele apenas ser soldado. Quando já estava tudo pronto para a hora marcada, o enterro foi feito no Cemitério de Antula – Bissau.

De volta à casa após isso, seguiu-se com o costumeiro jogo das cartas do baralho acompanhado de bebidas alcoólicas em paralelo ao choro das pessoas que ainda não conseguiam conter lágrimas.

A maioria das pessoas regressaram às suas casas quando ficou tarde; e à família enlutada e as pessoas que ficaram se recolheram depois.

O dia seguinte assim como demais dias e semanas que seguiram foram marcados pelas realizações das tradicionais cerimônias pós-funeral, e gradativa volta à casa por parte dos familiares que ali ficaram durante esse tempo. E quando tudo voltou ao normal, um mês depois, Paula retomou às viagens aos *Lumus*, e Carlos ao trabalho com o seu mestre Edmilson.

– As coisas não mudaram até agora; o Armindo (dono da obra) continua a lamentar falta do dinheiro para nos pagar. Disse Edmilson ao Carlos, quando novamente reunidos no trabalho na obra.

– Epa, essa situação é difícil. Respondeu ele.

– Pois é, mas hoje não iremos para casa sem nada. Venderemos dois sacos de cimentos e pegamos o dinheiro para nós.

– *Cabra nundê k'i maradu la k'i ta cumê* (a/o cabra/bode se alimenta no local onde amarrada/o)! (5).

– Isso! Inclusive, foi o que ele me disse quando me deu aquele um bocado de dinheiro do qual eu reparti com você no momento da morte de seu pai.

– É; é isso.

Igual como ficou combinado entre os dois, Edmilson e Carlos venderam dois sacos de cimento e dividiram o dinheiro, e cada um foi para sua casa descansar no final do dia. E por ser que os dias de trabalhos que se seguiram não foram marcados por novidades, passamos então a dar continuidade com as cenas à volta dos dias do Bo-ri-finin.

---

do espírito da pessoa adulta ou idoso falecido para outro espaço habitacional da continuidade da vida pós-morte física, para que ele/a não venha a tornar-se num espírito vagante e, por isso, vier a causar mal aos entes vivos.

– E aí, preparados para os testes? Perguntou Bo-ri-finin a Aminata e Cláudio, quando todos já se encontravam na sala para uma das duas provas de conhecimento da matemática e da língua portuguesa, para as vagas de bolsas de estudos do Ministério da Educação.

– Mais ou menos, você sabe como é. Respondeu Aminata.

A conversa entre os dois foi interrompida quando chegou a professora aplicadora da prova. E assim que foram cumpridas todas as formalidades, a professora distribuiu os papéis da prova aos candidatos e deu-se início com respostas às questões.

A duração da prova foi de quatro horas de tempo. Assim que finalizado o tempo, a professora recolheu as provas e retirou-se da sala, e os candidatos tomaram seus rumos para casa em seguida.

Bo-ri-finin e Pedro, que se encontrava em uma das outras salas também a fazer o teste, seguiram para casa de táxi, trocando impressões sobre a prova do dia, e dialogando sobre quais matérias estudar para a próxima do dia seguinte.

– Bom dia, como você está? Perguntou Cláudio ao Bo-ri-finin, ao encontrá-lo já sala à espera pelo início da segunda prova, na manhã do dia seguinte.

– Bom dia, estou bem, obrigado! E você?

– Estou bem, também.

Novamente, o diálogo entre os dois foi suspenso com a entrada do professor aplicador da prova na sala. E assim que finalizada a realização da prova, Bo-ri-finin foi novamente se encontrar com Pedro e os dois seguiram juntos para casa.

Já na sua casa, ele almoçou após o banho e depois foi para o habitual *djumbai* (divertimento) com camaradas, por onde voltou a reencontrar o Pedro.

Bo-ri-finin ficou no *djumbai* com camaradas por muito tempo, e depois partiu para casa de seu mano Tavares-Tavares para lavar a moto. Lá, lavou a mota e depois despediu-se para ir jogar bola.

Assim que ele voltou do jogo horas depois, tomou banho, jantou e se meteu na noite, igual como era habitual.

– Essa menina não está aqui outra vez! Expressou Cristina perto do marido Alfredo, por não notar a sobrinha Suzete na casa.

– Ela passou por mim agora pouco, e disse que seu destino era a casa da colega Salimato. Respondeu Alfredo.

– Que continue a dizer “Salimato”. Se se arranjar ... será ela quem vai ver com os próprios olhos. Acrescentou.

Ela voltou a intimidar a sobrinha Suzete com olhares e seguintes palavras, quando ela chegou à casa voltando de onde tinha ido: – não voltarei a dizer nada pois é você quem verá quando se arranjar ...

Sem dizer nada, no entanto, igual como havia feito noutra vez, Suzete entrou no cômodo da casa e se recolheu.

Passado um mês, os resultados dos testes do Ministério da Educação foram publicados. Nenhum dos candidatos, incluindo Bo-ri-finin e Pedro, obteve, pelos resultados de seus desempenhos nas provas, a nota de corte (12/20 pontos). Entretanto, a classificação final para as vagas foi pela ordem decrescente de suas notas finais da média ponderada das notas obtidas nas duas provas, independentemente de os candidatos atingirem ou não a nota de corte, igual como estava previsto no Termo de Referência (Edital).

– Apanhei a nota seis (6); e você, qual é sua nota? Perguntou Pedro ao Bo-ri-finin.

– A minha nota é nove (9). Respondeu.

– Você está bem posicionado então; uma vez que, com exceção da única pessoa com a nota onze (11), as duas dezenas de candidatos que apanharam a nota nove (9), igual você, são os primeiros colocados.

– Pois é verdade.

– Meus parabéns; você vai conseguir.

– Obrigado! E acho que você ainda pode conseguir também.

– Acho improvável, pois como você deve lembrar são somente cento e cinco (105) vagas. No entanto, tem centenas de pessoas de nota sete (7) na nossa frente; também somos muitos com a nota seis (6).

– É verdade. Mas se Deus quiser você pode conseguir.

Os dois camaradas continuaram com a conversa até quando cada um tomou rumo final para sua casa, por enquanto aguardam serem chamados para os próximos passos até a viagem.

Horas depois, os dois voltaram a se juntar para *djumbai* (divertimento) com demais colegas no local de sempre.

– A mota já está limpa, e já vou logo para o jogo. Disse Bo-ri-finin ao seu mano, logo assim que havia terminado de lavar a mota.

– Ok; tenha um bom jogo!

Acabado o jogo, ele tomou banho, jantou e foi de novo para *djumbai* (divertimento).

– Boa noite! Disse Carlos à irmãzinha Badilé, ao chegar em casa voltando do trabalho.

– Boa noite! Respondeu ela.

Em seguida, Carlos tomou banho, jantou e se preparou para as habituais saídas às noites. E ao sair, recebeu da irmãzinha, sentada na varanda, o recado que o Comandante Bedamone deixou para ele sobre ir à Esquadra da Polícia para se verem.

– Ok. Disse ele à irmãzinha ao escutar o recado, e saiu logo.

Carlos pôs-se ao caminho para o trabalho logo bem cedinho ao amanhecer o dia. No meio disso, entretanto, recebeu a ligação do Edmilson que o disse que tinha acordado doente, de modo que o trabalho do dia estava cancelado. Tendo escutado isso de seu mestre, Carlos deu meia volta e colocou-se no caminho para casa. Lá, pôs-se a fazer trabalho doméstico com a irmãzinha enquanto aguardava passar o tempo para ir à Esquadra da Polícia para se ver com Comandante Bedamone.

Já na Esquadra horas depois, ele foi recebido pelo Comandante Bedamone que, logo após os cumprimentos e saber dos estados do um e outro e dos familiares, o disse o seguinte:

– O seu pai foi um bom homem! O melhor da nossa turma na formação. Um agente exemplar que, como poucos, serviu esta instituição e este país com muita distinção. Mas que devido à não valorização do trabalho por parte dos governantes desta terra, infelizmente, como muitos outros de nós, também os já falecidos, não teve a oportunidade de providenciar a si e a vocês, uma vida condigna. Mais uma vez, meus sentimentos de pesar pela sua e, também, nossa perda!

– Obrigado! Disse Carlos com lágrimas nos olhos após escutar essas palavras.

Comandante o esperou se recompor da emoção e depois continuou:

– Eu te chamei aqui para conversarmos sobre as coisas, pois você já é crescido. Você estuda ou trabalha?

– Não, não estudo; mas trabalho como ajudante de pedreiro.

– Ah, sim; e o que você pensa fazer depois, pretende seguir como pedreiro?

– Não sei dizer agora.

– Ok. Você não pensa em entrar no lugar do seu pai e se tornar um de nós?

– Para eu ser polícia?

– Sim; apesar da não garantia de salário nos primeiros momentos.  
– Não sei dizer agora; mas vou pensar.  
– Ok, sem pressa. Você pensa e depois me comunica o que decidiu.  
– Ok.  
– Tome este dinheiro (dez mil Francos CFA) para si.  
– Ok, muito obrigado!  
– De nada. Qualquer coisa você pode passar aqui ou me ligar; aqui está o meu número de celular.

– Ok. Já vou, então.

– Tchau, até mais!

Quando em casa ao voltar da Esquadra, Carlos almoçou e deitou para repousar um pouco. E ao acordar depois, saiu para visitar seu mestre Edmilson.

– Boa tarde! Disse ao chegar em casa deste.

– Boa tarde; como está? Respondeu mestre.

– Estou bem. E você, como já se sente?

– Estou melhor, apesar de ainda sentir dor de cabeça; mas retomamos o trabalho amanhã.

– Vai passar.

– Que Deus te ouça! E aí, quais são as novas?

– Nada demais, com exceção da proposta de eu ser polícia. Estive com Comandante do meu pai hoje mais cedo na Esquadra.

– E o que foi que você disse sobre isso?

– Ah, eu disse que não sabia se queria isso; mas que iria pensar.

– Fizeste bem. Se você entrasse no Grupo de Trânsito (Polícia/Guarda de Trânsito) seria melhor. Você por acaso chegou a perguntar se existia essa possibilidade?

– Não.

– Pergunte-o sobre isso. E se ele disser que é possível, entre lá. É melhor.

– Ok. Quer saber, vou ligar para ele agora mesmo.

Ao terminar de conversar com Comandante Bedamone pela chamada telefônica que durou menos de dois minutos, Carlos disse ao mestre que Comandante Ihe disse que era possível entrar pelo Grupo de Trânsito; sendo que, para isso, iria ele primeiro conversar com seus camaradas da Brigada de Trânsito e outros do Ministério do Interior.

– Ok. Respondeu mestre; e os dois seguiram com as conversas sobre demais coisas por mais horas até ao anoitecer.

Ao voltar do futebol, Bo-ri-finin lavou o corpo e comeu. Depois foi para *djumbai* (divertimento) com camaradas até ficar tarde como sempre.

Era dia seguinte e já se encontrava Mário na oficina, bem cedinho, para executar mais um dia de trabalho. Passados alguns momentos, ele saiu com seu mestre Ciro para habitual idas às compras das peças no mercado de Bandim.

No mercado, os dois compraram tudo que precisavam e colocaram na porta mala do carro para voltar à oficina. No meio do caminho de volta, entretanto, foram parados pela polícia/guarda de Trânsito para uma abordagem de rotina.

– Você colocou o cinto!?! Perguntou Ciro, com boina militar vermelha dos paracomandos na cabeça, ao Mário, ao se estacionar e se puser a aguardar pelo guarda que já se aproximava do veículo.

– Bom dia, senhor condutor; Carta de Condução e documentos do carro, por favor!

– Bom dia senhor Guarda, só um momento ...

Como de outrora, Ciro entregou sua Carta e documentos do carro ao agente após alguns segundos. E em seguida, pôs-se a aguardar enquanto o guarda procedia com as verificações.

Após liberado pelo guarda, Ciro ligou à ignição e pôs-se em direção à oficina.

Passado um mês, Tavares-Tavares adquiriu *Guiri-guiri* (Mercedes-Benz 308D). E após o carro ser transformado em *Toka-toka* pela referida pintura com as cores amarela e azul, ficou decidido entre Tavares-Tavares, Mário e Bo-ri-finin que seria lançado na linha de Antula Bono.

– Como é que está o processo sobre bolsa de estudo, vocês já estão com as viagens marcadas? Perguntou Pedro ao Bo-ri-finin, quando afastados dos outros camaradas no divertimento.

– Nada até agora. Respondeu.

– Ah, sim. Então, te perguntei sobre isso pois a minha tia (Marina) disse-me, hoje mais cedo, de que eu estou com a viagem marcada para próxima semana.

– Para bolsa?

– Sim.

– Parabéns!

- Obrigado!
  - De nada. Então é relativo a outro processo diferente do nosso?
  - Acho que é o mesmo pelo que escutei da conversa telefônica entre ela e a amiga que trabalha no Ministério da Educação.
  - Então tenho que passar lá o mais rápido possível para saber das coisas.
  - Pois é, você precisa ir lá. Pois são vocês, que estão na frente de nós, que já deviam estar com as viagens marcadas há muito tempo.
  - Pois é.
  - E não conte nada a ninguém sobre minha viagem, por favor! Pois sabemos bem como são as coisas por cá. Não se sabe quem é que nos têm como inimigo e não querer o nosso bem. Só irei contar para os outros quando já no dia da viagem, recorrendo à clássica “a viagem me pegou de surpresa”.
  - Pois é, “não se sabe ...”. As pessoas são más nesta terra. Veja o caso daquele rapaz que seu passaporte pegou fogo dentro da mala quando ele se preparava para o embarque no aeroporto.
  - Ainda bem que tu lembraste disso, meu caro; é muita maldade por aqui.
  - Pois é. Mas fique tranquilo, pois vai ficar somente entre nós. Meus parabéns mais uma vez! E qual é o país ...?
  - Muito obrigado; irei para a Rússia.
- Após esse diálogo, os dois voltaram a se juntar aos outros camaradas e participar do *djumbai* até quando ficou tarde.
- Bom dia senhor; sou Bo-ri-finin ..., um dos candidatos às bolsas. Vim à procura de informações sobre o andamento do processo. Disse ele ao atendente na secretaria, quando no já no Ministério da Educação na manhã do dia seguinte.
  - Bom dia, meu jovem; do que você quer saber em específico?
  - Sobre a entrega dos passaportes e a marcação das viagens.
  - Então, você não tinha entregado o seu antes? O período para isso já passou, no entanto. O que estamos a fazer agora é chamar os candidatos para as viagens. E se você não tiver entregado o seu, como parece ser, saiba que está fora do processo.
  - Como assim, “fora do processo”? se foram vocês que não me chamaram para fazer isso, durante todo esse tempo que estive à vossa espera.

– Infelizmente, é assim meu jovem: você não entregou no devido tempo, então está fora ...

– “Assim”, como? se foram vocês que não me chamaram para isso! Irei recorrer! Onde é que faço isso, por favor?

– É por aqui; mas acredito que seria perda de tempo, pois não muda nada. Mas aqui está o formulário para o recurso, caso queira levar isso adiante.

Após receber o formulário para interpor recurso, Bo-ri-finin voltou a perguntar o seguinte ao atendente:

– Existe outro processo de bolsa decorrendo em paralelo a esse?

– Não, só tem esse. Por que perguntou?

– O meu amigo que também está a concorrer se encontra nos últimos colocados na lista de classificação dos candidatos, porém disse-me que já tem viagem marcada para próxima semana, por isso perguntei. Pois se for o processo o mesmo, nós que estamos na frente, na classificação, é que devíamos estar com viagem marcada antes deles.

– Ah, lamento ..., mas disto eu não tenho conhecimentos.

Assim que ouviu isso, ele procurou um canto e começou a preencher o formulário para recurso. Ao se passar dois minutos e ele ainda nisso, sentiu alguém bater-lhe no ombro e o chamou pelo nome; pelo qual viu que era o amigo Cláudio quando levantou a cabeça.

– Então o que tens aí a preencher? Perguntou-lhe Cláudio, depois de os dois terminarem de cumprimentar um ao outro.

Após informar ao Cláudio sobre o formulário de que preenchia, e sobre qual era a razão disso, Bo-ri-finin voltou a ouvi-lo dizer o seguinte:

– Então era sobre isso que eu falava no momento em que fazíamos as inscrições: que essas bolsas já tinham seus donos. Pois se não fosse por isso, seriam vocês os primeiros a viajarem por serem primeiros colocados na lista classificatória. De modo que é provável que este teu recurso não te sirva de nada.

– Mas e você, o que faz aqui? Disse perguntando ao Cláudio.

– Vim pegar os documentos que eu tinha entregado a fim de aproveitar aqueles que ainda têm validade para fins de emprego.

Os dois se dirigiram para o balcão de atendimento da secretaria assim que Bo-ri-finin terminou de preencher o formulário. Lá, ele entregou o formulário preenchido ao atendente e foi informado sobre quando sairia o resultado do recurso interposto. Em seguida, Cláudio

se identificou e informou a que veio. Logo assim que ele recebeu seus documentos das mãos do atendente momentos depois, os dois se puseram a caminho de casa.

– Tchau! Só voltarei a me inscrever noutros processos para bolsa do Ministério da Educação quando eu tiver *Costa-largu*<sup>23</sup>. Te aconselho fazer o mesmo também. Disse Cláudio ao Bo-ri-finin quando cada um tomava rumo para sua casa.

– Ok; estamos juntos!

Chegando em casa, Bo-ri-finin trocou de roupa rapidamente, e foi para *djumbai* (divertimento) com camaradas. Lá, encontrou Pedro e, momentos depois, os dois se afastaram dos outros para uma conversa em particular.

– Lamento muito! Disse Pedro ao que ouviu do Bo-ri-finin sobre como ele se passou no Ministério.

– Obrigado! Disse, e os dois voltaram a se juntar aos outros colegas no *djumbai*.

O restante do dia fora sem novidades em relação a sua rotina de lavar a mota do mano e jogar bola com os colegas. De modo que assim que amanheceu o dia, ele voltou a se encontrar no Ministério para saber do resultado do recurso interposto.

Após dar cumprimentos a atendente, se identificar e depois explicar a que veio; a atendente o pediu para aguardar um pouco enquanto pegava as papeladas.

– Aqui está o resultado do seu recurso. Disse a atendente ao entregar-lhe o papel minutos depois.

Após abrir o papel imediatamente e constatar que o recurso interposto foi indeferido, Bo-ri-finin apenas disse à atendente que gostaria de levantar todos os documentos que ele havia entregado até então; pelo qual voltou a ouvir “aguarde um pouco”.

– Aqui estão! Disse a atendente ao entregá-lo os documentos.

– Obrigado! Respondeu, para depois ir pegar táxi para casa.

Chegado à casa, trocou de roupa e foi para *djumbai* (divertimento). Lá encontrou Pedro e os dois se afastaram dos outros imediatamente para conversarem em particular.

– Epa; lamento muito! Disse Pedro ao que ouviu do camarada sobre o indeferimento do seu recurso interposto no Ministério.

---

<sup>23</sup> Pessoa do tipo que, fazendo o uso paralelo da capacidade de influência material e/ou simbólico da qual é provido sobre pessoas e/ou coisas, pode fazer ou faz o sujeito que acode conseguir algo material e/ou simbólico próprio da necessidade deste.

– Obrigado! Respondeu.

– Como teu amigo, te aconselho a não concorrer mais para as bolsas do Ministério se você não tiver alguém que te fará conseguir. Acrescentou.

– Ok; o Cláudio também me disse a mesma coisa.

– E é sobre isso. Pois *e nô Bissau i assim* (essa nossa Bissau é assim) (6): não se *safa* quando você não tem alguém. Só consegui, passando na vossa frente inclusive, porque lá tinha a tia Marina uma *Costa-largu*<sup>24</sup>.

– Ok. Disse, e os dois voltaram a se juntar aos demais colegas.

– Alô; quem é, por favor? Perguntou Carlos, ao atender o celular no trabalho na obra.

– É o Comandante Bedamone, meu sobrinho.

– Sim, tio; como o senhor está?

Após terminar a conversa telefônica de quase três minutos, ao seu mestre Edmilson, diz Carlos o seguinte:

– Era Comandante Bedamone com quem eu estava a falar. Ele disse-me que conseguiu ..., e que irei logo entrar como Soldado no Grupo de Trânsito. Também disse para eu passar na Brigada logo amanhã levando meus documentos para o cadastro e receber o fardamento.

– Isso; Deus obrigado! Finalmente você poderá se livrar desse nosso castigo, se organizar e, também, ajudar a sua mãe.

– Espero que sim. Porém, ele disse que não conseguiu que eu começasse a receber o salário logo ao entrar em serviço.

– Relaxa, meu jovem! Não se preocupe com isso pois quando tu conheceres o segredo do trabalho que te espera, não irás se importar tanto com o salário.

– Por que o senhor disse isso?

– Tenho um amigo que começou assim, sem salário, igual como você vai entrar agora, mas que já está com a vida bem resolvida com casa e muitos carros. Irei falar com ele sobre você e pedir-lhe para te dar instruções sobre o trabalho; e também que ele te tenha

---

<sup>24</sup> Pessoa do tipo que, fazendo o uso paralelo da capacidade de influência material e/ou simbólico da qual é provido sobre pessoas e/ou coisas, pode fazer ou faz o sujeito que acode conseguir algo material e/ou simbólico próprio da necessidade deste.

como seu menino. O nome dele é Eduardo, mais conhecido por *Operacional*. Ele é Subtenente.

– Entendi. Muito obrigado! E como é que ficará o trabalho por aqui uma vez que estarei de saída?

– Não se preocupe com isso, pois vou arranjar outra pessoa para ficar no seu lugar.

– Ok, então.

O trabalho só foi suspenso pela dupla quando no horário para o almoço. A seguir isso, eles se puseram ao habitual repouso pós almoço.

– Obrigado! Disse Alfredo à Suzete que tinha acabado de retirar-lhe a mesa do almoço.

– De nada, titio. Respondeu ela.

– Então, você não vai à escola hoje? Perguntou a ela deitada, após notar que tinha se passado a hora de ir para escola.

– Não vou ..., não me sinto bem; dói-me a cabeça.

– Ok.

A Suzete permaneceu deitada e o Alfredo voltou a se sentar na varanda para tomar o ar. Momentos depois, saiu para divertir-se com camaradas na taberna no entorno da vizinhança, por onde tomou alguns cálices da *cana-bordão* (cachaça). Ao voltar para casa meia hora depois, foi de imediato ver a Suzete que ainda se encontrava deitada.

– Você está melhor; a dor passou? Perguntou quando chegou junto dela.

– Não; agora estou com enjoo também. Respondeu.

– Você tinha tomado paracetamol?

– Sim.

– Vai passar logo ... Estarei na varanda, qualquer coisa me chama.

– Ok.

Suzete continuou deitada e o Alfredo voltou a se sentar na varanda para tomar o vinho que tinha comprado na taberna.

– A mota já está limpa. Disse Bo-ri-finin ao seu mano Tavares-Tavares.

– Maravilha. Vocês começarão a trabalhar em breve pois já estou prestes a conseguir a linha de destino pela qual estarão a rodar. Disse.

– Maravilha; será a de Antula, não é?

– Sim, pois possui uma das poucas estradas com qualidade em Bissau.

- Ok; já vou para o jogo, então.
- Ok; *nô sta djuntu* (estamos juntos).

Após voltar do jogo, tomar banho e jantar, Bo-ri-finin foi para o habitual *djumbai* (divertimento) com camaradas.

- Boa noite! Disse Cristina, voltando da feira, ao marido sentado na varanda.
- Boa noite, já está se voltando ...? Respondeu ele perguntando.
- Sim, ...

Ao descarregar as coisas das quais portava quando já dentro do cômodo da casa, Cristina saiu e perguntou ao marido sobre a sobrinha Suzete por não ter visto ela e não saber que ela se encontrava deitada.

– Ela se encontra deitada desde princípio da tarde. Queixou-se da dor de cabeça e enjoo. E inclusive não foi para escola. Respondeu.

– “Dor de cabeça e enjoo!” eu da minha mãe que não irei presenciar isso ...!!!

– Suzete, Suzete, levanta-te; o que você disse que sente? Perguntou à sobrinha quando junto dela, na sequência do que escutou do marido.

- Dor de cabeça, enjoo e dor de barriga. Respondeu sentada na cama.
- Você tomou paracetamol?
- Tomei, mas não passou.
- Volte a se deitar então. Amanhã você irá para consulta para saber o que é.

Após isso, Cristina tomou banho, jantou e foi se juntar ao marido na varanda até quando ficou tarde.

– Aqui está o dinheiro. Disse à Suzete, ao sair para venda na feira na manhã do dia seguinte.

Após ter recebido o dinheiro para consulta médica, Suzete voltou a se deitar e esperar pela hora de ir ao hospital.

Quando no hospital, ela pagou a taxa para consulta médica e colocou-se na fila para aguardar pelo atendimento. Quando chegou à sua vez, ela entrou na sala e a médica começou a atendê-la.

Após escutar atentamente o que a Suzete disse sobre os sintomas, a médica solicitou os exames de testes rápidos para o diagnóstico de paludismo, da febre Tifóide e o de gravidez; dos quais o último foi o único que deu positivo.

– Os teus resultados para os diagnósticos do paludismo e da febre Tifóide deram negativos, mas o de gravidez deu positivo. Você está grávida. Disse.

Por ficar em completo estado de choque pelo que acabou de escutar da médica, Suzete não foi capaz de pronunciar sequer uma palavra. E ao perceber isso, entretanto, a médica voltou a dizer-lhe o seguinte:

– Tenha calma *badjuda* (menina), isso acontece. Eu também tive o meu primeiro filho quanto tinha a sua idade (19 anos). Agora é só você passar a se cuidar e seguir com as consultas de pré-natal. Você está com medo de seus pais?

– Sim. Respondeu ela gesticulando a cabeça apenas.

– Pois é, eles irão ficar furiosos porque você é muito nova para ser mãe. Mas espero que eles aceitem isso, e te dar todo o apoio necessário. Aqui está a receita para você arranjar os medicamentos para dor de cabeça e enjoo. Vá para casa, e não deixe de contar que você está grávida.

– Ok. Disse em voz baixa ao retirar-se da sala e seguir para casa a chorar.

Ao chegar em casa, ela trocou de roupa, tomou mata-bicho e pôs-se a cuidar das tarefas domésticas apesar de ainda não estar livre da dor de cabeça.

– Bom dia; você podia me mostrar onde fica a repartição dos Recursos Humanos, por favor? Perguntou Carlos a uma Guarda, logo ao entrar no recinto dos muros da Brigada da Guarda de Trânsito.

– Terceiro compartimento à direita. Respondeu ela.

– Muito obrigado!

Lá, ele se identificou para a secretária, e informou que foi enviado pelo seu tio, Comandante Bedamone.

Após dizer ok ao Carlos, a secretária pediu seu documento de identidade para a verificação. E assim que acabou de fazer isso, ela devolveu-lhe o documento juntamente com as papeladas para serem preenchidas.

– Aqui estão. Disse ele à secretária quando terminou com os preenchimentos das papeladas.

– Ok. Você trouxe os restantes documentos e as fotos ¾?

– Sim, aqui estão.

– Ok. Acompanhe este senhor para ir pegar o fardamento enquanto finalizo o seu cadastro.

Após receber deste senhor um par de fardamento (calça, camisa e chapéu), Carlos ouviu dele que o cinto e o calçado (sapato social policial) estavam em falta; por isso, tinham que ser adquiridos por conta própria.

– Ok. Respondeu, e os dois voltaram para a secretaria.

Minutos depois, a secretária disse a ele o seguinte:

– Já finalizei o seu cadastro. Quando passar três dias úteis você volta aqui para pegar o seu cartão de identidade de polícia.

– Ok; muito obrigado!

Saído daí todo contente, Carlos ligou para Comandante Bedamone e o seu mestre Edmilson informando-os que tinha acabado de se cadastrar e receber o fardamento. Ele guardou o fardamento assim que chegou em casa. Em seguida, saiu para arranjar o cinto e o sapato na feira.

– Bom dia! Disse Cristina à Suzete, ao chegar em casa, voltando da feira mais cedo para tomar conta da casa, por motivo de saúde da sobrinha.

– Bom dia! Respondeu ela.

Após descarregar as coisas de que portava e dispor-se a preparar comida, Cristina perguntou como foi a consulta:

– O que foi diagnosticado na consulta, paludismo ou Tifóide?

– Não. A médica disse que não estou com nenhum dos dois.

– E o que tem sido a razão disso tudo, então; não falou?

– Falou ...; disse que ... Respondeu em voz baixa e trêmula, e com lágrimas a descer pelos olhos.

– *Kuma kê ku teneu* (o que você tem)??

– *N'prenha* (estou grávida).

– Não entendi, pois não foi *kriol* (a língua kriol) o que você falou.

– *N'prenha* (estou grávida).

– Ah, que ‘você está grávida’? Não era sobre isso que eu vinha te avisando sobre suas saídas, mas você insistiu até se arranjar ... Vá se deitar, então.

Ao escutar isso, Suzete voltou a se deitar chorando de aflição.

Após terminar de fazer a comida, Cristina a chamou e as duas almoçaram juntas. Depois disso, Suzete voltou a se deitar, e ela pôs-se a lavar a louça e a limpar a casa da sujeira

proveniente da cozinha. Terminado de fazer isso, descansou um pouco e depois foi para junto da sobrinha chamar-lhe para conversar.

– Quem é ...? Ou vais me dizer que foi a “Salimato” ... Perguntou para ela.

– Não entendi. Respondeu Suzete.

– Tu que não me faças explodir e meter-te a mão na cara logo, fazendo-se de desentendida. Quem foi ...??? Anda, diz logo, antes que eu comece a quebrar-lhe os ossos.

– Bo-ri-finin.

– “Bo-ri-finin”!??

– Sim. Gesticulou a cabeça apenas e com lágrimas a descer pelos olhos.

Sem dizer nada, Cristina voltou para varanda da casa por onde ficou sentada até chegar o marido Alfredo, voltando do trabalho.

Depois de o marido terminar de almoçar, Cristina contou-lhe que a sobrinha está grávida do Bo-ri-finin; e que por isso, iria para casa da irmã (mãe dela), no final da tarde, para informá-la sobre.

Apesar de ficar surpreso com a notícia, à esposa, Alfredo apenas externou lamentações dizendo o seguinte: – não há jeito já que aconteceu.

Cristina informou a irmã Ana Paula sobre a gravidez da sua filha quando já estava na casa dela; e as duas voltaram juntas para ver a Suzete, e para depois irem à casa do Bo-ri-finin.

– Vamos! Disse Cristina à irmã e a Suzete sobre partirem para casa do Bo-ri-finin.

– Boa noite *n’ha*<sup>25</sup> *Guta* (apelido pelo qual Augusta, mãe do Bo-ri-finin, é chamada pelos conhecidos e chegados)! Disse ela ao chegarem.

– Boa noite *n’ha Titina* (apelido pelo qual Cristina responde ...), subam à varanda.

Após acomodações e cumprimentos formais sobre os estados das pessoas da família, Cristina disse à Augusta o seguinte:

– Então, *n’ha camara*<sup>26</sup>; esta é a minha irmãzinha Ana Paula, mãe da Suzete; viemos a três porque ela, a Suzete, está grávida, e disse que foi *Bo-ri* (Bo-ri-finin).

– Bem, escutei o que foi dito *pa n’ha camara* (pela camarada); e peço desculpas pelo acontecido. Respondeu numa voz triste e preocupada; para em seguida, mandar Bo-ô-ndji chamar o filho.

---

<sup>25</sup> Senhora.

<sup>26</sup> Minha camarada.

Momentos depois, apareceu Bo-ri-finin que, ao notar a presença da Cristina e da Suzete, suspeitou que alguma coisa não estivesse bem.

Ao cumprimentar as circunstantes e apresentar-se à mãe, ouviu dela o comando de pegar numa banquetta de madeira e se sentar; do qual tendo isso feito, voltou a ouvir o seguinte:

– Essa é a *n'ha* (senhora) Ana Paula, mãe da Suzete; e a *Titina* (Cristina) disse que é você a razão de elas estarem aqui, pois a Suzete está grávida.

Ao escutar isso, Bo-ri-finin ficou em choque e em absoluto silêncio, enquanto os olhos de todas se encontravam lançados sobre ele.

– A *Titina* disse que, segundo Suzete, é você ... voltou a mãe a acrescentar.

– Só fiz uma vez. Disse ele, para logo ouvir o seguinte da Ana Paula toda furiosa:

– Ah é isso que tu dizes, seu *desgraçado*, tinham usado a proteção? ...

– Calma *Naná* (Ana Paula), ele é um bom menino. Disse Cristina à irmã, interrompendo-a.

– “Bom menino” não sai por aí engravidando as filhas dos outros e ainda ter a audácia de dizer que “só fez uma vez. É *desgraçado* sim.

– Calma! Mantenha a calma para não perder a razão, por favor! Voltou a dizer Cristina à irmãzinha.

No meio disso tudo, Mário chegou à casa voltando da oficina.

– Boa noite! Disse ele cumprimentando os circunstantes.

– Boa noite, boa noite, ...! Responderam.

Ao pedir licença para acessar o interior da casa, Mário ouviu da mãe o comando de arranjar um cômodo e se juntar aos presentes. E uma vez feito isso, ele foi informado sobre o motivo pelo qual todas se encontravam reunidas ali.

– Você não tinha usado a proteção? Perguntou ele ao Bo-ri-finin, na sequência.

– Não. Respondeu.

Após isso, às irmãs Cristina e Ana Paula, disse Augusta o seguinte:

– Bem, pelos vistos é o Bo-ri-finin o pai, razão pela qual pedimos desculpas pelo acontecido. E manifesto o nosso total apoio e participação em todo o processo que se seguirá a partir de agora.

– Melhor que seja assim, pois minha filha (Suzete) não irá abandonar a escola para se dedicar ao cuidado da criança, igual tive que fazer para criar ela. Disse Ana Paula.

– Calma, *Naná!* Reagiu Cristina, para depois dizer a Augusta que já estavam de partida.

– Já que você mostrou ser homem, trate-se de comportar agora como um e assumir a responsabilidade. Já vou dormir porque por hoje chega. Disse mãe ao filho, para em seguida se recolher.

– Calma *juventude* (apelido pelo qual Mário chama o irmãozinho), isso não é fim do mundo. Estamos contigo, por isso tenha coragem! Disse enquanto batia-lhe suavemente no ombro.

Instantes depois, Mário tomou banho e saiu. E Bo-ri-finin e Bo-ô-na-ndji que a tudo acompanhava caladinha no cantinho se recolheram.

– Agora observe bem e tome as notas! Disse *Operacional* (Subtenente Eduardo) ao Soldado Carlos no serviço policial de trânsito, sobre os componentes do procedimento de abordagem aos motoristas na via pública, após ter passado duas semanas.

– Viu como é, não é? Agora és tu quem fará a próxima abordagem. Escolha o carro de forma aleatória e mande o motorista encostar. Voltou a dizer.

– Ok. Disse Carlos, para depois entrar em operação sob inspeção do *Operacional*.

Após executar bem a tarefa atribuída, voltou ele a escutar o seguinte do seu superior:

– Rapaz, tu saíste muito bem! Tu tens talento para esse trabalho, razão pela qual acho que terás um futuro brilhante.

– Obrigado!

Os dois agentes seguiram cumprindo o turno de serviço com *Operacional* ensinando e mostrando o trabalho, e seu novato aprendendo e conhecendo sobre ele.

– “[...] *si bu tene susegu na vida oh, lembra bu ermons oh*<sup>27</sup>

*lembra bu camaradas, lembra bu djintis*

*Si bu lebram ami, na sibi n’fasi parti oh, n’fasi parti oh, kê ma n’fasi parti oh [...]*”.

Disse Mussa cantando alegremente o trecho da música *Remo* de Nelson Bomba, para seu camarada Mário, quando este chegou junto dele na oficina para se despedir, pois iria começar a trabalhar como condutor do *Toka-toka* logo no dia seguinte.

– Ok, eu entendi o dito com a música. Estamos juntos. Respondeu Mário sorrindo.

---

<sup>27</sup> “[...] – *Se tu tiveres sossego na vida oh, lembre-se dos teus irmãos oh  
lembre-se dos teus camaradas, lembre-se de sua gente  
E se lembrares de mim, saberei que faço parte oh, faço parte oh, pois faço parte oh [...]*”.

Os dois apertaram as mãos e se abraçaram, e Mário seguiu para se despedir do seu mestre Ciro.

– Você já arranjou o *ajudanti* (cobrador)? Perguntou Ciro.

– Ainda não! Respondeu Mário.

– Pois como você deve saber, eles não têm salário, geralmente. E por essa Bissau de *Cabra nundê ki maradu la k'i ta cumê*<sup>28</sup> (7), tem que ser uma pessoa de confiança, alguém que você conhece. Pois seu sucesso no trabalho dependerá de seu desempenho e colaboração.

– Ok. Assim farei quanto a isso.

– Você é um bom rapaz. E se eu tinha que lhe dar algum conselho em relação ao trabalho que te espera, diria as duas seguintes coisas: primeiro, que você encare essa oportunidade como aquela que pode mudar a sua vida, por isso, fechando os olhos às distrações e vícios que virão ao seu encontro; segundo, ainda que você esteja certo e na sua razão, jamais reclame com polícia/guarda de trânsito; se puder, seja camarada de, no mínimo, um assim que você tiver oportunidade, pois isso te proporcionará facilidades no seu trabalho. Ah, acrescento mais esse para que agora passem a ser três: se cuide em relação às muitas *Dalilas-bonitas* de calça apertada que você vai encontrar! Isso é importante pois se ir atrás delas, considere-se perdido no trabalho e incapaz de construir alguma coisa grande.

– Muito obrigado, mestre! Escutei bem o que o senhor disse.

– De nada, e boa sorte! Que Deus te abençoe; *nô sta djuntu* (estamos juntos)!

– Amém! Já vou, então. *Nô sta djuntu!*

Partindo daí, Mário foi para a lavagem geral do carro que já se encontrava pronto para começar a rodar como *Toka-toka* na linha de Antula.

– Amanhã começarei a trabalhar com Mário como *ajudanti* (cobrador) de *Toka-toka*.

Disse Bo-ri-finin para sua mãe sentada na varanda.

– Ok. Respondeu.

Após ter ouvido isso, Bo-ri-finin se despediu da mãe e seguiu para divertir-se com camaradas, depois voltou para casa e dormiu.

**Apresentação dos enunciados/práticas *Cunsi bu lugar* (Conheça o teu lugar) e *Bu sibi ami quim?* (Você sabe quem eu sou?) para o acesso às situações exemplares de seus acionamentos na interação**

---

<sup>28</sup> *Cabra/bode se alimenta no local onde amarrada/o.*

– Tem que anunciar o destino e chamar os passageiros. Disse o motorista Mário ao cobrador irmãozinho Bo-ri-finin, na paragem (parada) da antiga chapa de Bissau em direção Antula, quando os dois já estavam rodando na manhã do dia seguinte, o sol ainda não se via.

– Mas o carro dispõe da escrita distintiva da nossa linha de destino. Respondeu.

– Eu sei; mas precisa chamar mesmo com isso pois muitas pessoas não sabem ler.

– Ok.

Rodando pelo trajeto de bate e volta, Matadouro-Antula-Matadouro, os dois irmãos, agora dupla no trabalho, só pararam quando foi momento da pausa para o almoço.

Assim que terminado o almoço, voltaram a rodar novamente para só voltar parar nas primeiras horas da noite, igual como ficou combinado para o fim do expediente. A dupla contabilizou o dinheiro trabalhado e prosseguiram com separação dos valores da receita diária no valor de vinte mil Francos CFA, a ser entregue ao patrão diariamente, do valor para a reposição do combustível, do valor para lavagem e guarda do carro; e tendo ainda a sobra de 8 (oito) mil que acabou por ficar para eles como diária. Do qual Mário pegou cinco (5) mil e Bo-ri-finin ficou com três (3) mil.

Os irmãos abasteceram o carro num dos postos de Petromar e seguiram para casa. Após guardarem o carro numa garagem particular no entorno da vizinhança, seguiram para casa do mano Tavares-Tavares, agora patrão deles, para entregar o valor da receita diária.

Por lá, o Bo-ri-finin entregou o dinheiro com o papel comprovante do abastecimento do combustível de Petromar, e os três conversaram por minutos sobre como foi o primeiro dia de trabalho. E após isso, os irmãos partiram para casa.

Em casa, tomaram o banho e cada um foi terminar a noite ao seu modo: Mário à habitual metida nas noites, e Bo-ri-finin ao costumado divertimento com camaradas.

Passado cerca de meia hora, Bo-ri-finin despediu-se dos camaradas e voltou à casa para dormir.

Os irmãos voltaram ao trabalho assim que amanheceu o dia. E sem adversidade alguma, seguiram rodando tranquilamente até o momento da pausa para o almoço. A dupla regressou ao trabalho logo após o almoço. A rodagem que continuava a fluir normalmente foi interrompida quando foram parados pela guarda de trânsito para uma abordagem de rotina no tráfego.

Enquanto os dois guardas (*Operacional* e Carlos) se aproximavam do veículo, ouviu-se o seguinte vindo da voz de um passageiro:

– *Iô, ala e na bim, mas* (ora, lá vem eles [guardas], de novo).

– Pois é; “lá vem eles”, para nos atrasar com suas as abordagens confusas e sem fundamento. Comentou outro.

Segundos depois, chegou o guarda *Operacional* junto do Mário. E em seguida pediu-lhe os documentos do veículo e sua Carta de Condução, após cumpridas as formalidades de cumprimentos. Enquanto o guarda Carlos pôs-se a verificar se o carro se encontrava superlotado.

De repente, Bo-ri-finin, todo surpreso ao perceber que o guarda que verificava a lotação do carro era o seu antigo colega de liceu, disse o seguinte:

– Então *n’ha boy* (meu amigo), é você aqui!?

– *Ieh n’ha boy* (sim meu amigo), sou eu por cá. Respondeu Carlos sorrindo, após levantar a cara e dar-se com Bo-ri-finin.

– Ora, você é polícia agora?

– Sim, sou. E você, de cobrador?

– Cá está eu disto pois. Então, como você está, quanto tempo?

– Pois é, há muito tempo. Estou bem, graças a Deus. E você?

Depois de escutar Bo-ri-finin dizer-lhe que estava bem, Carlos ouviu *Operacional* lhe perguntar se estava tudo bem aí atrás; pelo qual respondeu que sim. E após escutar isso, *Operacional* voltou a dizer-lhe que já podiam liberar o carro pois estava tudo certo com as documentações do veículo e com a Carta de Condução do motorista.

– Afirmativo, chefe! Disse, para depois se despedir do amigo e voltar a se juntar ao seu superior e dizer:

– Conheço aquele cobrador; é amigo de liceu, por isso estive a conversar com ele.

– Ah, sim; sem problemas. Mande estacionar aquele carro de cor verde que se aproxima e prossiga com a abordagem, enquanto aproveito para molhar a garganta (tomar água).

– Às suas ordens, chefe!

Carlos mandou o condutor estacionar o carro e depois iniciou a abordagem. Instantes depois, *Operacional* se juntou a ele após terminar de tomar a água.

– Você não reparou em conversar com aquele guarda? Conheço ele; é meu amigo, ex-colega de liceu. Disse Bo-ri-finin ao Mário.

– Ah, sim; notei você conversando com ele.

A dupla continuou em movimento em direção ao terminal da linha com os passageiros descendo e embarcando como era rotina nos *Toka-tokas*. Quando já perto daí, Bo-ri-finin começou fazer cobrança do dinheiro das passagens dos passageiros restantes, caminhando pelo corredor entre os assentos.

– O seu dinheiro da passagem, por favor! Disse ao chegar junto de uma senhora em uniforme da Polícia de Ordem Pública.

– Senhora, a sua passagem, por favor! Voltou a dizer ao ver que ela permaneceu calada.

– Senhora, por favor, ... Disse pela terceira vez; para logo escutar o seguinte vindo de outro passageiro:

– Cobrador, eles (polícias) não pagam o carro (transporte público).

– Quem disse isso; onde é que está escrito? Interrogou em reação ao que tinha acabado de escutar.

– É assim! Disse outro passageiro.

– “Assim”, como? É lei, por acaso? Voltou a questionar.

– É assim, jovem! Quem sabe você é novo neste trabalho, por isso ... Acrescentou o mesmo passageiro que havia dito que os polícias não pagam o transporte público.

– Mas que lei diz isso? Quero saber. Disse novamente.

Por sua vez, a senhora seguiu escutando tudo calada e sem mexer o corpo. E ao tentar cobrá-la de novo, Bo-ri-finin ouviu do irmão o comando para não fazer isso. E sem reclamar, obedeceu ao irmão e foi ficar junto da porta do veículo assim que terminou de cobrar os passageiros restantes.

Chegando ao Matadouro de Bissau (terminal rodoviário dos *Toka-tokas* de todas as linhas de destino), Mário estacionou o carro e, em seguida, Bo-ri-finin abriu a porta para a descida dos passageiros.

– *Cunsi bu lugar* (Conheça o teu lugar) (8). Disse a senhora que não pagou o carro ao Bo-ri-finin, quando se passava por ele ao descer.

Tendo também escutado isso, Mário deu sinal ao irmãozinho para não dizer nada; e assim ele fez.

Com o carro vazio após todos os passageiros descerem, Mário fez a curva e pôs-se novamente em direção a Antula.

Como todos os outros *Toka-tokas* da época que testemunhamos os fatos dessa história que estamos a narrar, o dos irmãos também não tinha sistema de botão para campanha parada solicitada. De modo que para descerem, os passageiros avisavam ao cobrador quando próximo aos seus destinos, que, por sua vez, avisa ao motorista anunciando a necessidade de parar na próxima parada. E às vezes, era o próprio cobrador que ia perguntando se tinha alguém que iria descer na parada seguinte.

– *N'tula, N'tula* (Antula, Antula)! Disse Bo-ri-finin, chamando pelos passageiros quando se encontravam em mais uma parada.

– *N'tula, N'tula* (Antula, Antula)! Seguiu anunciando ...

– Jovem, estou a falar no celular. Disse um passageiro que se encontrava sentado muito próximo dele.

– *N'tula, N'tula* (Antula, Antula); alguém desce na próxima parada? Perguntou.

– Rapaz, eu disse que estou a falar ... Voltou a dizer o mesmo passageiro.

– Mas estou a fazer o meu trabalho! Respondeu Bo-ri-finin.

– Então fazer barulho aos outros é que é fazer o seu trabalho?

– *N'tula, N'tula* (Antula, Antula)! Alguém vai?

– Ah você também é ignorante e mal-educado!?

– Eu não sou ignorante pois não estou a fazer nada mais que o meu trabalho; e se o senhor assim me chamar de novo, a ti direi o mesmo.

– Ah, é; *bu sibi ami i quim?* (você sabe quem eu sou?) (9).

– E você sabe quem ele tem ...? Disse Mário, em voz alta, intervindo a favor do irmãozinho, e encostando o carro.

– Ah! Isso só pode ser azar! Sabe de uma coisa, é melhor eu descer desse carro pois não irei aceitar desculpas depois, quando sabemos quem é quem.

– Então faça isto sendo homem. Voltou a dizer Mário.

Após escutar isso e sem voltar a dizer algo, esse passageiro apenas sorriu ao descer do carro sem pagar; e em seguida, pegou táxi para seu destino.

– Pelos vistos você não sabe quem ele é, seu condutor!? Disse uma passageira ao Mário já com o carro em movimento, minutos depois.

– Não sei. Você o conhece? Respondeu ele.

– Sim, é da minha circunvizinhança. Ele é magistrado.

– Ah, é; não sabia ...

– Por isso é que se deve evitar as confrontações quando não se sabe quem é quem, para não correr o risco de passar mal como os Trânsitos (Guardas de Trânsito) passaram no conhecido caso ‘–*dam tchabi*; – *n’ka na da*’ (‘– dá-me a chave; – não vou dar’).

– *Bardadi, dê; kaba até aôs nada ka sai* (verdade, pois; e isto ficou por isso até hoje). Disse outro passageiro.

– *Ala u’ na odja; nô mansia n’e nô Bissau, pa-quila i bom ivita. ‘Cobardu ka ta puntadu kuma di curpu’* (só para tu veres; somos diferenciados nessa nossa Bissau, por isso que é bom evitar. ‘aquele que não se bate de frente não se machuca’). Acrescentou outra passageira em terceiro.

– É verdade; mas às vezes a pessoa nem é alguém ... e eu não podia ficar sem defender o meu irmãozinho. Voltou Mário a dizer em reação aos comentários dos passageiros.

– Ah, o cobrador é seu irmãozinho? Perguntou a mesma passageira que havia comentado em terceiro.

– Sim.

Após ultrapassado o momento de tensão, Bo-ri-finin voltou a fazer o seu trabalho: chamar os passageiros, cobrar as passagens, e anunciar as paradas até chegarem ao destino (terminal de Antula). E não tardou, puseram-se de volta ao Matadouro assim que todos os passageiros desceram do carro, pelo qual Bo-ri-finin voltou com a chamada aos passageiros.

A chamada aos passageiros cessou quando a lotação do carro foi atingida, e ele passou somente a anunciar as paradas para a descida dos passageiros e informar ao irmão sobre disponibilidade de lugar para levar mais passageiros.

– O que foi, o pneu está furado? Perguntou Mário a um colega condutor de *Toka-toka* que o tinha parado para pedir ajuda.

– Pois é! E te parei justamente por isso; gostaria que me emprestasse a chave de roda e o macaco hidráulico caso você as tenha?

– Claro; vá pegar com o meu cobrador. Você é o ...?

– Sou Tidjane; mais conhecido pelo *Rasta*. E você, como é o seu nome?

– Mário.

– Ok *Marious G*; assim passarei a te chamar.

Ao pegar essas ferramentas com Bo-ri-finin, *Rasta* agradeceu ao colega Mário ou *Marious G*, e disse que iria fazer a devolução assim que os dois se encontrassem no percurso de volta; pelo qual Mário disse ok, e continuou com o trajeto.

Tendo percorrido cerca de 2km depois, Mário foi parado por dois guardas de Trânsito para a abordagem de rotina sobre irregularidades com a documentação dos veículos; pelo qual estacionou o carro como foi ordenado, e pôs-se na posição a aguardar pelos guardas.

– Bom dia senhor condutor, documentos do veículo e sua Carta de Condução, por favor! Disse uma guarda, enquanto o outro passeava envolta do carro para verificar eventual irregularidade com a lotação.

– Bom dia, aqui estão. Respondeu Mário entregando as papeladas juntamente com a sua Carta de Condução.

Após uma minuciosa verificação que levou minutos, a guarda devolveu as papeladas ao Mário e em seguida, perguntou-o pelo o extintor de incêndio veicular.

– Aqui está! Respondeu apresentando-o para guarda.

– O triângulo sinalizador, onde está? Perguntou outro guarda.

–Agora é Inspeção Geral do Veículo? Indagou um passageiro, enquanto Mário tentava alcançar o triângulo para apresentar ao guarda.

– Isso não passa de suas maneiras para tirar dinheiro aos condutores, pois de Inspeção Geral, todos nós sabemos que isso não tem nada. Comentou outro em segundo.

– Só para tu veres! E se continuar assim, um dia desses irão perguntar sobre o pai do condutor. Disse outro em terceiro.

– Mas isso tudo é referente a um tipo de protocolo ou algo do tipo? Perguntou outra em quarto.

– Pronto; perguntou alguém que parece não ser de Bissau. Desde quando se precisa de algo do tipo aqui? Respondeu o mesmo passageiro que havia comentado em terceiro.

– Aqui está! Disse Mário novamente, ao apresentar o triângulo ao guarda.

– A chave de roda e o macaco hidráulico? A guarda voltou a perguntar.

– Eu as tenho. E só não estão comigo no momento porque acabei de emprestá-las, agora pouco, ao meu colega condutor que está com pneu furado.

– Isso é a história que todos vocês contam quando não têm. E como você deve saber que trafegar com o veículo na via pública sem portar estas ferramentas constitui Grave Infração, teremos que recolher o carro para Brigada.

Após as diversas tentativas argumentativas de minutos em fazer a guarda compreender a sua situação, e já com o carro esvaziado de passageiros impacientes que desceram e pagaram outros carros, Mário pediu que o concedessem só mais um tempinho

para falar com o seu patrão. E, em seguida, pegou no seu celular e ligou para Tavares-Tavares.

– Alô, Tavares-Tavares, tudo bem? Disse.

– Sim; estou bem, e você? Respondeu este.

Após terminar conversa com patrão sobre o que estavam a passar, inesperadamente, Mário ouviu a seguinte pergunta vindo de um dos guardas:

– Esse seu patrão é aquele Tavares-Tavares despachante?

– Sim. Respondeu.

– Você poderia ligar ele de novo e pôr-me para falar?

– Sim.

Após a conversa com Tavares-Tavares, o guarda devolveu o celular ao Mário e disse o seguinte a sua colega:

– Já não vamos levá-los à Brigada. O patrão deles é aquele Tavares-Tavares despachante o qual tinha lhe falado que está me auxiliando com o despacho do meu carro.

– Ah, é; tudo bem então.

– Pois.

Em seguida, o guarda disse ao Mário que ele estava liberado para continuar o trabalho, pois não mais seria levado à Brigada. E ainda o passou o seu número de telefone dizendo que podia entrar em contato ele, todavia que estivesse com problema na estrada.

Após ouvir isso, entretanto, Mário disse ok e agradeceu ao guarda. Em seguida, ligou a ignição do carro e pisou no acelerador para voltar ao trabalho.

– *Juventude* (Bo-ri-finin), o dia de hoje não está sendo bom! Disse ele ao irmãozinho que tinha acompanhado tudo em silêncio.

– Pois é! Respondeu.

– Pois; mas é assim, faz parte ...

– *Iah* (sim).

A dupla de irmãos voltou a estar com o carro cheio de passageiros logo após percorrerem cerca de 2km. E não tardou, encontraram *Rasta* que os parou para fazer a devolução das ferramentas que tinha pegado emprestado.

– Muito obrigado, *Marius G!* Disse *Rasta* agradecendo ao Mário quando junto dele, logo após ter entregado as ferramentas ao Bo-ri-finin.

– De nada. Mas só para constar, quase fui parar na Brigada por não estarem comigo quando *bófiás* (policías) me abordaram.

– Oh, meu; minhas desculpas, por isso!

– Sem *spiga* (problema); encontrámo-nos por aí nas voltas.

– Ok; *nô sta djuntu* (estamos juntos)!

Após se despedir do *Rasta*, Mário voltou a pisar no acelerador para continuar o trajeto que decorreu na maior tranquilidade até o terminal de Matadouro.

Com exceção da pausa para o almoço, a dupla rodou (trabalhou) até o final do expediente. E tendo feito os movimentos a seguir a paragem, seguiram para casa para o descanso.

Mário guardou o carro na garagem e depois foi direto para casa tomar banho. Por sua vez, Bo-ri-finin foi para casa do mano-patrão para a entrega do valor da receita diária, e depois seguiu também para casa.

Mário se meteu na noite após o banho e jantar. E Bo-ri-finin foi para o curto *djumbai* (divertimento) com camaradas. Chegado a sua hora, ele voltou para casa e dormiu. E não tardou, fizera o mesmo o irmão ao voltar da noite.

Tudo voltou ao que passou a ser rotina na manhã cedinho do dia seguinte. Nesse dia, assim como nas outras que se seguiram até sábado, o trabalho decorreu de forma tranquila para os irmãos. Assim, chegado o domingo (dia de descanso), Mário passou o período da manhã na oficina em visita ao mestre e ex-camaradas de trabalho; e após o almoço, ele foi lavar o carro no posto de Petromar.

Bo-ri-finin meteu-se ao divertimento com camaradas até o horário do almoço, momento no qual voltou à casa para almoçar.

Ao encontrar o tio Alfredo ao caminho de casa, deu-lhe cumprimentos numa voz baixa e com o rosto expressando vergonha por engravidar a Suzete; pelo qual notando-se disso, este o disse o seguinte em responder ao cumprimento: – então sobrinho, não tenho notado você apanhar água em casa ultimamente; o que foi? É por causa do que aconteceu entre você e a Suzete?

– Não, no entanto. Respondeu, novamente numa voz baixa e cabisbaixa.

– Não deixe de ir lá pelo que aconteceu, pois nada pode mudar isso. Inclusive, você pode passar a frequentar a casa para visitá-la, ao invés de ficar a se encontrar às escondidas.

– Ok.

Após esse diálogo, cada um tomou o rumo final para casa.

Em casa, Bo-ri-finin almoçou e voltou para divertimento logo depois. Por sua vez, tio Alfredo comeu e permaneceu na varanda tomando o ar e degustando *vinho palmu*<sup>29</sup>.

Tendo voltado da lavagem do carro, Mário guardou o mesmo na garagem. Chegando em casa, se preparou e depois foi para festa da qual foi convidado pelo *Rasta*, de quem passou a ser amigo.

Ao voltar da partida de futebol após o divertimento, Bo-ri-finin pegou no balde e foi para casa do tio Alfredo apanhar a água para o banho. Ele cumprimentou o tio Alfredo ao chegar, e em seguida começou a apanhar a água. Após o seu balde ficar cheio, Bo-ri-finin fechou a torneira e guardou a mangueira. E em seguida, despediu-se do tio Alfredo e agradeceu-lhe pela água.

– Não se esqueça do que eu te falei mais cedo, você pode passar aqui para visitar ela. Disse tio Alfredo, quando ele já largava os passos para casa.

– Ok. Respondeu.

Em casa, ele tomou banho, jantou e foi de novo para se ver com os camaradas. Momentos depois, despediu-se deles e seguiu para casa do tio Alfredo para ver a Suzete.

– Boa noite, tio! Disse cumprimentando Alfredo sentado na varanda.

– Sim, sobrinho; boa noite! Você veio ... suba e sente-se. Respondeu este.

– Sim. Disse. Para depois subir na varanda e se acomodar numa cadeira de plástico que se encontrava desocupada.

– Suzete venha cá, por favor. Disse Alfredo, segundos depois.

A Suzete notou-se da presença do Bo-ri-finin ao sair do cômodo da casa para atender ao chamado do Alfredo; e ouviu o seguinte assim que chegou junto dele:

– Era somente para te fazer saber que Bo-ri-finin está aqui para te ver.

– Ok. Respondeu ela. Para depois pegar numa banquetta de madeira e ir se sentar do junto Bo-ri-finin.

Assim que juntos, os dois começaram a conversar baixinho de forma que Alfredo não escutava alguma coisa apesar de não se encontrar distante deles. Momentos depois, chegou à casa Cristina voltando da feira; que após cumprimentar todos os circunstantes na varanda, entrou para o cômodo da casa.

---

<sup>29</sup> Vinho de palma extraído das palmeiras de *tchebem* (dendê).

Após tomar banho e trocar de roupa, Cristina foi se juntar ao marido. E não tardou, a sobrinha Suzete providenciou-lhe a janta, e voltou a se juntar ao Bo-ri-finin.

Momentos depois, Bo-ri-finin despediu-se de todos e voltou para sua casa. Lá, cumprimentou a mãe, que se encontrava na varanda, ao chegar; e em seguida, ouviu dela o seguinte:

– Você tem visto a Suzete?

– Sim; estou voltando da casa dela. Respondeu.

– Ok. Como está ela?

– Está bem, pelo que me disse.

– Deus obrigado! Ela já começou a frequentar as consultas de pré-natal?

– Sim; ela disse que já começou ... Inclusive, arranjei-lhe o dinheiro para a próxima consulta.

– Ok, fizeste bem. E caso ela estiver a precisar de algo do qual você não pode arranjar-lhe, pode me dizer.

– Ok.

Após este breve diálogo com a mãe, ele seguiu para dentro da casa e se recolheu. E não tardou, fizera o mesmo a mãe e a prima Bo-ô-na-ndji, e depois o irmão Mário.

**Apresentação dos enunciados/práticas *Bu sibi ami quim?* (Você sabe quem eu sou?) e *Cunsi bu lugar* (Conheça o teu lugar) para o acesso às situações exemplares de seus acionamentos na interação**

– Bom dia senhor condutor; Carta de Condução e documentos do carro, por favor! Disse Carlos em abordagem a um senhor que trafegava em uma camionete picape particular.

– Bom dia, aqui estão. Respondeu.

– Este seu recibo de pagamento do Imposto de Circulação de Finanças (ao que seria equivalente ao IPVA) é do primeiro semestre; gostaria que o senhor me apresentasse o do segundo semestre.

– Para dizer a verdade meu filho, eu ainda não fiz o pagamento ...

– Mas sabe o senhor que isso é Grave Infração que resulta na recolha do veículo à Brigada.

– Eu sei senhor. Mas é por ser o pouco que ganho com as cargas do pescado com este meu *katchupak* (carro velho), para o sustento da família, não chegar para fazer o pagamento dos sessenta mil Francos CFA à Finanças.

– Eu também sei que as coisas estão difíceis para todo mundo nesta nossa Bissau, meu senhor; contudo infelizmente, nós não podemos deixar passar Grave Infração como essa.

– O que temos aqui? Perguntou *Operacional* ao Carlos.

– Ele não está com o pagamento de Finanças em dia. Respondeu.

– E isso configura Grave Infração!

– Pois é, chefe; foi o que eu disse a ele.

– E como manda o procedimento, o seu veículo será recolhido à Brigada. Disse *Operacional* ao senhor condutor.

– Me deem jeito meus filhos, por favor! Como eu disse ao seu colega, uso este carro para o sustento da família; e o pouco que eu ganho não tem dado para efetuar o pagamento à Finanças. Eu não teria como sustentar a família se vocês recolherem o carro e levar para a Brigada. Me ajudem pelo amor de Deus!

– Sinto muito, mas não podemos deixar passar ...

– Eu sei meu filho. Mas me ajudem, por favor! Pois senão, meus filhos irão passar fome.

– Já que o senhor está a lamentar muito, ajude-nos a te ajudar então.

Após ter escutado isso, esse senhor, saiba o leitor em segredo, embrulhou uma cédula/nota de dois mil Francos CFA num papel e tentou entregá-lo ao *Operacional*, que disse o seguinte:

– O que temos aí? Perguntou sem estender a mão para receber o papel.

– É a ajuda para eu me ajudar. Tome, meu filho.

– Mas o que é?

– 2 mil ...

– Não, *omi garandi* (homem grande); *nô mas kila* (somos maiores que isso), o senhor sabe quanto é que pagaria no caixa da Brigada ... Parece que o senhor não está disposto a se ajudar ...

– Eu sei meu filho; mas é tudo o que posso fazer no momento.

– Então faremos o seguinte já que o senhor continua a lamentar muito: o senhor melhora a sua ajuda e te emitimos uma Guia Provisória de validade de trinta dias em substituição de todos os documentos de seu veículo, com a qual o senhor irá se circular, tranquilamente, sem ter problemas quando abordado por nossos pares.

Após ouvir isso, entretanto, o senhor adicionou uma outra cédula de 1 mil ao embrulhado anteriormente, somando 3 mil, e voltou a tentar entregá-lo ao *Operacional*.

– Aqui está; tome meu filho! Disse.

– Só mais um pouquinho *omi garandi* (homem grande); pois como bem sabe o senhor, são 23 mil a ser pago no caixa da Brigada. Voltou *Operacional* a dizer, ao ver que o condutor havia acrescentado apenas 1 mil.

– Tome! Voltou o condutor a dizer na sequência de ter acrescentado mais 1 mil ao 3 mil embrulhado por último.

– Agora sim, *omi garandi* (homem grande). O senhor acabou de se ajudar. Disse *Operacional*, para depois ordenar Carlos providenciar a Guia Provisória.

Assim que terminado de preencher o papel da Guia já contendo o carimbo de autoridade da Polícia de Trânsito e assinatura do *Operacional*, Carlos entregou-o ao condutor e lhe disse que já estava liberado para seguir viagem.

– Ok. Muito obrigado meus filhos! É Deus quem vos retribuirá por essa ajuda que me deram. Disse ao receber a Guia pelas mãos do Carlos.

– De nada. Vá bem; que Deus abençoe o senhor no seu caminho! Respondeu Carlos.

Após isso, a dupla de guardas seguiu com as abordagens dos carros até o final do turno de serviço no final do dia. E ao se separarem, *Operacional* deu dezanove mil Francos CFA ao Carlos.

– Muito obrigado, chefe! Disse ele após receber o dinheiro, e partir para casa em seguida.

Já em casa, ele tomou banho, jantou e depois partiu para casa de seu antigo mestre Edmilson; e de lá, os dois seguiram para um bar no entorno da vizinhança. Quando no bar, os dois se puseram a tomar *Pampa* e *Djumbai* (cervejas) acompanhadas com carne de cabra assada e recheada de maionese e cebola em rodela, enquanto conversavam sobre coisas.

– Opa, já vai dar meia noite! Disse Edmilson, passados horas no bar.

– Já vai dar isso? A hora passa rápido. Respondeu Carlos.

– Pois é; acho que já devemos ir para casa.

– Sim, pode ser. Vou pagar a conta, e daí partimos.

– Ok.

Os dois se puseram no caminho de casa logo assim que Carlos fechou a conta com o garçom. E assim que chegaram ao local onde iriam se separar, disse ele o seguinte ao Edmilson, logo após meter a mão no bolso e tirar algo:

– Mestre, tome isso (quatro mil Francos CFA) para si.

– Opa; muito obrigado meu jovem! Que Deus te retribua com algo maior que isso!

Disse após receber o dinheiro.

– Amém! Então, até amanhã. *Nô sta djuntu* (Estamos juntos)!

– Até amanhã! *Nô sta djuntu!*

Após se despediram um do outro com o aperto de mãos, cada um tomou o rumo para sua casa. E logo assim que se encontrou na sua, Carlos tomou banho e dormiu em seguida.

– Bom dia chefe! Disse cumprimentando *Operacional* ao entrar no carro dele, para depois seguirem os dois para o ponto onde foram escalados para o serviço no presente dia.

– Bom dia! Respondeu.

A dupla de guardas continuou com a conversa no carro enquanto seguiam para o local de serviço. E assim que chegaram lá, se prontificaram imediatamente e iniciaram com as abordagens dos carros.

– Parece que hoje não seremos incomodados pela *bófia* (polícia) no intervalo entre Chapa e Antula. Disse Bo-ri-finin ao irmão Mário quando já estavam rodando pela estrada.

– Ah, é; porquê? Perguntou.

– É aquele meu amigo – ex-colega de liceu de que te falei noutro dia – que está aí entre os dois guardas que acabamos de passar por eles.

– Ah, ok.

– Alguém fica na próxima parada? Perguntou aos passageiros.

Momentos depois, ouviu-se Mário dizer o seguinte após ver o carro à sua frente bater forte noutro adiante:

– Que falta de sorte deste condutor!

Em seguida, ele parou o carro e disse aos restantes passageiros que iriam demorar para sair daí pelo congestionamento da via devido ao acidente. E que por isso, descer do carro e terminar a viagem a pé era a melhor coisa a se fazer para não perder tempo, uma vez que já se encontravam a poucos metros do terminal de Antula.

Após dizer essas palavras aos passageiros, Mário desceu do carro rapidamente e foi ver os estragos dos carros envolvidos na batida.

Assim que ele chegou junto do Bedamatcha, condutor responsável pela batida, os dois ouviram Raimundo, condutor que teve seu carro batido, dizer o seguinte, enquanto dava passos para chegar junto deles:

– Você só podia estar cego para não me ver, e estragar o meu carro dessa forma.

– Não foi isso, no entanto. O meu travão (freio) é que está com problemas. Irei arcar com as despesas para o conserto. Minhas desculpas! Respondeu Bedamatcha.

– A culpa é desses ditos autoridades que vendem Carta de Condução, e vos deixam circular com esses vossos *katchupaks* (carros velhos), e estarem, a toda hora, a danificar os carros dos outros. Raimundo voltou a dizer.

– Ah; não irei admitir isso! Pois uma coisa é eu ter batido no seu carro e assumir a culpa, e outra é você sendo insensível e ignorante, querer se aproveitar disso para me faltar o respeito.

– Peraí; um “indígena” feito você a me chamar de ignorante? Por acaso *bu sibi ami quim* (você sabe quem eu sou)? (10).

– Pelo que vejo, ninguém; senão um *djafal* (peixe) em um dos montos de outros na mesa da minha mãe na feira, que não sabe se seu fim será de prato principal de um *coitadi* (pobre), ou de *bafatóriu* (petisco) de um *tchamidur* (bêbado).

– Continue com ultrajes à minha pessoa, que já, já te mostro o teu lugar.

– Para quê isso se você disse que sou “indígena”?

– Peço, por favor, que deixem a desavença pois vocês são irmãos. Disse Mário aos condutores envolvidos na discussão.

Não parava de chegar mais pessoas para ver o acidente que estava causando o engarrafamento; enquanto os dois condutores em desavença seguiram discutindo à medida que iam aguardando pela chegada dos guardas de trânsito para averiguar a ocorrência.

– *Omi garandi* (homem grande), foi o senhor que bateu no carro dele? Perguntou ao Bedamatcha um homem, cujo nome Venâncio, que tinha acabado de chegar no local.

– Sim meu filho. Mas cá estou eu colhendo ofensas por isso, apesar de reconhecer a culpa e assumir as despesas para o conserto. Respondeu.

– Epa ... Infelizmente, assim vai nossa Bissau, com pessoas sem noção a desrespeitarem, a toda hora, aqueles que, como o senhor, derramarem sangue para libertar esta terra.

– Pois é! Infelizmente, é o que se tem no final de tudo.

Passados alguns minutos de absoluto silêncio entre as partes em desavença, os circunstantes ouviram Raimundo dizer o seguinte em uma conversa telefônica:

– Peço que mande uma viatura cheia de homens próximo ao bar *N'hepete*. Alguém bateu no meu carro, e, como se não bastasse o estrago que fez, ainda segue me ultrajando. Por isso, vou mostrar-lhe o seu lugar que parece não conhecer.

Assim que escutou isso, Venâncio disse o seguinte ao Bedamatcha:

– Pelo visto ele não sabe quem o senhor é!

– Quer saber, já estou cansado de tudo isso a toda hora. Dá-me muita tristeza, pois não era esse o país a que aspiramos quando lutamos pela liberdade. Respondeu.

– Mas é o que temos como bem disse o senhor agora há pouco. Por isso, façamos ele saber quem o senhor também é. Acrescentou; para depois efetuar uma chamada telefônica e dizer ao interlocutor do outro lado da ligação que precisava urgentemente de carro cheio de gente próximo ao bar *N'hepete*.

Logo assim que Venâncio tinha acabado de falar no celular, algumas pessoas entre os circunstantes começaram a se retirar do local. E não tardou, chegaram os guardas de trânsito, os agentes *Operacional* e Carlos, para atender a ocorrência do acidente. Após recolherem os depoimentos dos dois condutores e efetuar peritagem da cena do acidente e os carros, disse *Operacional* o seguinte em comunicar a conclusão das análises:

– Acredito que é do vosso conhecimento de quem é a responsabilidade pelo acidente, de modo que não vejo a necessidade de vocês recorrerem à autoridade. Por isso, oriento-vos a tentarem chegar ao acordo sobre como será feito o conserto do carro.

– Pois é. Já reconheci a culpa pelo acidente, e assumi que vou cuidar das despesas para o conserto. Disse Bedamatcha em resposta ao que o *Operacional* disse.

– Pronto, está resolvido então! Por isso, peço-vos que procedam com a retirada dos vossos veículos na pista para a desobstrução da via. Voltou a dizer *Operacional*; para logo escutar, com os demais circunstantes, Raimundo dizer sobre “mostrar lugar”, enquanto caminhava ao encontro de um grupo de meia de dúzia de homens fardados com uniforme da Guarda Nacional, e armados com fuzis AK-47 e outros aparatos, que desciam de uma Toyota Land Cruiser Pick Up de cabine dupla.

– Acho que devemos nos afastar um pouco. Pois, pelo que vejo, o que pode acontecer já não nos diz respeito. Disse *Operacional* ao Carlos, para de imediato irem os dois se juntar

ao Mário e Bo-ri-finin, já afastados, ao ver Raimundo acompanhado dos homens armados caminharem em direção ao Bedamatcha.

– É aquele de camisa azul! Disse Raimundo ao Américo, seu pai, e um dos homens armados, ao apontar para Bedamatcha quando já estavam próximos dele.

Ao reparar que o homem para o qual seu filho havia apontado era o seu conhecido velho, logo assim que chegaram junto dele, ao Bedamatcha disse Américo o seguinte após de lhe saudar com continência militar:

– Então *omi garandi* (homem grande), é o senhor aqui? Epa; lamento por tudo isso ... o rapazinho (Raimundo) é o meu filho. Minhas desculpas: não imaginava que fosse o senhor a pessoa que eu iria encontrar aqui nessa situação.

– Tudo bem. Disse Bedamatcha apenas.

– Epa; não sei mais o que posso lhe dizer por sentir-me muito embaraçado com a situação. Lamento muito ... minhas desculpas! Voltou a dizer Américo; para logo ordenar o filho Raimundo, todo incrédulo com o rumo que a situação tomou, pedir desculpas ao Bedamatcha.

Após se desculpar com Bedamatcha, igual como foi ordenado pelo pai, Raimundo voltou a receber a ordem de ir aguardar no carro enquanto ele vai se resolvendo com o seu velho.

– Foi o problema com o freio que causou a batida? Perguntou Américo ao Bedamatcha.

– Sim. Foi exatamente isso que aconteceu. Respondeu.

Os dois seguiram conversando sobre o acidente e sobre quais intervenções seriam necessárias para o conserto dos dois carros. E assim que Venâncio, que permanecia calado desde que Américo chegou, viu chegar ao local um grupo de oito homens uniformizados com o fardamento de paracomandos do exército, e armados com fuzis AK-47 e outros aparatos, num Ford F-250 cabine dupla, pôs-se em direção a eles imediatamente.

Assim que chegou junto deles, ele disse o seguinte àquele que parecia chefiar o grupo:

– Eles sabem quem Bedamatcha é; e a situação está sob controle. Portanto, mantenham-se de prontidão na retaguarda até a segunda ordem.

– Às suas ordens, comandante! Respondeu unicamente aquele que parecia ser o chefe do grupo.

Após isso, ele voltou a se juntar ao Bedamatcha e ao Américo que já se despediram um do outro, após terem definido tudo sobre os consertos dos carros.

– Tchau, *omi garandi* (homem grande), minhas desculpas mais uma vez! Disse Américo ao Bedamatcha.

– Ok. Respondeu.

Assim que terminou com as despedidas, Américo falou logo com o filho.

– Leve o carro para a oficina; eu te encontro lá depois. Disse.

– Ok. Conhece aquele homem? Perguntou-lhe o filho.

– É uma das pessoas que me possibilitaram ser o que sou. Vá para a oficina. Voltou a dizer; para logo ver o filho fazer isso, e ele partir depois com seus companheiros.

– *Omi garandi* (homem grande) já vou então. Disse Venâncio ao Bedamatcha; para depois ir dizer aos homens na retaguarda que estavam dispensados.

– Às suas ordens, comandante! Voltou dizer aquele que parecia chefiar o grupo; para em seguida partir com a sua tropa.

Após a essas sequências de partidas dessas pessoas, Bedamatcha retirou o seu carro da pista imediatamente; e em seguida, *Operacional* e Carlos procederam com a orientação aos condutores para desfazer o engarrafamento da via.

– Não volte a reclamar com nenhum passageiro. Conheça o teu lugar (11); ou melhor, conheçamos o nosso lugar, pois não se sabe quem é quem nessa nossa Bissau. Disse Mário ao irmãozinho, tendo entendido o que aconteceu na interação entre os condutores envolvidos no acidente.

– Ok. Respondeu ele.

Após concluírem a desobstrução da via, *Operacional* e Carlos regressaram ao posto onde cumpriam o turno de serviço. Momentos depois, voltou Bo-ri-finin a chamar os passageiros logo assim que retornaram ao trabalho.

Como era habitual, ele somente parou com isso quando fechou a lotação do carro; pelo qual seguiu com o anúncio de paradas e cobrança das passagens até chegar ao terminal de Matadouro.

A dupla de irmãos seguiu trabalhando até o final do expediente, e depois foram para casa descansar. E por ser que, com exceção de alguns episódios de ligeiras discussões entre Bo-ri-finin e passageiros, episódios de brigas entre os passageiros, de recolha do carro à Brigada pelos guardas, os muitos outros dias que se seguiram a esse não foram de novidades

tanto para eles assim como para os restantes personagens dessa história, de modo que passamos então a seguir com os acontecimentos que se seguiram meses depois.

– E aí rapaz, quanto tempo? Disse Bo-ri-finin ao amigo Cláudio ao vê-lo quando entrava no recinto de uma das direções gerais dos serviços do Ministério das Finanças, para efetuar o pagamento do Imposto de Circulação de Finanças ao carro.

– Estou bem. Pois é, há muito tempo. E você, por onde tem andado? Respondeu.

– Estou bem, também. Tenho trabalhado como cobrador de *Toka-toka* de um mano meu, cujo meu irmão é o condutor. O que faz aqui?

– Trabalho aqui há dois meses. Estou no gabinete do diretor geral dessa repartição do Ministério. E você, o que veio fazer?

– Meus parabéns, por isso! Vim fazer o pagamento do Imposto de Circulação de Finanças do *Toka-toka*.

– Ah, é; vamos para dentro então. Disse, para logo seguirem os dois para sua sala.

Lá, o Cláudio pediu ao Bo-ri-finin que o passasse os dados de identificação do *Toka-toka* e de seu dono. E assim que ele fez isso, disse-lhe que iriam se encontrar mais tarde no *Djabaté*<sup>30</sup> para entregar-lhe o recibo do pagamento. Tendo escutado isso, entretanto, Bo-ri-finin estendeu a mão ao Cláudio em seguida e disse-lhe:

– Aqui o está o dinheiro para o pagamento ...

– Você pode levá-lo consigo para só depois me passar quando no encontro mais tarde.

Me passa o teu número de celular, por favor! Disse.

– Está bem. Disse, para logo passar seu número ao amigo, e despedir-se dele.

Ao chegar em casa, Bo-ri-finin trocou de roupa e seguiu para casa da Suzete.

– Bom dia, tia! Disse para Cristina com bebê no colo na varanda, ao chegar.

– Bom dia, *Bo-ri*; você veio, suba ... Respondeu ela convidando-o para se acomodar na varanda da casa.

Assim que se acomodou na varanda em uma das cadeiras de plástico que ali se encontrava desocupada, ouviu da Cristina que a Suzete estava dentro se trocando de roupa.

Segundos depois, chegou à casa a Ana Paula que, ao subir à varanda, apenas deu cumprimentos à irmã Cristina, e depois se acomodou ao lado dela.

---

<sup>30</sup> Nome do dono, e também do famoso restaurante do prato de carne de cabra à *Djabaté*, em referência ao seu tempero e ao modo de assar a carne.

Cristina perguntou à irmã Ana Paula sobre o porquê de não ter cumprimentado Bo-ri-finin, ao perceber isso; e ela não respondeu. Após isso, Cristina voltou a dizer à irmã que aquele comportamento era deselegante, e que tinha que aceitar as coisas. Em seguida, perguntou ao Bo-ri-finin se já haviam escolhido o nome para o filho.

– Sim. Albertine. Respondeu.

– É um lindo nome! Foi você quem escolheu?

– Sim.

– Está bem. Você quer segurá-lo? Venha pegar ... Disse, para logo estender as mãos para entregar-lhe o filho.

– Sim. Disse, para em seguida se levantar e pegar o filho, e voltar a se sentar no mesmo cômodo.

Segundos depois, a Suzete, que seguia acompanhando tudo em silêncio, se juntou ao Bo-ri-finin e os dois se puseram a conversar bem baixinho.

– Pare de deixá-lo desconfortado com esses olhares de ressentimento que você está lançando sobre ele. Disse Cristina à Ana Paula, sobre a forma como ela olhava para Bo-ri-finin.

– Me deixe ... Respondeu.

– Não vou te deixar pois isso é deselegante. Voltou a dizer, para logo escutarem ecoar o choro do bebê Albertine.

Suzete pôs-se a amamentar o filho logo após tê-lo recebido de seu pai. E assim que este tinha sido rendido pelo sono minutos depois, foi ela colocá-lo na cama e voltar a se sentar ao lado do Bo-ri-finin, que, momentos depois, se despediu de todas e foi embora.

– E aí jovem, conte aí como é que está a ser a experiência de ser pai? Perguntou Tchern-Sulai ao Bo-ri-finin, logo assim que ele tinha acabado de cumprimentar os circunstantes colegas ao chegar no local do *djumbai* (divertimento).

– Tudo que sei dizer é que a mãe da Suzete continua ressentida pelo acontecido. Respondeu.

– Acontece. Mas vai passar. Disse Tchern-Sulai.

– Pois é; daqui a pouco ela esquece isso. Acrescentou Benjamim, para logo perguntar sobre o nome do filho.

– Albertine. Respondeu Bo-ri-finin.

– É um lindo nome! Disse Benjamim.

–É um nome bonito e diferente dos nossos da terra. Enfatizou N'duba.

Igual como era habitual, eles seguiram com as conversas no *djumbai* (divertimento) sobre diversos assuntos conforme passava o tempo. E assim que se sentiu apoderado pela fome, Bo-ri-finin despediu-se dos colegas e seguiu para casa.

Ele encontrou Mário por lá e os dois almoçaram juntos. Ao perguntar ao irmãozinho sobre Suzete e seu sobrinho Albertine, Mário ouviu dele que os dois estavam bem, e que ele havia passado lá mais cedo para vê-los.

Mário permaneceu em casa a descansar assim que terminaram de almoçar. Por sua vez, Bo-ri-finin voltou ao *djumbai* por onde ficou até a hora do futebol.

– Boa tarde, como estamos! Disse Mário aos circunstantes na varanda quando chegou à casa do Alfredo.

– Boa tarde; boa tarde ...! Você veio ... Suba ... Disse Cristina.

Mário subiu à varanda rapidamente e se acomodou em uma cadeira desocupada. Depois, pôs-se a conversar com todos para saber como está a Suzete e seu o sobrinho Albertine.

Após passar o tempo, ele comunicou sua partida a todos e foi-se embora em seguida.

Após voltar do futebol, Bo-ri-finin tomou banho, jantou e se preparou para ir se encontrar com o amigo Cláudio.

– A Suzete e o seu bebê estão bem? Perguntou para ele a mãe na varanda, quando se passava por ela para sair.

– Sim. Estive lá mais cedo. Respondeu.

– Deus obrigado! Iremos passar lá para uma visita daqui a pouco.

– Ok. Vou sair para ver um colega.

– Está bem. Disse, para depois partir com a sobrinha Bo-ô-na-ndji para visitar a Suzete e o seu neto Albertine.

Bo-ri-finin não encontrou Cláudio ao chegar no *Djabaté* que já se encontrava quase cheio de clientes. Ele ocupou uma das três mesas restantes e pediu uma *Super Bock Mini*<sup>31</sup>, e pôs-se à espera do amigo que acabou por aparecer minutos depois.

– E aí rapaz; como é então? Disse Cláudio ao chegar e acomodar-se logo à mesa.

– Tudo bem. E você, como está?

– Estou bem, também.

---

<sup>31</sup> Cerveja.

- Aqui está o dinheiro (sessenta mil Francos CFA) do pagamento.
- Maravilha! Disse Cláudio ao estender a mão e receber o dinheiro. Após isso, ele entregou o recibo do pagamento ao Bo-ri-finin, e tentou devolver-lhe nove mil Francos CFA.
- Para mim? Perguntou ao ver Cláudio estender-lhe a mão para entregar dinheiro.
- Sim; toma para você. Respondeu.
- Muito obrigado! Disse, para logo conferir e constatar que estava tudo certo com o recibo.

Os dois seguiram conversando sobre coisas, saboreando suas bebidas e petiscando carne de cabra à *Djabaté*. Passado o tempo, Bo-ri-finin despediu-se do amigo e partiu para casa de táxi. E não tardou, fizera Cláudio o mesmo.

– Fui promovido à patente de Cabo. Disse Carlos ao Edmilson no meio das conversas que estavam tendo no bar, acompanhado de cerveja e mocotó de porco.

– Parabéns por isso, rapaz! Que Deus continue abençoando você com mais promoções! E a questão do salário, já está resolvido; você já recebe?

– Muito obrigado, mestre! Não, nada até agora. Mas já não me preocupo mais com salário pois as coisas têm me corrido bem.

– Isso. Deus obrigado! E como está o *Operacional*, faz tempo que não falo com ele.

– Ele está bem. Inclusive, foi também promovido à patente do 2º Tenente, e passará a trabalhar na gestão do comando do grupo (Grupo de Trânsito).

– Isso. Parabéns, para ele! Que continue a subir sempre. Você passará a trabalhar sozinho então?

– Sim, por enquanto. Por isso estou a pensar em arranjar uma mota para facilitar os meus movimentos.

– Ah, sim; seria bom.

– Decidi reformar a nossa casa nas próximas semanas, e gostaria de contratar você para isso.

– Tudo bem. Muito obrigado! Estou à disposição.

– Ok. Disse, e os dois continuaram com a conversa sobre coisas para só depois deixarem o bar quando ficou tarde.

Amanheceu o dia e lá estavam os nossos principais personagens ocupadas com as tarefas que marcavam suas rotinas: o Cabo Carlos ao serviço policial na estrada; a sua mãe Paula na viagem a trabalho nos *Lumus*; a sua irmãzinha Badilé indo a escola e cuidando da

casa; o Edmilson na obra; o *Operacional*, agora 2º Tenente, nos trabalhos de gestão na Brigada; o mestre Ciro e o Mussa na oficina; o Tavares-Tavares no seu trabalho de despachos; o Mário e o Bo-ri-finin no *Toka-toka*; a mãe Augusta no trabalho na escola; a prima Bo-ô-na-ndji ao cuidado da casa; o tio Alfredo no seu trabalho; a Cristina na feira; a Suzete cuidando do filho Albertine e da casa; o Comandante Bedamone a comandar a Esquadra; a Marina no trabalho no cartório; o Cláudio no seu trabalho no gabinete do diretor de serviço na repartição do Ministério; e o Pedro ainda nos estudos na Rússia.

Passados seis meses, Carlos ficou conhecido na estrada pelo apelido *Operativo*, ganhou a dupla promoção e ascendeu à patente de Segundo Sargento e passou a morar com a namorada numa casa alugada no “Bairro” Ministro. Ele também adquiriu um Mercedes Benz C 240 Elegance, segunda mão da Europa, e passou a sua mota ao mestre Edmilson que, após concluir a reforma da casa, continuou com os trabalhos nas obras dos contratos ocasionais que seguia apanhando.

A sua mãe Paula continuou com as viagens a trabalho nos *Lumus*; e a sua irmãzinha Badilé ficou grávida e acabou por largar os estudos no 10º ano escolar. O seu superior *Operacional* seguiu na Brigada nos trabalhos de gestão e do comando. O mestre Ciro e o Mussa continuaram a trabalhar na oficina, e o Tavares-Tavares se casou e adquiriu um outro *Guiri-guiri* para o segundo *Toka-toka*, e um carro particular.

Mário passou a morar com a namorada no Bairro Militar. Bo-ri-finin passou a dispor de um salário de trinta mil Francos CFA, e permaneceu na casa da mãe Augusta que continuou a trabalhar na escola. Bo-ô-na-ndji se casou e foi morar com o marido em Mansoa, no interior do país. Tio Alfredo faleceu em decorrência de acidente de trabalho, e a viúva Cristina passou a morar com a irmã Ana Paula na casa dela em Santa Luzia (bairro). Suzete largou os estudos no 9º ano escolar por causa do cuidado do filho e passou a morar com Bo-ri-finin e a mãe dele, sua sogra. Marina continuou a trabalhar no cartório. Cláudio continuou a trabalhar no gabinete do diretor geral da repartição do Ministério das Finanças, e Comandante Bedamone se aposentou do serviço.

E por ser que foram nessas circunstâncias que deixamos nossos personagens principais devido nossa viagem ao estrangeiro, colocamos uma enorme pausa nessa história que esperamos um dia retornar a narrar e concluir.

Igual como foi proposto, esse capítulo compreendeu um movimento de aproximação com a empiricidade dessa pesquisa. No qual o recurso ao emprego da abordagem ficcional

assentou-se na estratégia metodológica para a exposição de seu *corpus* e de aproximação com as dinâmicas de interação; e, igualmente, na estratégia de apresentação e de acesso às situações exemplares dos acionamentos dos enunciados/práticas.

Ao que seria uma breve exposição do resultado obtido no capítulo e, por conseguinte, o encaminhamento da argumentação na dissertação aos seus próximos capítulos, considera-se, pelo material apresentado, que se conseguiu se aproximar da realidade contemporânea bissau-guineense na qual se tem a existência os contextos intersubjetivos nos quais os enunciados/práticas têm a ocorrência. Neste sentido, algo assim implica dizer que a descrição feita não se circunscreveu somente nas reciprocidades instituídas na interação pelos personagens, na medida em que também revelou uma dinâmica de sociabilidade que se reverbera em espécie de modo de existência em uma perspectiva de mundo da/na vida social. Consequentemente, aproximar também da empiricidade da pesquisa e dos dados analíticos que estarão sendo tratados nos capítulos seguintes de acordo com os objetivos estabelecidos. Isto é, dados a serem tomadas como objetos para a análise e interpretação dos conteúdos pressupostos nos enunciados/práticas, e no quesito das trocas prático-simbólicas pelos exemplares de seus proferimentos na interação

### **3. ABORDAGEM DOS ENUNCIADOS/PRÁTICAS SOCIAIS – MANERA BISSAU-GUINEENSE E SUA ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO**

Igual como dito atrás, esboçamos a *manera bissau-guineense*, de acordo com os interesses com essa pesquisa, como forma social no sentido simmeliano (2021); ou seja, uma organização social da experiência inerente a uma figuração a só tempo representacional e sociodiscursiva. E os enunciados/práticas a ela intrínseca entendidos como representações com estado de compreensões e ordenado de significações no imbricamento e relação dialética entre significados intersubjetivos e facticidade objetivas, operadas na interação social e nas interdependências sociofuncionais pelas quais se definem padrões comportamentais, ou recursividade de cursos de condutas.

Portanto, em virtude de essa pesquisa não se consistir, como já foi referenciado anteriormente, em um trabalho teórico sobre práticas sociais e, também, não consistir na explicação dos condicionantes dos enunciados/práticas aqui objeto de estudo, o que se fará, nesse sucinto capítulo, compreende, mediante a retomada das descrições introdutórias anteriormente apresentadas, em linhas gerais, na tentativa de antecipar o que significam, seu respaldo teórico nas dimensões da linguagem e da sociologia nos limites de abordagens propostos, para, a partir disso por conseguinte, já estabelecer os assentamentos do panorama analítico pelo qual será engendrado a sua análise e interpretação no capítulo seguinte.

Conforme (Fiorin, 2018),

A frase é uma estrutura linguística caracterizada por relações sintática e uma significação, enquanto o enunciado é uma frase a que se adicionam informações retiradas da situação em que ela é enunciada. Isso quer dizer que uma frase pode corresponder a vários enunciados (Fiorin, 2018, p. 36).

Portanto, observa-se que, mais do que conjunto de frases, o objeto dessa pesquisa, igual como proposto, compreende enunciados, pelo que significam seus conteúdos apresentados nas descrições introdutórias, na sua relação com a forma como são operados na interação. E, também, são práticas, e, logo, enunciados/práticas, pelo fato de que “certos enunciados não têm por finalidade a designação de um objeto ou um evento do mundo, mas referem-se a si mesmos, ou seja, não têm uma função referencial, mas autorreferencial” (Fiorin, 2003, p. 229); como é o caso dos performativos (Austin, 1990; Bourdieu, 2008). O

que, por último, justifica a proposta de abordá-los pelo que constitui as articulações das dimensões da linguagem com os estudos sociológicos.

Ao ir além da abordagem que separa a linguística da filosofia, Austin (1990), utilizando-se da concepção que nomeou de performativos-constativos, em abandono a distinção, proposta inicialmente, entre ambas, e dos conceitos do performativo, ilocucionário, e de atos de fala, ambos introduzidos e articulados igualmente por ele, de maneira relacionada, com à performatividade, formulou uma nova abordagem (visão) – “visão performativa” da linguagem (Ottoni, 2002), pelo seu entendimento de que não existe a fronteira entre essas duas esferas de conhecimento, quando o assunto é a análise da linguagem ordinária.

Nos primórdios da formulação de sua teoria, Austin propôs a distinção entre os constativos e os performativos; distinção pela qual os primeiros consistem em “afirmação que tem propriedade de ser falso ou verdadeiro”, e os segundos, “não sendo falso ou verdadeiro: tem a sua própria função, servir para realizar uma ação” (Austin, 1990; Ottoni, 2002).

Conforme Ottoni (2002), Austin assumiu, mediante a distinção acima, que nas *afirmações*, ou seja, nos constativos, “é possível encontrar propriedades verdadeiro ou falso”, propriedades estas que “não serão encontradas nos enunciados performativos”. Depois, acrescenta que

É interessante observar de que modo a questão da referência, da relação linguagem-mundo, está presente na sua afirmação. Nos enunciados *constativos* há, “filosoficamente”, um tipo de referência; já nos enunciados *performativos*, esta mesma noção “filosófica” não pode ser aplicada, porque estes últimos, segundo ele, **realizam** uma ação, e aqui a referência é de outro tipo. Neste momento, o *performativo* deve ser pensado de outro modo. Este *performativo* poderá ser feliz se for realizada a ação pretendida, será infeliz se esta ação não se realizar. As infelicidades mais específicas do performativo são: (a) a nulidade (ou sem efeito) quando o autor não está em posição de efetuar tal ato pretendido; (b) o abuso da fórmula (falta de sinceridade) quando se diz: *eu prometo*, por exemplo, sem ter a intenção de realizar a ação pretendida; (c) a quebra de compromisso quando se diz eu te desejo boas vindas, por exemplo, tratando no entanto o indivíduo como estranho (Ottoni, 2002, p. 128 – negrito no original).

De modo que, observa-se que o performativo realiza uma ação através de um enunciado, que é a realização de um *ato de fala*. Nos termos de Austin (1990), o ato de fala se encontra composto por três partes: *ato locucionário*, que é o ato de dizer algo – proferir

determinada sentença com determinado sentido e referência; *ato ilocucionário*, que configura a realização de um ato ao dizer algo, tal como ordenar, avisar etc.; e o *ato perlocucionário* ou *perlocutório*, que consiste no ato de produzir efeitos ou consequências sobre o interlocutor – convencer, permitir. Sendo que, um ato ilocucionário “é um ato convencional: um ato realizado em conformidade com uma convenção”. Segundo (Ottoni, 2002), Austin sublinhou a existência de duas *formas normais* para a expressão do performativo que se caracterizam pelo seguinte: na primeira forma, no início do enunciado *há um verbo na primeira pessoa do singular, no presente do indicativo, na voz ativa*, por exemplo, *Eu prometo que ...*; na segunda, *há um verbo na voz passiva, na segunda ou terceira pessoa do presente do indicativo*; forma essa encontrada nos enunciados emitidos por escrito, ao exemplo do enunciado: *os passageiros estão convidados a utilizar a passarela para atravessar as pistas* (Ottoni, 2002, p. 129).

Entretanto, por chegar à conclusão de que uma afirmação pode ser um performativo, logo, a existência de outros performativos que não são expressos nestas *formas normais*, como são os exemplos da afirmação *Feche a porta*, e da palavra *Cão*, que, nas palavras do próprio Austin (1990), trata-se das “expressões que se disfarçam”, podendo, contudo, ser explicitadas, colocando-as na sua forma mais explícita, ao se fazer recurso aos variados aspectos da linguagem, acrescidas as circunstâncias do proferimento, por exemplo, *Eu te ordeno que feche a porta* e *Previno-o que cão vai te atacar*, ele se desfez da distinção entre performativo e constativos, proposta inicialmente. Ou seja, sendo daquelas que se “disfarçam”, a afirmação (constativo) referenciada no parágrafo anterior, se encontram no mesmo nível dos performativo, pois pode, a depender do lugar em que foi dito, “ser interpretado de várias maneiras”, e “ter vários implícitos performativos” que podem ser felizes ou não (Ottoni, 2002, p. 129).

Ainda, conforme (Ottoni, 2002) o performativo

(...) poderá ser feliz se for realizada ação pretendida, será infeliz se esta ação não se realizar. As infelicidades mais específicas do performativo são: (a) a nulidade (ou sem efeito) quando o autor não está em posição de efetuar tal, quando não consegue, formulando seu enunciado, completar o ato pretendido; (b) o abuso da fórmula (falta de sinceridade) quando se diz: eu prometo, por exemplo, sem ter a intenção de realizar a ação pretendida; (c) a quebra de compromisso quando se diz eu te desejo boas vindas, por exemplo, tratando no entanto o indivíduo como estranho (Ottoni, 2002, p. 128).

Portanto, devido ao fato de, a partir disto, as informações agora não só dizerem (descreverem) sobre o mundo, como, também, fazem (praticam) algo no mundo e, pelo desfecho de que “os constativos são um caso particular dos performativos” (Fiorin, 2003), produziu-se, como referenciado atrás, uma visão de linguagem diferente daquela utilizada na distinção anterior entre o performativo e o constativo (Ottoni, 2002). Visão esta que nas palavras desse autor

[...] produz, como já foi dito, uma virada brutal na questão da referência, ou seja, verdade e falsidade são conceitos que não terão mais um papel relevante nem prioritário para Austin. A partir deste momento podemos falar de uma visão performativa, na qual o sujeito não pode se desvincular de seu objeto fala e, conseqüentemente, não é possível analisar este objeto fala desvinculado do sujeito (Ottoni, 2002, p. 130).

Para Austin (1990, p. 68-70) o modo imperativo, os advérbios e expressões adverbiais, as partículas conectivas, e muitos outros variados aspectos da linguagem, configuram o recurso pelo qual, fazendo o seu uso, pode-se explicitar os performativos não explícitos; sendo que seu uso resulta em alguma modificação do texto. Contudo, ressalta que ““tornar explícito” não é o mesmo que descrever ou relatar o que se faz, “é tornar claro como o ato deve ser considerado ou entendido, dizer de que ação se trata”. Ou seja, a explicitação é para “tornar mais clara a *força* do proferimento”, o como ele deve ser considerado.

Com base nisso, observa-se que, pelos seus conteúdos, e acrescidas as circunstâncias de seus proferimentos, igual como visto no texto do capítulo anterior, o *modo imperativo*, configura o recurso linguístico ideal para lograr o feito que pretendemos – explicitar os enunciados/práticas que precisam ser colocados na sua forma mais explícita. Modo esse pelo qual, o proferimento, ou seja, o performativo, poderá configurar “uma ordem, uma permissão, uma exigência, um pedido, uma sugestão, uma recomendação, uma advertência” etc.

De maneira que passamos então a observar como os enunciados/práticas, objeto dessa pesquisa, se enquadram adentro a estas concepções, mediante a seguinte sequência de abordagem: o que não são, porque não são; o que são, e porque são, e explicitar aqueles que não se encontram nas formas explícitas.

- *Bissau i assim* (Bissau é assim)

Pela descrição introdutória feita na parte inicial desse trabalho, apresentamos esse enunciado/prática como aquele que inerente à ideia de que assim é o mundo social bissau-guineense, parece se encontrar relacionado ao se estar conforme a realidade, à maneira de se comportar, e como se proceder para se poder conseguir algo material ou simbólico diante de certas circunstâncias face ao estado de coisas (...).

Assim, observa-se, mediante essa descrição, que esse enunciado/prática não configura *performativo explícito* por não se encontrar nas características das duas respectivas *formas normais* da expressão do performativo – “*verbo na primeira pessoa do singular, no presente do indicativo, na voz ativa*”; “*verbo na voz passiva, na segunda ou terceira pessoa do presente do indicativo*”.

O que é, entretanto? É um performativo não explícito – afirmação (constativo), tratando-se daquelas “expressões que se disfarçam”. Ou seja, um performativo daqueles que não são expressos nas duas *formas normais*; mas que, fazendo recurso aos variados aspectos da linguagem, acrescidas às circunstâncias do proferimento, podem ser explicitados, colocando-os na sua forma mais explícita.

*Bissau i assim* (Bissau é assim) pelo recurso ao modo imperativo:

1. Uma ordem: “*Ordeno-lhe estar em conformidade e comportar/proceder assim/assado, Bissau é assim.*”
2. Uma permissão: “*Permito-te estar em conformidade e comportar/proceder assim/assado, Bissau é assim.*”
3. Uma exigência: “*Exijo-o estar em conformidade e comportar/proceder assim/assado, Bissau é assim.*”
4. Um pedido: “*Peço-te que esteja em conformidade e comportar/proceder assim/assado, Bissau é assim.*”
5. Um conselho: “*Bissau é assim, aconselho-te estar em conformidade e comportar/proceder assim/assado.*”
6. Um consentimento: “*Consinto que esteja em conformidade e comportar/proceder assim/assado, Bissau é assim.*”
7. Uma sugestão: “*Eu te sugiro estar em conformidade e comportar/proceder assim/assado/isto, Bissau é assim.*”
8. Uma recomendação: “*Recomendo-o que esteja em conformidade e comporte/proceda assim/assado, Bissau é assim.*”

9. Uma advertência: “*Aviso-te que deve estar em conformidade e comportar/proceder assim/assado, Bissau é assim.*”

Conforme Austin (1990), ainda pode-se usar verbos auxiliares como recurso para, também, explicitar os performativos; de modo que, para não ser exaustivo, passamos apenas a observar um caso, no qual teremos o seguinte pelo verbo *ter*; enquanto auxiliar:

9.1. Verbo *ter*: “*Você tem que estar em conformidade e comportar/proceder assim/assado, Bissau é assim,*”; que se assemelha ao (1.).

Diante dessas sentenças dos exemplos de explicitação, e pela observação dos contextos em que foram proferidas nos diálogos no texto do capítulo anterior, esse enunciado/prática configura o performativo explícito expresso na sentença número (8) *Recomendação*, podendo, também, consistir em um *Conselho* em (5), uma *Sugestão* em (7) etc.

- *Bu sibi ami i quim?* (Você sabe quem eu sou?)

Pela descrição feita na introdução deste trabalho, apresentamos esse enunciado/prática como remetendo à ideia e prática a qual se opera para fazer a afirmação e/ou reafirmação, e/ou imposição de autoridade e/ou diferença relacionada ao que seria uma “hierarquia paralela” coexistente ao convencional (...).

Deste modo, pelo que tínhamos visto atrás sobre características das duas *formas normais* para a expressão do performativo, observa-se que, pela sua composição, esse enunciado/prática, diferente daquele abordado logo atrás, configura um performativo explícito, independentemente da observação do contexto das vezes em que foram proferidas no diálogo no texto do capítulo anterior. Isto, por comportar *um verbo na primeira pessoa do singular, no presente do indicativo, na voz ativa*. Não havendo por isso, a necessidade de colocá-lo na mais forma mais explícita.

- *Cunsi bu lugar* (Conheça o teu lugar)

Ao que representaria a ideia de estar em conformidade com a realidade – realidade bissau-guineense –, apresentamos esse enunciado/prática como parecendo se encontrar inerente à advertência/aconselhamento relacionada ao “dever” de os sujeitos/agentes conhecerem e estarem nos seus “devidos lugares” e, por conseguinte, orientarem-se em conformidade dele. Isto, em função de se encontrarem em uma sociedade na qual as pessoas se distinguem pelas diferenciações sociais relativas ao quadro caracterizado pela mobilidade

morosa no cômputo da estratificação social hierarquizada. E, ainda, pela forma como essas diferenciações atuam para o sucesso em conseguir algo no mundo mediante o seu acionamento face ao estado de coisas (...).

Observa-se que, pela sua composição, este enunciado/prática, igual como aquele abordado atrás em primeiro, não configura *performativo explícito* por não comportar um dos chamados verbos performativos ligados a ação, e por não se encontrar no presente do indicativo, e, logo, em nenhuma das respectivas duas *formas normais* da expressão do performativo. Sendo um performativo não explícito por isso, e tratando-se, mais uma vez, daquelas “expressões que se disfarçam”.

Pelo que, passamos, novamente, a explicitá-lo fazendo recurso ao *modo imperativo*, e ao verbo auxiliar *ter*.

*Cunsi bu lugar* (Conheça o teu lugar) pelo recurso ao modo imperativo:

10. Uma ordem: “*Ordeno-lhe conhecer o teu lugar.*”
11. Uma permissão: “*Permito-te conhecer o teu lugar.*”
12. Uma exigência: “*Exijo-o conhecer o teu lugar.*”
13. Um pedido: “*Peço-te que conheça o teu lugar.*”
14. Um conselho: “*Aconselho-te conhecer o teu lugar.*”
15. Um consentimento: “*Consinto que conheça o teu lugar.*”
16. Uma sugestão: “*Sugiro-te conhecer o teu lugar.*”
17. Uma recomendação: “*Recomendo-o conhecer o teu lugar.*”
18. Uma advertência: “*Aviso-te que você deve conhecer o teu lugar.*”
- 18.1 Verbo *ter*: “*Tem que conhecer o teu lugar; que se assemelha ao (11.) “Ordeno-lhe conhecer o teu lugar”;*

Perante essas sentenças dos exemplos de explicitação, e pela observação dos contextos em que foram proferidas nos diálogos no texto do capítulo anterior, esse enunciado/prática configura performativo explícito expresso no exemplo número (18.1) uma *Advertência*, e um *Conselho* em (15.).

- *Cabra nundê k'i maradu lá k'i ta cumê* (a/o Cabra/Bode se alimenta no local onde amarrada/o)

Apresentamos esse enunciado/prática como aquele intrínseca às deliberações, juízos, escolhas e performances que se dão nas diversas esferas em que se relacionam mutuamente o material e o simbólico. Desse modo, referente ao adquirir algo (bem material ou simbólico)

em ocasião de tal circunstância (de a/o Cabra/Bode se encontrar amarrado/a) parece “não representar o ilícito”, não importando se o adquirido é alheio ao sujeito/agente adquirente (...).

Mediante essa descrição, observa-se que esse enunciado/prática configura performativo explícito, por se encontrar em uma das *formas normais* para a expressão do performativo. Ou seja, por comportar um verbo na voz passiva, na segunda ou terceira pessoa do presente do indicativo. Por isso, não há necessidade de colocá-lo na forma mais explícita.

Diante dessas observações acompanhadas de explicitações, constatamos que todos os nossos enunciados/práticas configuram performativos cujo seu proferimentos compreendem realização de ato ao dizer algo – um ato de fala; sendo, por isso, mais que um mero ato de dizer algo e/ou afirmações com propriedades de serem falsos ou verdadeiros. De maneira que, passamos, então, a observar, em seguida, as pressuposições ou os conteúdos neles pressupostos.

### **3.1 As pressuposições ou os conteúdos pressupostos nos performativos na *manera bissau-guineense***

Nas palavras de Fiorin (2018),

Um texto diz mais do está na sua superfície, pois ele não somente transmite conteúdos explícitos, mas também conteúdos implícitos, marcados no enunciado ou na situação de comunicação, que apreendemos ao fazer inferências. Os conteúdos implícitos podem ser pressupostos e subentendidos (Fiorin, 2018, p. 37).

De modo que, passamos, então, a discorrer sobre as pressuposições, ou os pressupostos nos enunciados/práticas (performativos) objeto desta pesquisa, por consistir em um dos interesses de nossa abordagem. Entretanto, antes de prosseguir, importa ressaltar que, igual como já foi mencionado atrás, na seção sobre os procedimentos metodológicos, a pressuposição será abordada como uma “noção semântico-pragmática”, nos termos de Cançado (2008, p. 32); isto é, por se encontrarem relacionados com os “sentidos de expressões lexicais contidas na sentença, mas também se refere a um conhecimento prévio, extralinguístico, que o falante e o ouvinte têm em comum”. Também, por ser “um conhecimento compartilhado por falante/ouvinte, prévio à sentença proferida, ainda que seria desencadeado a partir desta: envolve um tipo de conhecimento semântico, mas também, exige um conhecimento pragmático” (Cançado, 2008, p. 33).

Para Ducrot (1987, p. 41), a pressuposição “é parte integrante do sentido dos enunciados”. E “é uma informação indiscutível, ou apresentada como tal, tanto para o falante quanto para o ouvinte, pois decorre necessariamente do sentido de um marcador linguístico” (Fiorin, 2018, p. 256). O que não quer dizer que ele não pode ser contestado, ainda que formulado para não o ser.

Em relação ao uso da pressuposição, o mesmo autor refere que

É um forte recurso argumentativo, uma vez que ele conduz a aceitar certas ideias do enunciador. Com efeito, introduzir um ponto de vista, sob forma de pressuposto, torna o interlocutor cúmplice da perspectiva do enunciador, pois o que é pressuposto não está em discussão, é apresentado como algo certo (Fiorin, 2018 p. 37).

Ao aludir sobre este “estatuto particular do pressuposto”, Ducrot (1987, p. 18 *apud* Ducrot, 1968) indica que “os pressupostos de um enunciado continuam a ser afirmados pela negação deste enunciado ou por sua transformação em pergunta”. Ou seja, a despeito de certas modificações sintáticas a ele submetidas, tais como declaração afirmativa, negação, interrogação, ou como condicional antecedendo outra sentença, continua conservado o que é pressuposto, ou o conteúdo pressuposto por um enunciado.

De modo que passamos, então, a observar quais são as pressuposições ou os conteúdos pressupostos conservados nos enunciados/práticas (performativos) objeto desse trabalho, mediante suas submissões a modificações sintáticas nessas quatro formas da sentença.

19. *Bissau i assim* (Bissau é assim)

a. Declaração afirmativa: *Bissau i assim* (Bissau é assim).

a'. Negação: Bissau não é assim.

a''. Interrogação: Bissau é assim?

a'''. Condicional: Se Bissau é assim, ...

b. Bissau é de um/a modo/forma.

Nas sentenças em (19.), observa-se a existência do fato de Bissau ser de um modo/forma por permanecer inalterado, e, logo, constituir isso o conteúdo compartilhado em todas as sentenças. De modo que, podemos dizer que as sentenças no performativo em (19.) pressupõem a sentença em b. *Bissau é de um/a modo/forma*. Ou seja, que a sentença *Bissau é de um modo/forma* constitui a pressuposição ou o conteúdo pressuposto no performativo *Bissau i assim*. Se não, vejamos o seguinte, fazendo recurso ao método de

verificação da relação de pressuposição proposta por Cançado (2008): quando o enunciador disse, em (19.), (a), (a'), (a''), (a''') ao enunciatário, ele toma ou tomou (b) “Bissau é de um/a modo/forma” como verdade? Por serem positivas as respostas a essas perguntas, se verifica que (a) pressupõe (b), na medida em que a família de (a) toma (b) como verdade.

20. *Bu sibi ami i quim?* (Você sabe quem eu sou?)

- a. Declaração afirmativa: Você sabe quem eu sou.
- a'. Negação: Você não sabe quem eu sou.
- a''. Interrogação: Você sabe quem eu sou?
- a'''. Condicional: Se você sabe quem eu sou, ...
- b. O enunciador é um ser – isto/aquilo.

Nas sentenças em (20.), permanece inalterado o fato de *o enunciador consistir em um ser – isto/aquilo*; sendo, por isso, o conteúdo compartilhado em todas as sentenças. Assim, podemos afirmar que as sentenças no performativo em (20.) pressupõem a sentença *o enunciador é isto/aquilo*. Se não, verificamos a relação de pressuposição, novamente, pelo mesmo método: quando o enunciador disse (a), (a'), (a''), (a''') ao enunciatário, ele toma ou tomou (b) “ser ele isto/aquilo” como verdade? Por serem positivas as respostas a essas perguntas, se verifica, por conseguinte, que (a) pressupõe (b), na medida em que a família de (a) toma (b) como verdade.

21. *Cunsi bu lugar* (Conheça o teu lugar)

- a. Declaração afirmativa: Conheça o teu lugar.
- a'. Negação: Não conheça o teu lugar.
- a''. Interrogação: Conheça o teu lugar?
- a'''. Condicional: Se conheça o teu lugar, ...
- b. O enunciatário pertence a um lugar.

Nas sentenças em (21.), permanece inalterado o fato de o enunciatário pertencer a um lugar que o enunciador o adverte, o aconselha, o ordena etc. a conhecer; consistindo, por isso, no conteúdo compartilhado em todas as sentenças. Portanto, podemos dizer que a sentença *o enunciatário pertence a um lugar* consiste na pressuposição ou no conteúdo pressuposto no performativo em (21.). Se não, vejamos o seguinte: quando o enunciador disse (a), (a'), (a''), (a''') ao enunciatário, ele toma ou tomou (b) “O enunciatário pertence a um lugar” como verdade? Como são positivas as respostas a essas perguntas, verifica-se,

mais uma vez, que (a) pressupõe (b), na medida em que a família de (a) toma (b) como verdade.

22. *Cabra nundê k'i maradu lá k'i ta cumê* (A/O Cabra/Bode se alimenta no local onde amarrada/o)

- a. Declaração afirmativa: A/O Cabra/Bode se alimenta no local onde amarrada/o.
- a'. Negação: A/O Cabra/Bode não se alimenta no local onde amarrada/o.
- a''. Interrogação: A/O Cabra/Bode se alimenta no local onde amarrada/o?
- a'''. Condicional: Se a/o Cabra/Bode se alimenta no local onde amarrada/o, ...
- a. A/O Cabra/Bode se encontra amarrada/o em um determinado local.

Observa-se que, nas sentenças em (22.), permanece inalterado o fato de a/o Cabra/Bode se encontrar amarrado/a em um determinado local; sendo, por isso, o conteúdo compartilhado em todas as sentenças. Portanto, podemos afirmar que as sentenças em (a) pressupõem (b). Pois quando o enunciador disse (a), (a), (a'), (a''), (a''') ao enunciatário, ele toma ou tomou (b) “a/o Cabra/Bode se encontra amarrado/a” como verdade.

### 3.2 As pressuposições ou os conteúdos pressupostos nos trechos de músicas

Trecho de letra da música intitulada *Li ki li – Aqui que é aqui* – (2018), do músico Mc Mário, (transcrição e tradução minha):

*[...] Sejam bem-vindos à terra da desordem  
Aqui você se dá mal, quando tenta meter a ordem  
Se tentares sair de homem para seres super-homem, a vida acaba custando-lhe  
cara como às roupas do BODEM [...]*

23. Sejam bem-vindos à terra da desordem

- a. Sejam bem-vindos à terra da desordem.
- a'. Não sejam bem-vindos à terra da desordem.
- a''. Sejam bem-vindos à terra da desordem?
- a'''. Se sejam bem-vindos à terra da desordem, ...
- b. Aqui é terra da desordem.

23.1. Aqui você se dá mal quando tenta meter a ordem.

- a. Aqui você se dá mal quando tenta meter a ordem.
- a'. Aqui você não se dá mal quando tenta meter a ordem.
- a''. Aqui você se dá mal quando tenta meter a ordem?
- a'''. Se aqui você se dá mal quando tenta meter a ordem, ...

- b. Se dá mal quando tentar meter a ordem.
- 23.1.1. Se você tentar sair de homem para ser super-homem, a vida acaba custando-lhe cara como às roupas do *BODEM*.
- a. Se você tentar sair de homem para ser super-homem, a vida acaba custando-lhe cara como às roupas do *BODEM*.
- a'. Não é verdade que se você tentar sair de homem para ser super-homem, a vida acaba custando-lhe cara como às roupas do *BODEM*.
- a''. Se você tentar sair de homem para ser super-homem, a vida acaba custando-lhe cara como às roupas do *BODEM*?
- a'''. Se (se) você tentar sair de homem para ser super-homem, a vida acaba custando-lhe cara como às roupas do *BODEM*, ...
- b. A vida acaba custando-lhe cara como às roupas do *BODEM* se tentar ser super-homem.

De modo que o trecho da música acima pressupõe o seguinte:

*[...] Aqui é terra da desordem, (Bissau, Guiné-Bissau)*  
*Se dá mal quando tentar meter a ordem*  
*A vida acaba custando-lhe cara como às roupas do BODEM se tentar ser super-homem*  
*[...].*

Trecho da letra da música intitulada *Considju nacional* – Conselho nacional – (2020) do músico Justino Delgado, (transcrição e tradução minha):

*[...] Na minha terra não há respeito, mas não há*  
*Na minha terra ninguém não é ninguém, toda gente é alguém*  
*Na minha terra a lei não é cumprida, mas não é que não existem*  
*Na minha terra o poder está na rua [...]*

24. Na minha terra não há respeito, mas não há.
- a. Na minha terra não há respeito, mas não há.
- a'. Não é verdade que na minha terra não há respeito, mas não é.
- a''. Na minha terra não há respeito, mas não há?
- a'''. Se na minha terra não há respeito, mas se não há, ...
- b. Esta terra não é de respeito.
- 24.1. Na minha terra ninguém não é ninguém, toda gente é alguém.
- a. Na minha terra ninguém não é ninguém, toda gente é alguém.
- a'. Não é verdade que na minha terra ninguém não é ninguém, e que toda gente é alguém.
- a''. Na minha terra ninguém não é ninguém, toda gente é alguém?

- a'''. Se na minha terra ninguém não é ninguém, toda gente é alguém...
- b. Toda gente é alguém e ninguém na minha terra.
- 24.1.1. Na minha terra a lei não é cumprida, mas não é que não existem.
  - a. Na minha terra a lei não é cumprida, mas não é que não existem.
  - a'. Não é verdade que na minha terra a lei não é cumprida, e que não é que não existem.
  - a''. Na minha terra a lei não é cumprida, mas não é que não existem?
  - a'''. Se na minha terra a lei não é cumprida, mas não é que não existem, ...
  - b. A lei não é cumprida na minha terra.
- 24.1.1.1. Na minha terra o poder está na rua.
  - a. Na minha terra o poder está na rua.
  - a'. Na minha terra o poder não está na rua.
  - a''. Na minha terra o poder está na rua?
  - a'''. Se na minha terra o poder está na rua, ...

De modo que esse trecho de música pressupõe o seguinte:

*[...] Esta terra não é de respeito  
 A lei não é cumprida na minha terra  
 Toda gente é alguém e ninguém na minha terra.  
 O poder se encontra em algum lugar na minha terra [...]*

Trecho de letra da música intitulada *Fossa* (2010), dos músicos Masta Tito; NB (transcrição e tradução minha):

- ‘Dá-me a chave’
- ‘Não vou dar’
- ‘Dá-me a chave’
- ‘Não vou dar’
- *Sabe quem eu sou, eu sou o King-Kong*
- Militares bateram os Trânsitos (guardas de trânsito) até babarem [...]*
- 25. – ‘Dá-me a chave’.
  - a. – ‘Dá-me a chave’.
  - a'. – ‘Não me dá a chave’.
  - a''. – ‘Dá-me a chave’?
  - a'''. – ‘Se dá-me a chave’, ...
  - b. Alguém (o enunciatário) está com a chave.

- 25.1. – ‘Não vou dar’.
- a. – ‘Não vou dar’.
  - a’. – (‘Não’) vou dar’.
  - a’’. – ‘Não vou dar’?
  - a’’’. – ‘Se não vou dar’, ...
- b. Alguém (o enunciador) solicitou algo que está na posse de outro.

25.1.1. – Sabe quem eu sou, eu sou o King-Kong.

- a. – Sabe quem eu sou, eu sou o King-Kong.
  - a’. – Não sabe quem eu sou, e que eu não sou o King-Kong.
  - a’’. – Sabe quem eu sou, eu sou o King-Kong?
  - a’’’. – Se sabe quem eu sou, eu sou o King-Kong, ...
- b. Alguém (o enunciador) é um ser.

25.2. Militares bateram os Trânsitos (guardas de trânsito) até babarem.

- a. Militares bateram os Trânsitos (guardas de trânsito) até babarem.
  - a’. Militares não bateram os Trânsitos (guardas de trânsito) até babarem.
  - a’’. Militares bateram os Trânsitos (guardas de trânsito) até babarem?
  - a’’’. Se militares bateram os Trânsitos (guardas de trânsito) até babarem, ...
- b. Alguém bateu nos Trânsitos (guardas de trânsito) até babarem.

De modo que esse trecho de música pressupõe o seguinte:

[...] *Alguém (o enunciatário) está com a chave*  
*Alguém (o enunciador) solicitou algo que está na posse de outro*  
*Alguém (o enunciador) é um ser*  
*Alguém bateu nos Trânsitos (guardas de trânsito) até babarem [...].*

### **3.3 As felicidades e infelicidades dos performativos pelo seu proferimento nas situações interacionais no texto do capítulo I**

Como observado em uma das seções atrás, todos os enunciados/práticas objeto desse estudo compreendem performativos nos termos de Austin (1990); estando uns expressos nas duas *formas normais* para a sua expressão – expressão dos performativos explícitos, e outros não, por se tratarem do não explícito (aquelas que se “disfarçam”), dos quais recorrendo aos recursos linguísticos – *modo imperativo* e o verbo auxiliar *ter* colocámo-los nas suas formas mais explícitas. E observamos também que o performativo pode ser *feliz* “se realizada a ação pretendida, e *infeliz* quando não. E que as suas infelicidades mais específicas compreendem

a nulidade (sem efeito), o abuso da fórmula (falta de sinceridade), e a quebra de compromisso Ottoni (2002).

Nas palavras de Austin (1990),

Além do proferimento das palavras chamadas performativas, muitas outras coisas em geral têm que ocorrer de modo adequado para podemos dizer que realizamos, com êxito, a nossa ação. [...]. Quais são essas coisas esperamos descobrir pela observação e classificação dos tipos de casos em que algo sai errado e nos quais o ato – isto é, casar, apostar, fazer um legado, batizar, etc. – redundava, pelo menos em parte, em fracassar. Em tais casos não devemos dizer de modo geral que o proferimento seja falso, mas malogrado. Por esta razão chamamos a doutrina das *coisas que podem ser ou resultar malogradas*, por ocasião de tal proferimento, de doutrina das *infelicidades* (Austin, 1990, p. 30).

E sobre as condições necessárias para a felicidade dos proferimentos performativos, isto é, para o seu funcionamento feliz, ou sem tropeços, este mesmo autor aponta para as seguintes seis regras básicas, das quais, o proferimento performativo “será, de uma forma ou de outra, malogrado”, se transgredida uma delas:

- (A. 1) Deve existir um procedimento convencionalmente aceito, que apresente um determinado efeito convencional e que inclua o proferimento de certas palavras, por certas pessoas, e em certas circunstâncias; e além disso, que,
- (A. 2) as pessoas e circunstâncias particulares, em cada caso, devem ser adequadas ao procedimento específico invocado.
- (B. 1) O procedimento tem de ser executado, por todos os participantes, de modo correto e
- (B. 2) completo.
- (Γ. 1) Nos casos em que, como ocorre com frequência, o procedimento visa às pessoas com seus pensamentos e sentimentos, ou visa à instauração de uma conduta correspondente por parte de alguns dos participantes, então aquele que participa do procedimento, e o invoca deve de fato ter tais pensamentos ou sentimentos, e os participantes devem ter a intenção de se conduzirem de maneira adequada, e, além disso,
- (Γ. 2) devem realmente conduzir-se dessa maneira subsequentemente (Austin, 1990, p. 30).

Por último, ele enfatiza que “há diferenças consideráveis entre as diversas ‘maneiras’ de ser malogrado”, e explicita as distinções entre o conjunto das quatro regras A e B e as duas regras Γ – na letra grega em oposição às letras latinas; das quais iremos logo observar, nos próximos parágrafos da seção seguinte, pela análise das *felicidades* e *infelicidades* dos nossos performativos.

### 3.3.1 A *felicidade* ou *infelicidade* do performativo *Bissau i assim* (Bissau é assim) pelo seu proferimento na interação em diferentes contextos conversacionais no texto do capítulo I

Esse performativo, igual como observado atrás, consiste “naquelas expressões que se disfarçam”, ou seja, performativo não explícito; por não se encontrar expressa nas duas *formas normais* da sua expressão. Razão pela qual, foi explicitado e colocado na sua forma mais explícita pelo recurso linguístico do *modo imperativo* e do verbo auxiliar *ter*. De modo que, passamos, então, a analisar as suas *felicidades* e/ou *infelicidades* nas quatro vezes que foi proferido nos exemplares (2); (3); (4) e (6), na interação em diferentes contextos conversacionais no texto do capítulo I.

#### Exemplar (2):

Como dito logo no parágrafo anterior, este performativo consiste “naqueles que se disfarçam”. Assim, pelo seu proferimento na situação de interação no cartório notarial, nota-se, pela sua colocação na sua forma mais explícita com recurso ao *modo imperativo* como consta na sentença em (8.): “*Recomendo-o que esteja em conformidade e comporte/proceda assim/assado, Bissau i assim.*” que esse performativo configura uma *Recomendação*; podendo, também, consistir, em outros termos, em um *Conselho*, na sentença em (5.) ou em uma *Sugestão*, na sentença em (7.). De modo que a proposição a ele intrínseco configura ato de influenciar a adoção de uma certa atitude ou instauração de uma conduta diante de uma situação face ao estado de coisas.

Portanto, pode-se dizer, pelo desfecho da interlocução a seguir seu proferimento, que esse performativo foi *malogrado* neste exemplar; isto é, *infeliz*, por não ter sido realizada a ação pretendida; e, por isso, o registo da transgressão à uma das regras –  $\Gamma$ . 1. Visto que, por não ter parado com as reclamações após de escutar que “Bissau é daquela forma”, o enunciatário (Bo-ri-finin) se demonstrou não reconhecer ou aceitar a proposição do enunciador pelo proferimento do performativo – *se conformar-se com a situação, e/ou se adequar-se a ela e, por conseguinte, se proceder-se em função disso para, também, se resolver* –, e possuir a intenção de se conduzir daquela maneira; que, por último, constitui o pensamento e/ou a atitude a ele visado pelo o enunciador pelo proferimento do performativo.

#### Exemplar (3):

Ao considerarmos e tomarmos a sentença do proferimento no seu todo: “– *Ah, pois; Bissau i assim, fica difícil você se safar se não és alguém e não tens ninguém*”, observa-se que, neste exemplar, não se tem a necessidade de colocar o performativo na sua forma mais

explícita, na medida em que o enunciador já fez esse trabalho por nós no momento de seu proferimento.

Assim, repara-se, pelo seu proferimento, novamente na situação de interação no cartório notarial, que o performativo neste exemplar configura um *Conselho*, na sentença em (5.); no qual, novamente, a proposição a ele intrínseco configura ato de influenciar a adoção de uma certa atitude ou instauração de uma conduta diante de uma situação face ao estado de coisas.

Pelo desfecho da interlocução a seguir seu proferimento, o performativo foi *feliz*, por ter o enunciatário (Bo-ri-finin), ao dizer “Ok”, e que tinha escutado, sinalizado reconhecer ou aceitar a proposição do enunciador (seu tio) e, logo, não havendo, por isso, nenhuma transgressão às regras. Ou seja, por ter reconhecido que “Bissau é assim”, isto é, daquela forma, o enunciatário sinalizou a intenção de se conduzir-se daquela maneira – *se conformar-se com a situação e, por conseguinte, se proceder-se em função disso para, também, se resolver*, que é o pensamento a ele visado pelo enunciador pelo proferimento do performativo.

Exemplar (4):

Igual como foi o caso do exemplar analisado por último, observa-se que o performativo neste exemplar em análise também dispensa a sua colocação na forma mais explícita, por ter o enunciador, novamente, feito esse trabalho por nós no momento de seu proferimento, considerando e tomando a sentença do proferimento no seu todo: – *Tens que poder, entretanto. Não és guineense, ora? Bissau é assim, a mistida não safa se ficares de fora.*” De modo que, vê-se, pelo seu proferimento na situação de interação no Ministério da Educação, que configura uma *Advertência*, na qual, novamente, a proposição a ele intrínseco configura ato de influenciar a adoção de uma certa atitude ou instauração de uma conduta diante de uma situação.

Por conseguinte, nota-se que o proferimento foi *feliz* pelo desfecho da interlocução a seguir o seu proferimento; e logo, não ter se verificado nenhuma transgressão à uma das seis regras. Ou seja, que o performativo foi sucedido pelo fato de ter o enunciatário (Bo-ri-finin) reconhecido a proposição da enunciativa (Rosália) – *a realidade e/ou verdade de que “Bissau é assim”, por isso, a mistida não se safa (não se resolve) quando se fica de fora; e, subsequentemente, ter procedido conforme, daquela maneira; que, por último, constitui o pensamento e/ou a atitude a ele visado por parte da enunciativa do performativo.*

Exemplar (6):

Dispensado, mais uma vez, o performativo a sua colocação na forma mais explícita nesse exemplar, igual aos dois analisados por último, por ter o enunciador feito esse trabalho por nós no momento de seu proferimento; seguimos, logo, com a sua análise pela consideração e tomada da sentença do proferimento no seu todo: *–E é sobre isso. Pois e nô Bissau i assim (essa nossa Bissau é assim): não se safa quando você não tem alguém. Só consegui, passando na vossa frente inclusive, porque lá tinha a tia Marina uma Costa-largu; que, em outras palavras, seria igual ao – Bissau é assim, por isso aconselho-te a voltar participar de outros processos da bolsa somente quando você tiver alguém que te fará conseguir.*

Pelo seu proferimento no contexto conversacional entre os amigos Pedro e Bo-ri-finin, observa-se que esse performativo configura um *Conselho*, no qual, a proposição a ele intrínseco configura ato de influenciar a adoção de uma certa atitude ou instauração de uma conduta diante de uma situação, relativo ao acionamento de uma disposição face ao estado de coisas.

Nota-se, pelo desfecho da interlocução a seguir o seu proferimento, que o performativo, nesse exemplar, foi *feliz*; portanto, não se registrou nenhuma transgressão às regras. Pois ao dizer “Ok”, observa-se que o enunciatário (Bo-ri-finin) sinalizou reconhecer a proposição do enunciador (Pedro); e, conseqüentemente, ter demonstrado a intenção de se conduzir daquela maneira – *“candidatar-se novamente somente quando com alguém que lhe fará conseguir ...”*, que, por último, constitui o pensamento a ele visado pelo enunciador pelo proferimento do performativo.

3.3.2 *A felicidade ou infelicidade do performativo Cunsi bu lugar (Conheça o teu lugar) pelo seu proferimento na interação em diferentes contextos conversacionais no texto do capítulo I*

Exemplar (8):

Como já foi observado atrás, esse performativo também consiste “naquelas que se disfarçam”. Portanto, pelo seu proferimento na situação da interação no *Toka-toka*, constata-se, pela sua colocação na sua forma mais explícita com recurso ao *modo imperativo* como consta na sentença em (19.): *“Aviso-te que você deve conhecer o teu lugar.”*, que ele configura uma *Advertência*. No qual, pelo contexto de seu proferimento, a proposição a ele intrínseco configura ato de influenciar a adoção de uma “atitude adequada” ou instauração de uma “conduta condizente” diante de uma situação face ao estado de coisas.

Pelo desfecho da interlocução a seguir o seu proferimento, no qual o visado pelo proferimento (cobrador, Bo-ri-finin) não voltou a fazer cobrança da passagem à enunciadora, vê-se que o performativo foi *feliz*; e, por isso, não se tenha verificado nenhuma transgressão às regras. Ou seja, foi *feliz*, uma vez que fora realizada a ação pretendida pela enunciadora, pelo fato de o enunciatário (Bo-ri-finin) não voltar a insistir com a cobrança da passagem; ainda que seu irmão Mário tenha sido a razão disso, por ter-lhe dito para não dizer nada. E, conseqüentemente, se demonstrado, ainda que não pela disposição própria, resignar-se à proposição do performativo – *submeter-se à determinação e ao poder de mando da enunciadora em razão de sua identidade (quem ela é) face ao estado de coisas*; e, se colocando-se, por isso, no “seu lugar”; que consiste na atitude a ele visado pela enunciadora com o proferimento do performativo.

Exemplar (11):

Constata-se, mais uma vez, que o performativo nesse exemplar dispensa a sua colocação na forma mais explícita, devido ao fato de o locutor já fazer este trabalho por nós no momento do seu proferimento, ao considerarmos e tomarmos o proferimento (a sentença) no seu todo: – *Não volte a reclamar com nenhum passageiro; conheça o teu lugar, ou melhor, conheçamos o nosso lugar, pois não se sabe quem é quem nessa nossa Bissau.*

Pelo contexto de seu proferimento na sequência daquilo que os irmãos Mário e Bo-ri-finin testemunharam no sucedido entre os condutores envolvidos na batida do carro, nota-se que o performativo configura um *Conselho*; no qual, a proposição a ele intrínseco configura, novamente, ato de influenciar a adoção de uma “atitude adequada” ou instauração de uma “conduta condizente” diante de uma situação face ao estado de coisas.

Observa-se que o proferimento foi *feliz* pelo desfecho da interlocução a seguir o seu proferimento; e, logo, o fato de nenhuma das regras ter sido transgredida. Ao dizer ok, e que tinha escutado, o enunciatário (Bo-ri-finin) demonstrou reconhecer a proposição do enunciador (o irmão Mário); e, subseqüentemente, ter sinalizado a intenção de se conduzir daquela maneira – *“não voltar a reclamar com nenhum passageiro, em razão de não se saber quem é quem em Bissau”*; que, por último, constitui o pensamento e/ou a atitude a ele visado pelo irmão pelo proferimento do performativo.

3.3.3 A *felicidade* ou *infelicidade* do performativo *Bu sibi ami i quim?* (Você sabe quem eu sou?) pelo seu proferimento na interação em diferentes contextos conversacionais no texto do capítulo I

Exemplar (9):

Considerando e tomando a sentença do proferimento no seu todo: “– *Ah, é; bu sibi ami i quim? (Você sabe quem eu sou?).*”, observa-se que, igual como foi o caso do exemplar analisado por último, o performativo nesse exemplar em análise também dispensa a sua colocação na forma mais explícita, pelo fato de se encontrar em uma das duas *formas normais* da expressão do performativo.

Desse modo, nota-se, pelo contexto de seu proferimento na situação de interação no *Toka-toka*, que ele (performativo) configura uma *Advertência*; na qual a proposição a ele intrínseco configura ato de chamada de atenção para a necessidade da adoção de um “comportamento condizente” ou instauração de uma “conduta adequada” diante da interação com um *ser diferenciado* face ao estado de coisas.

Pelo desfecho da interlocução a seguir o seu proferimento, nota-se que o performativo foi *malogrado*, isto é, *infeliz*, pela não realização da ação pretendida, que se caracteriza pelo não reconhecimento do *ser* reivindicado pelo enunciador; e, conseqüentemente, o registro da transgressão de uma das regras –  $\Gamma$ . 1. Pois ao intervir e confrontar o enunciador (magistrado) em perguntar, por outras palavras, se ele soubesse quem o enunciatário (Bo-ri-finin, seu irmãozinho, e o visado com proferimento) também era, o interlocutor (Mário), se demonstrou, em defesa do enunciatário e agindo por ele, não reconhecer o *ser* reivindicado pelo enunciador, e não aceitar se resignar à proposição do performativo – *submeter-se à determinação e ao poder de mando do enunciador em razão de sua identidade (quem ele é) face ao estado de coisas*; e, conseqüentemente, sinalizado que este (enunciatário) não possui a intenção de se conduzir daquela maneira; que, por último, constitui o pensamento e/ou a atitude visado a ele pelo enunciador pelo proferimento do performativo.

Exemplar (10):

Novamente, vê-se que o performativo neste exemplar dispensa colocação na sua forma mais explícita, de modo que passamos, logo, para a sua análise, considerando e tomando a sentença de seu proferimento no seu todo: “– *Peraí; um indígena feito você a me chamar de ignorante? por acaso bu sibi ami quim (você sabe quem eu sou)?*”

Pelo contexto no qual foi proferido, discussão entre os condutores envolvidos na batida do carro, observa-se que, novamente configura uma *Advertência*; na qual a proposição a ele intrínseco também configura ato de chamada de atenção para a necessidade da adoção

de um “comportamento condizente” ou instauração de uma “conduta adequada” diante da interação com um *ser diferenciado* face ao estado de coisas.

Constata-se, mais uma vez, pelo desfecho da interlocução a seguir o proferimento, que o performativo foi *malogrado*, isto é, *infeliz*, pelo não reconhecimento do *ser* reivindicado pelo locutor e, por isso, registo de transgressão à uma das regras –  $\mathbb{F}$ . 1. Ao dizer ao enunciador (Raimundo, autor do proferimento) que ele era ninguém, o enunciatário (Bedamatcha, o visado pelo performativo) indicou não reconhecer o *ser* reivindicado pelo enunciador, não aceitar se resignar-se à proposição do performativo, e sinalizado não possuir a intenção de se conduzir daquela maneira – *submeter-se à determinação e ao poder de mando do enunciador em razão de sua identidade (ser diferenciado) face ao estado de coisas*; que, por último, constitui o pensamento e/ou a atitude a ele visado pelo proferimento do performativo.

3.3.4 A *felicidade* ou *infelicidade* do performativo *Cabra nundê k'i maradu lá k'i ta cumê (a/o Cabra/Bode se alimenta no local onde amarrada/o)* pelo seu proferimento na interação em diferentes contextos conversacionais no texto do capítulo I

Exemplar (1):

Pela sua composição, o performativo, nesse exemplar em análise, dispensa a necessidade da sua colocação na forma mais explícita, por se encontrar em uma das *formas normais* para a sua expressão. De maneira que seguiremos, logo, com a análise da sentença de seu proferimento: “– *Então é do vosso conhecimento de que cabra/bode se alimento no local onde amarrada/o, não é!?*”

Pelo contexto de seu proferimento na situação de interação entre a professora e seus alunos no momento da prova na sala de aula, constata-se que este performativo, nesse exemplar, configura uma *Evocação*; cuja proposição a ele intrínseco configura ato de trazer à lembrança uma disposição que pode ser acionado conseqüentemente face ao estado de coisas, mediante adoção de uma conduta.

Em virtude do desfecho da interlocução a seguir ao proferimento, repara-se que o performativo foi *feliz* pela realização da ação pretendida; e, logo, nenhuma transgressão às regras. Ou seja, foi *feliz* pois, o pensamento e/ou a atitude visado aos alunos (enunciatários) pela professora (enunciadora) foi realizado ao *lakatirem* (retribuírem simbolicamente) ela pela proposição do performativo – *darem-se bem na prova depende de vocês*; e, por isso, terem eles se conduzido daquela maneira.

Exemplar (5):

Seguimos, logo, com a análise da sentença de seu proferimento nesse exemplar, em virtude de, mais uma vez, o performativo se encontrar em uma das *formas normais* para a sua expressão: “– *Cabra nundê k’i maradu la k’i ta cumê (cabra/bode se alimenta no local onde amarrada/o!*”

Observa-se, pelo contexto no qual foi proferido, isto é, na situação de interação no trabalho na obra entre mestre Edmilson e seu ajudante Carlos, que ele (performativo) configura um *Consentimento*; no qual a proposição a ele intrínseco configura ato de corroboração para com um ato a ser realizado logo depois.

Verifica-se, por conseguinte, que foi *feliz*, nesse exemplar mais uma vez, pelo desfecho da interlocução a seguir ao seu proferimento, que se concretiza pela concretização do pensamento e/ou a atitude visado ao enunciatário pelo enunciador; e, logo, não ter se registrado nenhuma transgressão às regras.

Ao proferir o performativo em responder ao aquilo que lhe fora dito pelo Edmilson, que, também, configura o mesmo em outras palavras, Carlos demonstrou consentir-se com o ato a ser realizado ulteriormente pelo mestre, no qual a proposição disso se traduz pela seguinte sentença: *consinto que vendamos o cimento e pegarmos o dinheiro, pois na condição de cabras amarrados isso não é ilícito*, que fora o que aconteceu como observado no texto.

Exemplar (7):

“– *Pois como você deve saber, eles não têm salário, geralmente. E por essa Bissau de ‘Cabra nundê ki maradu la k’i ta cumê’ (cabra/bode se alimentar no local onde amarrada/o), tem que ser uma pessoa de confiança, alguém que você conhece. Pois seu sucesso no trabalho dependerá do seu desempenho e colaboração*”.

Pelo contexto de seu proferimento, constata-se que esse performativo configura uma *Advertência*, podendo, também consistir, em outros termos, em um *Conselho*; no qual a proposição a ele intrínseco configura ato de influenciar a adoção de uma certa atitude ou instauração de uma conduta diante de uma situação face ao estado de coisas.

Novamente, observa-se que o performativo foi *feliz*, neste exemplar, pelo desfecho da interlocução a seguir ao seu proferimento, que se caracteriza pela concretização do pensamento e/ou a atitude visado ao enunciatário pelo enunciador; e, por isso, não ter se observado nenhuma transgressão às regras. Ou seja, foi *feliz*, na medida em que ao dizer ok,

e que assim iria fazer quanto à questão evidenciada pelo seu mestre Ciro (enunciador), Mário, enunciário, demonstrou reconhecer a proposição do performativo, e possuir a intenção de se conduzir daquela maneira – *o cobrador será uma pessoa de confiança em razão de Bissau ser de ‘Cabra nundê ki maradu la k’i ta cumê’*; que, por último, consiste no pensamento e/ou a atitude visado a ele pelo enunciador do performativo.

Portanto, ao que novamente seria uma breve exposição do resultado obtido neste capítulo e, por conseguinte, o encaminhamento da argumentação na dissertação ao próximo, constatou-se, pela abordagem feita, que os enunciados/práticas configuram performativos nos termos de Austin (1990); de modo que se procedeu-se com as análises de suas *felicidades* e *infelicidades* nos exemplares de seus proferimentos nas situações de interação. Igualmente, se conseguiu chegar aos conteúdos pressupostos nos enunciados/práticas e nos enunciados nos trechos de músicas mediante o recurso do método de verificação da relação de pressuposição em Cançado (2008); dos quais estarão, juntamente com as *felicidades* e *infelicidades* dos performativos, sendo abordados para a interpretação das trocas prático-simbólicas no capítulo seguinte.

#### **4. AS TROCAS PRÁTICO-SIMBÓLICAS PELOS PRESSUPOSTOS E PELAS *FELICIDADES* E *INFELICIDADES* DOS PERFORMATIVOS**

Antes de avançarmos com a análise e interpretação das trocas prático-simbólicas pelos proferimentos dos performativos e pelas suas *felicidades* e *infelicidades* na interação, faz-se, primeiramente, um sucinto discorrimento do quadro teórico perpassando as dimensões da linguagem e da sociologia do qual se fará recurso, para, por conseguinte, substanciar o nosso argumento interpretativo.

Nos termos de (Marcondes, 1992), tem-se, dentre diversas perspectivas da interpretação da linguagem, esta outra que estabelece ela como

[...] um sistema simbólico permitindo a comunicação humana, e em última análise, a constituição do significado da experiência humana, enquanto social, cultural. Significado este que, por sua vez, não é nem subjetivo, individual, nem objetivo, autônomo, mas intersubjetivo, isto é, constituindo-se a partir da interação humana, do mundo da cultura. A noção de intersubjetividade visa exatamente superar o subjetivismo, sem contudo cair no extremo oposto, em um objetivismo ou formalismo que excluiria o papel dos agentes sociais e o elemento histórico da consideração da formação da experiência e da cultura (Marcondes, 1992, p. 134).

De modo que a consciência individual, para o autor, a consciência dos sujeitos que operam a comunicação dentro desse sistema, “encontra-se sempre diante de um mundo já constituído, já dotado de significado, e constitui-se por sua vez em interação com este mundo”. Sendo a linguagem neste sentido “constitutiva da experiência humana enquanto dotada de significado”. (Marcondes, 1992, p. 134).

Sob esse mesmo prisma de interpretação, Petter (2002, p. 13) assevera que “tudo o que se produz como linguagem ocorre em sociedade, para ser comunicado, e, como tal, constitui uma realidade material que se relaciona com o que lhe é exterior, com o que existe independentemente da linguagem”. No qual como realidade material, isto é, enquanto organização de sons, palavras e frases, ela “é relativamente autônoma; como expressão de emoções, ideais, propósitos, no entanto, ela é orientada pela visão de mundo, pelas injunções da realidade social, histórica e cultural de seu falante”.

Na medida em que se afasta dos paradigmas objetivistas e subjetivistas sobre o tempo inerente ao saber humano que se encontra consubstanciado no símbolo social comunicável, do qual os homens fazem o uso para se comunicarem, o mesmo Elias apresenta a hipótese de que esse “saber resulta de um longo processo de aprendizagem que não teve um começo

na história da humanidade”. Pois “todo homem pressupõe outras condutas antes dele”, de modo que, “todo indivíduo, por maior que seja a sua contribuição criadora, constrói a partir de um património de saber já adquirido, o qual ele contribui para aumentar” (Elias, 1998, p. 10-19). Deste modo, dado que por si só, não dispõe de capacidade para forjar o conceito de tempo, ao crescer, o indivíduo “aprende a interpretar os sinais temporais (inerentes à ideia de tempo) usados em sua sociedade e a orientar sua conduta em função deles”. De modo que, passamos então, com base nesse arcabouço teórico engendrado pelo encadeamento destes argumentos de ordem sociológica e da linguagem, a tecer o nosso argumento interpretativo sobre as trocas prático-simbólicas na interação.

- Performativo *Bissau i assim* (Bissau é assim)

Igual como foi observado no capítulo anterior, o performativo *Bissau i assim* (Bissau é assim) pressupõe que *Bissau é de um modo ou de uma forma*. Forma essa que se interpreta pelo que pressupõe os enunciados nos trechos de músicas, e pelo que pressupõe os performativos *Cunsi bu lugar* (Conheça o teu lugar) e *Cabra nundê k'i maradu la k'i ta cumê* (a/o cabra/bode se alimenta no local onde amarrada/o):

- “[...] *da desordem, na qual se dá mal quando tentar meter a ordem; de onde a vida acaba custando cara como às roupas do BODEM se tentar ser Super-Homem [...]*” (Mário, 2018);
  - “... *de onde se pertence a um lugar social que se deva conhecer ...*”;
  - “[...] *de onde existe um ser – King-King [...]*” (Tito; NB, 2010);
- “[...] *de desrespeito, onde toda gente é alguém e ninguém, a lei não é cumprida, e o poder se encontra em algum lugar [...]*” (Delgado, 2020);
  - “... *de onde existe cabra/bode amarrada/o ...*”.

No capítulo anterior, observou-se que as pretensões manifestas pelo pensamento e/ou a atitude visado aos enunciatários nos exemplares (2); (3); (4) e (6), nas quatro vezes que esse performativo foi proferido na interação em diferentes contextos conversacionais remete à proposição para o enunciatário *se conformar-se com a situação, e/ou se adequar-se a ela, por conseguinte, se proceder-se em função disso, relativo ao acionamento de uma disposição face ao estado de coisas para safar sua mistida (se resolver)*. Pelo qual passamos, em seguida, a interpretar as atitudes dos enunciadores e do enunciatário pela observação das *felicidades* e das *infelicidades* nos exemplares de seu proferimento no âmbito do agir comunicativo inscrito em tramas interacionais.

As atitudes dos enunciadores em acionar os performativos em todos os casos exemplares de proferimentos são inerentes aos seus pressupostos, de maneira que o nosso foco recairá mais na atitude do enunciatário devido a sua responsabilidade pela sua *felicidade*

ou *infelicidade*. O performativo *Bissau i assim* (Bissau é assim) no exemplar (2) de seu proferimento, na situação de interação no cartório notarial, foi *infeliz* pela não realização da ação pretendida. Entretanto, observou-se, também, que o mesmo performativo, no exemplar (3) de seu proferimento, foi *feliz* ainda no âmbito da interação no cartório; assim como nos exemplares (4) na situação de interação no Ministério da Educação, e (6) no contexto conversacional entre os amigos Pedro e Bo-ri-finin, pela realização das ações pretendidas pelos enunciadores com os proferimentos.

No exemplar (2), a infelicidade deste performativo se deve ao não reconhecimento e aceitação de seu pressuposto e sua proposição por parte do enunciatário Bo-ri-finin; logo, transgressão a uma das seis regras das condições necessárias para a *felicidade* dos performativos – “ $\Gamma$ . 1””; *infelicidade* essa que nos termos de (Austin, 1990) compreende sua *nulidade* (sem efeito). Quando disposto em comparação ao exemplar (3), no qual o mesmo performativo foi *feliz* quando proferido por um enunciador diferente, e, novamente, em relação às condições necessárias para a *felicidade* dos performativos, somos levados a acreditar, à primeira vista, que no exemplar (2) houve, também, transgressão à regra “A. 2”, na medida em que a única diferença entre os dois casos exemplares reside na identidade dos enunciadores. Ou seja, que o performativo no exemplar (2) foi *infeliz* pelos seguintes fatos: transgressão à regra “A. 2”, pelo fato de, ao enunciatário (Bo-ri-finin), o enunciador (sujeito/agente bissau-guineense desconhecido do enunciatário) consistir num desconhecido, e, sendo, por isso, a “pessoa inadequada” para o efeito da *felicidade* do performativo; e, também, pelo fato de o enunciatário (Bo-ri-finin) não reconhecer e aceitar a proposição do performativo, logo, transgressão à regra “ $\Gamma$ . 1”. E que o mesmo foi *feliz* no exemplar (3), pela realização da ação pretendida que se caracteriza pelo reconhecimento e aceitação da proposição do performativo pelo enunciatário (Bo-ri-finin), pelo fato de consistir o enunciador Paulo (seu tio, logo, seu conhecido) na “pessoa adequada”.

O mesmo também pode ser dito com o caso do exemplar (6), no qual o performativo foi *feliz*, e o enunciador (Pedro) consiste no conhecido – amigo – do enunciatário (Bo-ri-finin). Entretanto, ao prosseguirmos com a interpretação pela comparação e chegar no exemplar (4), observamos que a ideia de que houve transgressão à regra “A. 2” não constitui verdadeira na medida em que não obstante a enunciatória (Rosália) consistir numa desconhecida ao enunciatário (Bo-ri-finin), e, igualmente, na “pessoa inadequada” pela mesma razão de ser uma desconhecida, o performativo foi *feliz*. E se for isso verdade, isto é,

a constatação de que tal ideia não é verdadeira, o que então explica o fato de, sob as mesmas condições, o mesmo performativo ser *infeliz* num exemplar (2) e *feliz* noutra (4)?

Pelo seguinte argumento de (Bourdieu, 2009, p. 15) sobre legitimidade das palavras: “[...] o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras”; a resposta é que isso se explica pela atitude do enunciatário, e não necessariamente pela identidade dos enunciadores em serem “pessoas adequadas” ou não. Sendo isso verdade, o que então explica a atitude do enunciatário em não reconhecer e aceitar o pressuposto e proposição do mesmo performativo num exemplar e, sob as mesmas condições, reconhecê-lo e aceitá-lo noutra?

Assim, a considerar pelo que foi a sua sociabilidade no mundo social bissau-guineense enquanto sujeito de experiência e espectador da interação no texto do capítulo I, podemos dizer, com base nos argumentos teóricos de ordem da linguagem e da sociologia referenciados atrás, associados ao argumento do esboço da *manera bissau-guineense* como forma social no sentido simmeliano (Simmel, 2021), que a atitude do enunciatário (Bo-ri-finin) pode ser explicada no âmbito da “*competência prática*”<sup>32</sup>. Na qual, no caso da *infelicidade* do performativo – exemplar (2), o seu não reconhecimento e aceitação da sua proposição (pretensão manifesta) se devem a sua condição de desprovido de tal *competência*, dado que a ele tudo que se desenrolava entorno da interação consistia em novidade. E em relação à *felicidade* do mesmo performativo pela sua atitude no exemplar (4), que ela se deve a interpretação de julgamento prático em função do acionamento de uma disposição face a certo estado de coisas, mediante o reconhecimento do pressuposto e da proposição do performativo que, por sua vez, é precedido pela sua *competência prática*; na medida em que no conjunto dos quatro exemplares do performativo (2), (3), (4) e (6), somente o primeiro (2), na ordem de seu proferimento na interação, foi *infeliz*, e os três restantes foram *felizes*.

Em razão de seu entendimento de que as “trocas linguísticas – relações de comunicação por excelência – são também relações de poder simbólico Bourdieu (2008, p. 23-24) entende que nelas se atualizam as relações de força entre os locutores ou seus

---

<sup>32</sup> Concretizada, no terreno da intersubjetividade, como conjunto de capacidades “empíricas” e de saberes tácitos decorrentes da experiência e da compreensão do mundo social e dinâmica do seu funcionamento, das quais os sujeitos/agentes mobilizam e/ou fazem recurso no intercurso da interação.

respectivos grupos”. Ainda segundo o autor, algo assim se dá no âmbito do delineamento do caráter dessas relações de comunicação que “implicam o conhecimento e o reconhecimento” que se dá pelos “elementos ativos identificáveis nas classes e classificações” e/ou “operadores práticos” nas interações. Para ele, são nessas operações que se elabora a economia das trocas simbólicas como forma a superar a alternativa comum entre o economicismo e o culturalismo.

Nos termos deste autor,

[... ] os discursos alcançam seu valor (e seu sentido) apenas através da relação com um *mercado*, caracterizado por uma lei especial de formação particular dos preços: o valor do discurso depende da relação de forças que se estabelece concretamente entre as competências linguísticas dos locutores, entendidas ao mesmo tempo como capacidade de produção, de apropriação e apreciação ou, em outros termos, como capacidade de que dispõem os diferentes agentes envolvidos na troca para impor os critérios de apreciação mais favoráveis a seus produtos (Ibid., p. 54).

De modo que, uma ordem assim – como uma palavra – “só pode operar quando tem a seu favor ordem das coisas, pois sua realização depende de todas as relações de ordem que definem a ordem social”. E que a questão do enunciado performativo – que “comporta ‘uma pretensão manifesta de possuir este ou aquele poder’, pretensão mais ou menos reconhecida e, portanto, mais ou menos sancionada socialmente” – acaba se esclarecendo quando se enxerga aí um caso particular dos efeitos da dominação simbólica que ocorrem em qualquer troca linguística (Bourdieu, 2008, p. 59-62).

Pelas suas palavras na interlocução que antecedeu o proferimento:– “*Isso não é normal ...; não é certo. Isso é ilegal.*”, em relação à situação de interação que ocorreu no cartório, observa-se que o não reconhecimento e aceitação do pressuposto e proposição do performativo no exemplar (2) não se circunscreve somente no fato de o enunciatário se encontrar na condição de desprovido da *competência prática* devido a sua inexperiência na *maneira bissau-guineense*, pois a dinâmica da interação consistia em novidade para ele como foi dito atrás, mas também pela categorização desta de ilegal ao que seria em paralelo à maneira (o social) instituída oficialmente. De modo que se acrescenta, com base no argumento desse autor, que as *felicidades* do mesmo performativo nos demais exemplares de seu proferimento – (3), (4) e (6) – não se devem somente a posterior atitude contrária do enunciatário em reconhecer e aceitar o seu pressuposto e sua proposição, mas também pela

força simbólica do performativo que tem a seu favor ordem das coisas que lhe fazem coexistir e operar paralelamente à maneira oficial.

- Performativo *Cunsi bu lugar* (Conheça o teu lugar)

Esse performativo, igual como foi visto no capítulo anterior, pressupõe que “*alguém (o enunciatário) pertence a um lugar*”, lugar que se interpreta de social, ou seja, lugar social. No qual se observou também que as pretensões nele manifestas pelo pensamento e/ou a atitude visado ao enunciatário nos exemplares (8) e (11), nas duas vezes que foi proferido na interação em diferentes contextos conversacionais remete ao *ato de influenciar adoção de uma “atitude adequada” ou instauração de uma “conduta condizente” diante de uma situação face ao estado de coisas*. E que foi *feliz* pela realização da ação pretendida nesses dois exemplares do seu proferimento na situação de interação no *Toka-toka*; pelo qual passamos, novamente, a interpretar as atitudes dos enunciadores e dos enunciatários.

Vimos em linhas atrás que, pela realização da ação pretendida, esse performativo foi *feliz* nesse exemplar (8) de seu proferimento. Contudo, é notório o fato de isso ter ocorrido mediante a intervenção de um terceiro não visado com o proferimento, no caso, Mário, irmão do enunciatário Bo-ri-finin, na medida em que este havia apresentado resistência em reconhecer e aceitar a tese apresentada pelo passageiro de que polícias não pagam as passagens do transporte público. O que leva a concluir que a *felicidade* nesse exemplar também se deve a atitude do Mário em influenciar o enunciatário Bo-ri-finin a reconhecer e aceitar a proposição do performativo.

Assim, correlacionando este exemplar com o (11), no qual o enunciatário é o mesmo, e que também foi *feliz* pela realização da ação pretendida por efeito da atitude do enunciatário somente, pode-se dizer que a resistência apresentada que acabou por provocar a influência do irmão em fazê-lo reconhecer e aceitar a tese sobre polícias no quesito pagamento pelo transporte público, e depois o pressuposto e a proposição do performativo no (8) se deve, novamente, a questão da experiência relacionada ao conhecimento e saber sobre a dinâmica da *manera bissau-guineense*; e não por consistir o enunciador num desconhecido seu num caso (8), e em seu conhecido noutro (11).

- Performativo *Bu sibi ami i quim?* (Você sabe quem eu sou?)

Esse performativo pressupõe que seu *enunciador é um ser, ou seja, que é isso/aquilo*; ser que se define ou é conhecido no contexto de seu proferimento na situação de interação. No qual as pretensões nele manifesta pelo pensamento e/ou a atitude visado ao enunciatário

nos exemplares (9) e (10), nas duas vezes que foi proferido na interação em diferentes contextos conversacionais, remete ao *ato de advertência para a necessidade da adoção de um “comportamento condizente” ou instauração de uma “conduta adequada” diante da interação com um ser diferenciado face ao estado de coisas.*

Observamos, no capítulo anterior, que foi *infeliz* nesses dois exemplares de seu proferimento pela não realização da ação pretendida; pelo qual passamos apenas a seguir com a interpretação das trocas prático-simbólica pelas atitudes dos enunciatários, na medida em que, como dissemos atrás, as atitudes dos enunciadores pelos proferimentos dos performativos são intrínsecos aos seus pressupostos.

Apesar de as suas *infelicidades* incorrerem transgressão às regras  $\Gamma. 1.$  e  $\Gamma. 2.$  em (Austin, 1990), observa-se que se constitui necessário abordar os dois exemplares em separado, dado que os contextos do proferimento, os enunciadores e os enunciatários neles envolvidos são diferentes. Ademais, essa necessidade também se justifica pela diversidade nos porquês das suas *infelicidades*, no qual a do exemplar (9) se deve somente a não realização da ação pretendida com o proferimento, cuja responsável para isso foi um terceiro não visado, e não o enunciatário, não contemplando o reconhecimento e aceitação do *ser* reivindicado pelo enunciador; e a do exemplar (10) se deve aos dois motivos pela atitude única do enunciatário.

Igual como foi sinalizado no parágrafo anterior a esse, a *infelicidade* no exemplar (9) pela não realização da ação pretendida se deve a intervenção de um terceiro (Mário) não visado com o proferimento; no qual intervindo ao enunciatário Bo-ri-finin, seu irmãozinho, perguntou ao enunciador (magistrado) se ele sabia quem o enunciatário tinha. Pergunta que, em outras palavras, é equivalente ao “você sabe quem o enunciatário é”. À vista disso, nota-se que estamos adiante de outro exemplar do proferimento desse performativo em análise, o que por consequência, torna imprescindível a observação daquilo que foi o desfecho da interlocução, para contemplar o que foi a atitude do magistrado agora disposto enunciatário, e saber se foi *feliz* ou não. Mas, antes de avançarmos para isso, primeiro, faz-se uma sucinta exposição dos argumentos de (GOFFMAN, 2011; 2002), e (DAMATTA, 1997), referentes às suas respectivas abordagens sobre rituais de interação conversacionais nos encontros sociais, e sobre o “sabe com quem está falando?” do caso brasileiro, conceituado por “rito autoritário” de separação de posições sociais; do qual se fará recurso, pela tomada desses

autores como interlocutores para a nossa abordagem, para substanciar a nossa análise e interpretação em curso.

Ao se debruçar sobre os rituais de interação conversacionais nos encontros sociais face a face, ou mediado com outros participantes, que ocorrem no estabelecimento social definida como composta por plateia e palco, Goffman (2011, p. 13) estabelece que “as pessoas tendem a desempenhar o que às vezes é chamado de linha – quer dizer, um padrão de atos verbais e não verbais com o qual expressa sua opinião sobre situação, e através disso sua avaliação sobre os participantes, especialmente ela própria” em tais encontros. Pelos seus termos, uma representação efetiva sempre recorre a uma idealização. Deste modo, concebe o eu em duas perspectivas, a do ator e a da personagem. Sendo que, enquanto tal, o eu não é o produto do indivíduo, mas da representação que o torna capaz de ser interpretado pelos observadores através das expressões e impressões que transmite através de fachada (GOFFMAN, 2002).

Conforme esse autor, o termo fachada pode ser definido como “(...) valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma através da linha que os outros pressupõem que ela assumiu durante um contato particular”; e ela configura uma “(...) imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados – mesmo que essa imagem possa ser compartilhada, como ocorre quando uma pessoa faz uma boa demonstração de sua profissão ou religião ao fazer uma boa demonstração de si mesma (...)” (Idem, 2011, p. 13-14).

Ademais, o mesmo determina que a fachada pessoal assim como a fachada dos outros “(...) são construtos da mesma ordem; são as regras do grupo e a definição da situação que determinam quantos sentimentos devemos ter pela fachada e como esses sentimentos devem ser distribuídos pelas fachadas envolvidas (...)”; e que ela consiste em um item padronizada intencionalmente ou não, composta por duas perspectivas, a do cenário e perspectiva pessoal, na qual a primeira consiste naquilo que tende a ser fixo na representação, e a segunda como itens do equipamento expressivo identificados como sendo próprios do ator. E estando os estímulos que a formam divididos em aparência e maneira. Em sequência, estabelece que uma fachada tende a se tornar uma representação coletiva, sendo tomada enquanto fato. Assim, na interação social, é através da fachada que os atores representam seus papéis nos encontros sociais, transmitindo suas expressões e impressões à plateia através da ação dramática (GOFFMAN, 2002; 2011).

Para Damatta, o rito “sabe com quem está falando?” situa quem o usa numa posição superior em relação ao outro para quem foi ele proferido. O seu recurso quando usado num caso por “pessoa”, isto é, um “ego que pensa ser superior”, é tendente a invalidação da lei geral, impessoal, universal, por se considerar especial e, por isso, não igual aos “indivíduos” perante essa; e, usado para validar a mesma lei noutra, pela “pessoa” mais alta na proporcionalidade da “altura social”, ao encarná-la e possuir autoridade sobre os outros e o comando da situação. Nos termos do autor, diante da lei geral e impessoal, este rito autoritário “permite estabelecer a pessoa onde antes só havia um indivíduo”. E que o mesmo, isto é, o rito, não é exclusivo de uma categoria, grupo, classe ou segmento social, pois os inferiores estruturais não deixam de fazer o seu uso no que tange à projeção social em certas circunstâncias diante do indivíduo pronto para recebê-lo por ser inferior dentro do sistema (Damatta, 1997).

Retomando a análise e interpretação a partir de uma interlocução com os argumentos desses dois autores, acrescentamos, em relação a atitude do enunciador magistrado em proferir o performativo, do qual dissemos anteriormente que é intrínseco ao seu pressuposto e a sua proposição, que ela também é inerente ao seu julgamento de que o “seu *ser*” reivindicado, ou a sua fachada “superior” a do cobrador Bo-ri-finin, disposto enunciatário pelo proferimento, estava sendo ignorado por este apesar da chamada de atenção. E que a atitude do Mário, terceiro não visado com o proferimento, em intervir a favor ao enunciatário Bo-ri-finin, seu irmãozinho, é apreendida como também fundamentada pelo seu juízo de que o “*ser*” (fachada) deste estava sendo desconsiderado pelo enunciador magistrado.

Nos termos de Bourdieu (2009),

(...) a representação que os agentes se fazem de sua própria posição e da posição dos outros no espaço social (aliás, assim como a representação que dela oferecem, consciente ou inconscientemente, por suas práticas ou suas propriedades) é o produto de um sistema de esquemas de percepção e de apreciação que é ele mesmo o produto incorporado de uma condição (isto é, de uma posição determinada nas distribuições das propriedades materiais e do capital simbólico) e que se apoia não somente nos índices do julgamento coletivo, mas também nos indicadores objetivos da posição realmente ocupada nas distribuições que esse julgamento coletivo já leva em conta (Bourdieu, 2009, p. 196).

Pelo desfecho da interlocução a seguir o proferimento do enunciador Mário, observou-se que a atitude do agora enunciatário magistrado foi a de se esquivar-se da confrontação. À luz do argumento desse autor citado logo atrás, pode-se dizer que tal atitude é baseada na dupla representação que ele faz à sua fachada e às fachadas dos irmãos Bo-ri-

finin e Mário em relação às posições e status social; das quais a sua foi disposta superior e a destes inferiores. De modo que, por isso, a confrontação consistia em afronta e desrespeito à sua fachada superior, pois conhecendo a si mesma pelo que é ou era capaz, não viria aceitar desculpas do Mário e Bo-ri-finin de fachadas “inferiores” em relação à sua posição, *status* social e autoridade.

Entretanto, procedendo, novamente, pelo argumento da recursividade de esquema de interpretação de julgamento prático face ao estado de coisas, se torna possível uma outra interpretação da atitude do magistrado diferente, na medida em que o proferimento do Mário enunciador acabou também por situá-lo na posição de relativamente igual ou inferior. Pelo qual a sua atitude em se esquivar-se da confrontação poderia ter sido, por esse ângulo, pelo seu desconhecimento ao *ser* (fachada) inserido na interação por Mário pelo proferimento do performativo. E, conseqüentemente, pelo receio às possíveis conseqüências que poderia vir a sofrer caso este se sentisse desrespeitado ou ofendido com a sua atitude, e optasse por puni-lo por isso, na medida em que dispõe de conhecimento de que seu status não consiste no teto da “*altura social preciosa*”.

Quando disposto por esse ângulo, a atitude do magistrado, pode, à luz dos argumentos de Goffman (2011, p. 20), situar-se no âmbito da “preservação da fachada”; isto é, em “ações tomadas por uma pessoa para tornar o que quer que esteja fazendo consistente com a fachada”; por servir para neutralizar “‘incidentes’ – quer dizer, eventos cujas implicações simbólicas efetivas ameaçam a fachada”. Uma vez que, com o proferimento do performativo, Mário não somente reivindicou que Bo-ri-finin também era um *ser* por quem (alguém) ele tinha, como também sinalizou que este *ser* era de fachada relativamente igual ou superior àquela que o magistrado havia reivindicado para si anteriormente na condição de enunciador.

E se consistir o argumento dessa interpretação última em aquilo que teria justificado a atitude do magistrado em se esquivar da confrontação, por que razão, então, o Mário, desprovido da “*preciosa altura social*” em relação à posição e *status* social e autoridade no âmbito da distribuição do poder e do seu uso na esfera social, e em pleno conhecimento de que tal *ser* (fachada) reivindicado ao irmãozinho pelo proferimento do performativo é inexistente, teve tal atitude sabendo da possibilidade de o magistrado, que até então lhe era desconhecido, consistir no *ser* reivindicado por si, isto é, de este estar com a “fachada certa”? Considerando o fator de parentesco entre Mário e Bo-ri-finin, que são irmãos como já foi

dado a saber, observa-se que a atitude do Mário pode ser enquadrada em duas perspectivas de interpretação: pessoal e social; das quais iremo-nos logo ater-se sobre, de maneira separada, nas linhas que se seguem.

Na perspectiva pessoal, observa-se, pelas suas seguintes palavras na interlocução a seguir o proferimento: – “(...) *eu não podia ficar sem defender o meu irmãozinho (...)*”, que a sua atitude se explica pela sua relação de parentesco com o enunciatório Bo-ri-finin; pelo qual acabou por agir em sua defesa na condição de irmão, ignorando os possíveis riscos e consequências que disso poderiam advir, caso o magistrado, na condição do *ser* reivindicado – com a “fachada certa”, se sentisse ofendido com a sua atitude e resolvesse, por conseguinte, puni-lo. Ainda na perspectiva pessoal, mas também já relacionada ao social, a sua atitude pode ser enquadrada no âmbito da “projeção social” relacionado ao sentido de valência do sujeito no quadro do *ser* (fachada) que o performativo pressupõe e reivindica. Pois como foi visto, ele não goza da “*altura social preciosa*” no sentido relacionado a isso no parágrafo atrás; do qual seria equivalente dizer, nas palavras de Goffman (2011, p. 16), que ele está com a “fachada errada”, na medida em que se tem conhecimento sobre seu “valor social que não pode ser integrada, mesmo com esforço, com a linha que está sendo mantida para ela”, igual como constituiu seu o caso.

Vê-se que esse argumento se constitui válido para a nossa interpretação, posto que respondeu a nossa pergunta de certa forma. No entanto, caso déssemos por satisfeitos com isso, e, por conseguinte, optássemos por não seguir adiante para explorar demais elementos atinentes, estaríamos sendo simplista e deixar de dedicar-se em responder essa outra, ainda sobre essa ideia de “projeção social”: o porquê da “projeção social” pela fachada errada? Da qual passamos a responder, pela nossa opção em não se esquivar dela, devido a tendência de a sua resposta conferir mais substância à nossa interpretação.

Igual como foi visto atrás em (Damatta, 1997), o “sabe com quem está falando?”, do caso brasileiro, não é exclusivo de uma categoria, grupo, classe ou segmento social”; na medida em que os “inferiores estruturais” – sujeitos “inferiores” no âmbito da situação na base da pirâmide social em relação a posição e status social na distribuição do poder e seu uso na esfera social – podem e não deixam de fazer o seu uso no que tange “projeção social”. Assim, dispondo o argumento desse autor em paralelo ao nosso caso em análise, observa-se que a atitude do Mário, na perspectiva social neste quesito “projeção social”, foi efetivada, novamente, pelo julgamento prático ancorado na *competência prática*. Isto é, pelo seu

conhecimento e saber de que mesmo quando não com a “fachada certa” – isto é, por não serem portadores da *identidade-ser* pressuposta e reivindicada pelo performativo – os sujeitos/agentes da semelhante condição social que a sua, desprovidos da “*altura social preciosa*” – autoridade, *status* e poder na esfera social, podem e fazem recurso, igual como fora seu caso, a essa disposição para se projetarem socialmente; igual como se observa, novamente, pelas suas palavras na interlocução a seguir o proferimento: –“(…), *mas às vezes a pessoa nem é alguém ... (…)*”. Pois como foi referido anteriormente, ele não tinha conhecimento sobre a identidade, digamos assim pelo termo que vimos usando, fachada, do magistrado quando proferiu o performativo em defesa do irmãozinho.

Trata-se, logo, da disposição que, segundo Garfinkel (2018), em razão da sua condição de “*competente prático*” na *manera bissau-guineense*, em um sentido correlato à ideia de “metodólogo prático”, associada a ideia de “definição da situação” em (Goffman, 2002; 2011). Ou seja, pelo que o contexto da interação no *Toka-toka*, transporte coletivo do qual, quase sempre, a maioria do público utente não pertence a camada alta, poderia ter sugerido, o magistrado poderia ter feito recurso da disposição em primeiro para se projetar-se, quando também estiver com a “fachada errada”; isto é, quando não sendo “alguém”, ou ainda, quando na mesma condição que o Mário.

De modo que, para seguir com a análise e interpretação, passamos então a observar o exemplar (10) do proferimento do mesmo performativo; cuja sua *infelicidade* se deve exclusivamente a atitude do enunciatário visado com o proferimento, diferentemente do exemplar (9) que foi pela atitude de um terceiro não visado com o proferimento pela sua intervenção.

Como foi visto no texto do primeiro capítulo, o proferimento do performativo nesse exemplar em análise teve lugar no âmbito da discussão entre dois condutores, Raimundo e Bedamatcha, na sequência de envolvimento na batida de carro na via pública. No qual o Raimundo acabou por acionar o performativo pelo seu entendimento de que Bedamatcha o havia ofendido ao qualificá-lo de ignorante. Sendo o performativo *infeliz* pela não realização da ação pretendida, isto é, pelo não reconhecimento da proposição do performativo e do *ser* (fachada) reivindicado pelo enunciador Raimundo.

A atitude do Raimundo em proferir o performativo é intrínseco ao seu pressuposto, igual como vimos dizendo em relação às atitudes de todos os enunciadores nos exemplares dos performativos analisados e interpretados até então. E em acréscimo à isso, pode-se dizer,

no âmbito da ideia de “definição da situação” mencionada logo atrás, que os detalhes do contexto da interação poderiam, de certa forma, ter contribuído na sua atitude em proferir o performativo. Isto é, por ele não ser o culpado pela batida de carro, e pelo estado de conservação do carro do Bedamatcha – carro velho, que, em termos prático-simbólica, pode e influencia a qualificação do seu status e valor social; ou seja, sua fachada.

Assim, avançando com a análise e interpretação pelo mesmo método de perguntas e respostas a volta das atitudes dos enunciadores e dos enunciatários na interlocução a seguir o proferimento, passamos então a perguntar por que motivo o enunciatário Bedamatcha não reconheceu a proposição do performativo e o *ser* reivindicado pelo enunciador Raimundo, diante da possibilidade de este estar com a “fachada certa”? Pergunta da qual, para a sua resposta, passamos a contemplar novamente os argumentos de Goffman (2011) entorno da concepção de fachada, a fim de substanciar a interpretação.

Nas palavras deste autor,

Quando uma pessoa sente que está com fachada, ela tipicamente responde com sentimentos de confiança e convicção. Firme na linha que está assumindo, ela sente que pode manter a cabeça erguida e se apresentar a outros abertamente. Ela sente uma certa segurança e um certo alívio - como também pode ocorrer quando os outros sentem que ela está com a fachada errada, mas conseguem esconder essas sensações dela (Goffman, 2011, p. 16).

Procedendo com a resposta a partir desse argumento, podemos dizer que a atitude do enunciatário Bedamatcha se deve ao seu entendimento de que ele estava com a “fachada certa”, logo não se situando, por isso, na posição em que foi colocado por enunciador Raimundo com o proferimento do performativo; isto é, o de inferior, desprovido da “*preciosa altura social*”. Por isso, nota-se que ele não se limitou somente em não reconhecer a fachada reivindicado pelo enunciador, como também o dispôs na posição de inferior; pelo que poderia ter sido pelo seu juízo de que podia Raimundo não estar com a “fachada certa”, isto é, não consistir no *ser* reivindicado, o que não constitui o caso, no entanto. Ou, que ainda com a “fachada certa”, podia ele Bedamatcha, ou seja, a sua fachada, no que se poderia qualificar de “valor social desta”, superar a do Raimundo; logo, o caso de disputa entre as duas fachadas em relação ao seu valor ou força.

Pela sequência da interlocução a seguir *infelicidade* do performativo, observa-se que não obstante ele ter sido rebaixado a posição de inferior pela atitude do enunciatário Bedamatcha, o enunciador Raimundo, confiante na sua fachada, não se esquivou da

confrontação, mesmo com a possibilidade de estar errado em relação ao julgamento a fachada do opositor. E indo além, resolveu levar a disputa ao extremo em acionar o aparato de força do qual tem a sua disposição para mostrar Bedamatcha “seu lugar” que, para ele, este parecia não conhecer. O que também acabou por acontecer do lado do Bedamatcha, pela intervenção de um terceiro, Venâncio, pelo seu entendimento de que este devia se mostrar também, em relação ao que é, sua fachada associada ao que também tem a sua disposição.

Pelo desfecho da disputa que acabou sendo marcada pela entrada do Américo, pai do Raimundo, e seus companheiros da Guarda Nacional na interação, ficou o enunciador a saber, pelo que foi atitude do pai, que o enunciatário Bedamatcha não somente estava com a “fachada certa” como havia reivindicado, como também com aquela que superou a sua e a de seu pai. De modo que, em função da consideração que Américo tem por Bedamatcha, por ser este, pelas suas palavras, a pessoa que o proporcionou a fachada que tem, foi obrigado pelo pai para também proceder com o pedido de desculpas.

Pelos termos de (Goffman, 2011), o ato de pedido de desculpas ao Bedamatcha por parte do Américo e seu filho enunciador Raimundo se enquadra no âmbito do “processo corretivo”; que ocorre

[...] quando os participantes de uma ocasião ou encontro não conseguem evitar a ocorrência de um evento que é expressamente incompatível com os juízos de valor social que estão sendo mantidos, e quando o evento é do tipo que é difícil de ignorar, então os participantes provavelmente darão a ele o estatuto autorizado de um incidente – ratificando-o como uma ameaça que merece atenção oficial direta – e procederão de forma a tentar corrigir os seus efeitos. Nesse ponto, um ou mais participantes se encontram num estado estabelecido de desequilíbrio ou desgraça ritual, e deve-se fazer uma tentativa de restabelecer um estado ritual satisfatório para eles [...] (Goffman, 2011, p. 26).

O desfecho da disputa ainda registrou, em meio ao decorrer de tal “processo corretivo” a entrada de novos sujeitos/agentes na interação, paracomandos do exército, do lado de Bedamatcha, pela autoria do Venâncio. Por isso, ou seja, pelo “processo corretivo” movido por parte de pai e filho, caracterizado pelo pedido de desculpas e reparos ao constrangimento causado ao Bedamatcha, e que para surpresa de todos, acabou por mudar, por completo, o rumo da situação, o encerramento da disputa foi marcado pelo entendimento e reconciliação entre as duas partes; fazendo com que os sujeito/agentes – aparatos de forças

de ambos os lados, que entraram na interação por últimos, acabassem por não terem uma participação material.

Como ficou explícito, a situação da interação acabou por tomar um rumo inesperado devido ao fato de o enunciatário Bedamatcha não somente consistir num conhecido do Américo, pai do enunciador Raimundo, mas, principalmente, pela consideração que este tem por ele, relacionado à sua fachada. De modo que, para prosseguir com a análise e interpretação, passamos a perguntar sobre o que teria acontecido, ou seja, qual seria o desfecho da confrontação caso os aparatos de forças de ambos os lados em disputa, que entraram por últimos na interação, acabassem por ter uma participação material? E o que teria acontecido caso Bedamatcha não tivesse a fachada que tem, e tivesse o aparato de força do lado do Raimundo uma participação material? Das quais para as suas respostas, passamos a especular os seguintes argumentos no parágrafo logo a seguir.

Pela intensidade da confrontação associada às convicções nas suas respectivas fachadas, especulamos, no caso da primeira pergunta, que o desfecho poderia se suceder em um intercâmbio agressivo; isto é, numa troca de agressão recíproca que poderia incidir em espancamentos entre os sujeitos/agentes que compõem os aparatos de força de ambos os lados. Ou, nos extremos dos extremos, se suceder em perda(s) humana(s). Em relação à segunda pergunta, especulamos que o desfecho também poderia se suceder em troca de agressão na qual Bedamatcha tenderia a levar o pior devido à desproporção de força. Cujos episódios envolvendo os guardas do trânsito e os paramilitares, registrado em Bissau, em 2010, poderia consistir num exemplo. Entretanto, entende-se que ainda que esses argumentos sejam consideráveis pela tendência de serem esses os desfechos da confrontação caso ambas as partes não optassem em evitar-se do embate eminente, pelo entendimento de que ainda que uma parte, provavelmente a mais forte, saia a “ganhar”, tal vitória não seria isenta de prejuízos, ele continua ainda a consistir numa especulação, na medida em que é possível outros desfechos que não sejam exatamente semelhantes a esses.

O episódio de 2010 que se referiu logo atrás foi uma situação de interação em uma das vias públicas de Bissau, envolvendo guardas de trânsito, um cidadão bissau-guineense e, subsequentemente, grupo de paramilitares pela parte desse cidadão, devido a confrontação derivada da interação pela sua contestação e sua recusa em entregar a chave do carro a um dos guardas como foi solicitado proceder, por causa da infração que teria cometido no tráfego. No qual após o acionamento do performativo pela sua parte e, conseqüentemente,

sua *infelicidade* pelo fato de ele ter sido retirado a chave ao final da discussão e desentendimento, teve lugar o intercâmbio de agressão (espancamentos), pela entrada e participação material dos paramilitares na interação, que acabou por severamente vitimar os guardas do trânsito. Episódio esse narrado pelos músicos Masta Tito e NB na música *Fossa*, na qual extraímos o trecho com os enunciados que também contempla o nosso objeto de estudo, que já foi abordado no quesito relação de pressuposição no capítulo anterior. E que novamente se retoma para os efeitos de análise e interpretação que vimos desenvolvendo;

[...] ‘*Dá-me a chave*’

— ‘*Não vou dar*’

— ‘*Dá-me a chave*’

— ‘*Não vou dar*’

— ‘*Você sabe quem eu sou*’; *eu sou o King-Kong*

*Militares bateram os trânsitos (policiais de trânsito) até babarem [...] (Masta Tito; NB, 2010).*

Observa-se que estamos diante de um outro exemplar do performativo que estamos analisando; de modo que passamos a proceder com a análise e interpretação das trocas prático-simbólica pelas atitudes do enunciador e do enunciatário na continuidade da interlocução a seguir proferimento.

Pelo que foi descrito nas linhas atrás, se sabe qual foi o contexto da interação nesse exemplar de proferimento; logo, em permanência na nossa tese sobre atitude do enunciador em proferir o performativo, enunciamos novamente que ela é intrínseca ao seu pressuposto. Ou seja, que a atitude do enunciador é intrínseca ao que pressupõe o performativo, dado que é pelo *ser* (fachada) reivindicado que o enunciador, cidadão bissau-guineense, se recusou a entregar a chave do carro a um dos guardas – enunciatários.

Por que razão então os enunciatários, pela ação de um de seus elementos, lhe retiraram a chave não obstante o proferimento do performativo, e com a possibilidade de o enunciador estiver com a “fachada certa” em relação ao *ser* reivindicado? Para resposta, voltamos a dizer, igual como foi dito atrás no exemplar (10), que a atitude dos enunciatários em proceder com a retirada da chave do carro se deve ao entendimento de que eles estão com a “fachada certa”. Ou, novamente, que ainda que o enunciador esteja, também, com a “fachada certa”, a deles, no que se poderia outra vez qualificar de “valor social desta”, configura superior, pela condição e posição de autoridade em relação à do enunciador. O que mais uma vez nos coloca diante do caso de disputa entre as fachadas de ambas as partes no quesito escala de superioridade, valor e força de prevalência.

Igual como foi sinalizado atrás, o desfecho da disputa que se instaurou, por conseguinte, foi marcado pela entrada e participação material dos paramilitares na interação pela parte do enunciador, e sucedeu-se em uma troca de agressão, na qual os enunciatários guardas de trânsito levavam o pior. Pelo qual voltamos a perguntar porque razão os enunciatários não se resignaram da disputa antes da entrada dos paramilitares na interação, pelo entendimento da existência de uma “hierarquia paralela coexistente ao convencional” relativo ao performativo no quadro da “disposição social estabelecida” sem, no entanto, vincular-se à uma institucionalização oficial, pelo qual a fachada do enunciador, quando na veste dela, poderia se constituir superior à deles? Do lado enunciador, porque entendimento ele levou a disputa ao extremo em acionar o aparato de força do qual tem a sua disposição para haver-se na interação?

Reavendo o argumento sobre o conteúdo da *manera bissau-guineense*, e nele ancorando a nossa sustentação da resposta, a tese é de que a atitude dos enunciatários em não se resignar da disputa se deve ao entendimento de que ainda que traduzida como o “óbvio”, no sentido de afigurar-se como “realidade social factual” pelo social experienciado, tal realidade que proporciona ao enunciador a fachada de “extraordinário” não possui respaldo legal por não proceder do social instituído oficialmente; de modo que, no âmbito do ordenamento social oficial, as suas fachadas de autoridade, ou seja, a dos enunciatários, de respaldo nesse ordenamento, prevalece superior. E do lado do enunciador, adversamente, pelo seu entendimento de que estava sendo desconsiderado a sua “fachada extraordinária” e de valor social “superior” à dos enunciatários no âmbito da realidade de tal “disposição social estabelecida” referida atrás, pela sua força equivalente ao social instituído oficialmente em termos de efeitos prático-simbólica.

Quando a atitude dos enunciatários em proceder com a retirada da chave do enunciador se encontra ancorada na legalidade no quadro da lei geral e impessoal a que todos, indiscriminadamente, devem se submeter, e, logo, não configurar abuso de autoridade, como também poderia ter sido, pelo qual se tornaria possível enquadrar a atitude do enunciador em proferir o performativo como estabelecido no âmbito da salvaguarda, se constitui evidente que a proposição com o performativo também é referente ao ato de invalidação da lei que, pela sua letra, dispõe todos os cidadãos bissau-guineenses, no qual se inclui o enunciador, de iguais perante ela. Sendo isso o caso, ou seja, de a atitude dos enunciatários se estanciar na legalidade, igual como foi justificado por eles por último,

pergunta-se então por que entendimento o enunciador procedeu com o ato de invalidação da lei geral e impessoal da qual devia se submeter, na condição de igual aos outros pela sua letra? A resposta é pelo seu entendimento de que o quadro de tal igualdade não circunscreve a sua fachada de caráter “extraordinário”, de maneira que a sua atitude acaba sendo possível. E sendo isso realidade, no que consistiria tal possibilidade; ou seja, o que tornaria a invalidação da lei possível que constituiria *felicidade* do performativo? O nosso argumento é pelo que pressupõe o performativo *Bissau é assim*, na forma interpretada e/ou traduzida logo no início desse capítulo.

Como ficou patente, a atitude dos enunciatários em fazer valer a lei diante da tentativa de sua invalidação configura, em outras palavras, ato da manutenção da ordem social instituída oficialmente ou a tentativa disso; contudo, isso não foi sem consequências inscritas na troca de agressão que, por último, não foi sucedida por alguma ação ou medida corretiva, de conhecimento público, no âmbito da reparação.

Dissemos ação corretiva na medida em que, do ponto de vista da legalidade, isto é, do instituído oficialmente, a participação material dos paramilitares na interação que culminou em tal troca de agressão não tem respaldo legal. De modo que ao que pressupõe o trecho da música do Justino Delgado (2020),

“[...] Existe terra (Guiné-Bissau) onde não há respeito;  
Toda gente é ninguém e alguém na minha terra;  
A lei não é cumprida na minha terra;  
O poder se encontra em algum lugar na minha terra; [...]”

associado à ideia de representação social, nos termos de Gomes (1994), a cena da interação em análise e interpretação poderia configurar o retrato desse desfecho. No qual a atitude do enunciador em recusar entregar a chave do carro aos guardas e, conseqüentemente, proferimento do performativo e posterior acionamento do aparato de força à sua disposição em recurso, poderia ser traduzida num ato de insubordinação à lei pela explícita intenção de invalidá-la, pelo que poderia ser pelo entendimento de que, uma vez na terra onde não se tem respeito por ela e pelos seus oficiais encarregados – autoridades, de onde “toda gente é ninguém e alguém” e de ser o poder circunstancial em relação ao seu exercício, tal lei (ordem), se constitui inoperante e seus oficiais se reduzem a ninguém (desqualificado).

À vista disso, por conseguinte, o que pressupõe o trecho da música do MC Mário (2018),

“[...] Aqui é terra da desordem, (Bissau, Guiné-Bissau);  
Se dá mal quando tentar meter a ordem;  
A vida acaba custando-lhe cara como às roupas do BODEM se tentar

*ser super-homem; [...]”*,

poderia, também, consistir noutra faceta da representação da cena da interação. De modo que a atitude dos enunciatários guardas de trânsito em fazer valer a lei, ou seja, manutenção da ordem social instituída oficialmente, seria pelo seu não reconhecimento de que se encontravam-se na “terra da desordem”, de onde não se dá bem quando tentar isso, consistindo a troca de agressão sucedida que acabou por vitimá-los severamente, por isso, na consequência do ato de tentarem serem super-homens, isto é, tentar meter a ordem.

Portanto, observa-se que tal não ação de reparação revela, por sua vez, a força da equivalência, isto é, quando não se pode falar em proeminência, e efetividade da realidade da disposição que permeia “hierarquia paralela e coexistente ao convencional” em relação à ordem oficial referida em linhas atrás, por ter a seu favor ordem das coisas que lhe faz coexistir e operar paralelamente à maneira oficial. Sendo que, por isso, se constitui possível esta interpretação da atitude do enunciador em se recusar entregar a chave aos enunciatários diferente da que foi feita atrás; na qual a sua atitude em proferir o performativo configura ato de advertência para insubordinação dos enunciatários e desconsideração à sua “fachada extraordinária”, a retirada da sua chave – infração dos enunciatários, pois ainda que legal no âmbito do social instituído oficialmente, tal ordenamento se encontrava com capacidade de efeito suspensa circunstancialmente e, por conseguinte, a troca de agressão – punição de tal infração. Igualmente, uma interpretação da atitude dos enunciatários em proceder com a retirada da chave do carro não obstante o proferimento do performativo diferente; na qual poderia ter sido por sua inexperiência na *manera bissau-guineense* e, logo, devido à condição de desprovidos da *competência prática*.

- Performativo *Cabra nundê k'i maradu lá k'i ta cumê* (a/o Cabra/Bode se alimenta no local onde amarrada/o)

Esse performativo pressupõe *existência da Cabra/Bode amarrada/o*; e configura evocação – exemplar (1); consentimento – (5) e advertência – (7), das três vezes que foi proferido na interação em diferentes contextos conversacionais. E foi *feliz* nestes três exemplares nessas situações de interação: no momento da realização da prova na sala da aula envolvendo professora e seus alunos, no trabalho na obra envolvendo mestre pedreiro e seu ajudante, e na oficina envolvendo mestre mecânico e seu ajudante aprendiz, devido realizações das ações pretendidas que se caracterizam pelo reconhecimento e aceitação das

suas proposições por parte dos enunciatários. E, logo, nenhuma transgressão às seis regras das condições necessárias para a *felicidade* dos performativos em Austin (1990).

Entretanto, antes de prosseguirmos com a nossa análise e interpretação em explicar as atitudes dos enunciatários nas *felicidades* do performativo nesses três exemplares de seu proferimento, faz-se necessário, ao nosso ver, precisar o figurado da palavra ou termo “Cabra/Bode” presente na sentença do performativo, na medida em que a nossa abordagem é referente aos sujeitos/agentes humanos nas suas interações e não aos animais.

Pelos seus termos sobre os vários significados das palavras, Cançado (2008, p. 57) indica que, “geralmente, é mais fácil definir uma palavra se esta é dada no contexto de uma sentença”; devido que os “efeitos contextuais podem direcionar” os seus significados para diferentes caminhos. De modo que, a considerar pelos efeitos contextuais de seus proferimentos nas situações de interação, a palavra ou termo “Cabra/Bode” no performativo se refere, figurativamente, aos sujeitos/agentes humanos, isto é, enunciador(es) e/ou enunciatário(s), e não ao animal cujo nome foi atribuído por ela. Ou seja, que o termo é relativo, no contexto da interação, ao significado da palavra no âmbito do signo linguístico, à fachada dos enunciatários num sentido figurado; isto é, sentido enquanto “resultado da significação mais as informações do contexto ou da situação de comunicação” (FIORIN, 2018), e não ao animal cabra propriamente dita em carne e osso. De forma que, posto isso, pergunta-se porque razão os enunciatários, nos três exemplares, promoveram a *felicidade* do performativo pelos reconhecimentos e aceitações das pretensões neles manifestas com os proferimentos?

O nosso argumento interpretativo de resposta à pergunta se encontra, novamente, assenta no plano do esquema de interpretação de julgamento prático e na ideia da *competência prática*; pela qual reiteramos que a *felicidade* do performativo pelas atitudes dos enunciatários se deram, em todos os três exemplares, em consequência de suas qualidades de “competentes práticos”, isto é, de providos do conhecimento e saber, logrado pela experiência social enquanto sujeitos de experiência, do mundo social bissau-guineense e dinâmica de seu funcionamento.

No caso do exemplar (5), pode-se dizer, pelo contexto do proferimento e pela interlocução que o antecede, que o termo “Cabra/Bode” é referente à fachada do enunciatário na medida em que o performativo configura *consentimento* do enunciador para com o ato a ser realizado por ele logo a seguir, ao que seria, no âmbito da ideia de “designar é constituir

significação como uma apreensão do real, que significa na linguagem na medida em que o dizer identifica este real para sujeitos”, em Guimarães (2005, p. 91) ocorre em função da sua condição de sujeito/agente com a fachada de cabra à luz da situação em que se encontra – a de trabalhar sem receber. O mesmo também pode ser dito em relação ao exemplar (1), dado que o performativo configura *advertência* da enunciativa aos enunciatários para a instauração de uma conduta consequente à luz da situação. Entretanto, constata-se que o termo também pode ser referente à fachada do enunciador no caso do exemplar (5), na medida em que a fachada dos dois se constituem idênticas pela condição de ambos faces a situação de trabalhar sem receber em que se encontram no contexto do proferimento; pelo qual o enunciador acabou também por se beneficiar do ato do enunciatário decorrido na sequência do proferimento. O mesmo também pode ser dito ao exemplar (1) ainda que a condição da enunciativa não seja idêntica à dos enunciatários no contexto do proferimento, dado que poderia também ter sido pela sua condição face à situação de trabalhar sem receber que a enunciativa proferiu o performativo e, conseqüentemente, ter se beneficiado também do ato dos enunciatários que teve lugar seguir o proferimento.

De maneira distinta, observa-se que o termo “Cabra/Bode” não é referente à fachada do enunciatário e nem a do enunciador no exemplar (7), mas sim, à fachada de um terceiro (futuro cobrador) disposto na sentença do proferimento pelo enunciador; não obstante consistir enunciatário no visado com o performativo que configura *advertência* em relação ao posterior ato de escolha a ser realizado por ele. *Advertência* a qual se repara que foi feita pelo enunciador ao enunciatário em função daquilo que seria a condição do cobrador a ser escolhido logo por ele face a situação deste não dispor de salário, assim como os pares dessa categoria. Condição pela qual, por consequência disso, o futuro cobrador poderia, quando no exercício da função, vir a praticar ‘*Cabra nundê ki maradu la k’i ta cumê*’ (*cabra/bode se alimentar no local onde amarrada/o*).

Nas palavras de (Guimarães, 2005), o que uma expressão designa

(...) não é assim nem um modo de apresentação do objeto, nem uma significação reduzida a um valor no interior de um sistema simbólico. Designar é constituir significação como uma apreensão do real, que significa na linguagem na medida em que o dizer identifica este real para sujeitos (Guimarães, 2005, p. 91).

A partir disto, pode-se dizer que os performativos (enunciados/práticas), seus pressupostos, assim como os pressupostos dos trechos de músicas constituem, de maneira geral, uma representação da organização social da experiência. Representação essa que no

seu traço retrata o mundo social bissau-guineense na dinâmica do seu funcionamento e da performance interacional entre os sujeitos/agentes em relação ao se proceder-se no seu quadro.

Igual como foi dito na parte inicial desse estudo, a *manera bissau-guineense* não foi substancializada nessa pesquisa como uma diferença de tipo, em comparação às outras realidades, mas como traço da particularidade que caracteriza essa realidade em uma dimensão histórica e socioespacial – realidade bissau-guineense; porém, dispondo de traço que tende a apresentar similitude com de outras paragens do mundo, ao exemplo do Brasil, na qual se tem o caso do ritual autoritário da “sabe com quem está falando?” (Damatta, 1997).

Assim, pelas trocas prático-simbólicas pelas atitudes dos enunciadores e enunciatários pelos proferimentos dos performativos na interação analisadas e interpretadas até aqui, nas quais se pode observar a coexistência de pares antitéticos aos exemplos do legal e ilegal, da ordem e a desordem, e do lícito e o ilícito como faces de uma moeda, à semelhança do caso brasileiro, tal como aparece em Candido (1970), pode-se dizer que a *manera bissau-guineense*, de caráter socialmente experienciada e sem vincular-se à uma institucionalização oficial, se constitui equivalente ao social (ordem) instituído oficial não somente pela coexistência paralela e efeito concreto e material, mas também pela sua capacidade de colocá-lo em suspenso circunstancialmente.

Como foi visto atrás, o mundo social é algo que os agentes sociais constroem individual e, sobretudo, coletivamente, seja na cooperação e no conflito. Sendo que esta construção não se dá no vazio social, isto é, não deixa de ter algo razoável (Bourdieu, 1996). E que pela interdependência sociofuncionais das pessoas, surge uma ordem *sui generis* que se constitui mais forte do que a vontade e a razão das pessoas isoladas que a compõem. Entretanto, que por não ser racional e, muito menos irracional, dado que não é criado intencionalmente e, também não é incompreensível, essa ordem é posta em movimento cegamente e mantida em movimento pela dinâmica autônoma de uma rede de relacionamentos, por mudanças específicas na maneira como as pessoas se vêm obrigadas a conviver (Elias, 1993).

A partir desses argumentos, pode-se dizer, pelo seu estatuto de equivalente a ordem social oficial, que a *manera bissau-guineense* enquanto produto de mundo social, isto é, quando não configura ela mesma esse mundo social cuja *felicidades e infelicidades* dos

performativos se traduz na cooperação e conflito na sua construção e aceitação, configura essa ordem, que não foi criada intencionalmente, proveniente da interdependência sociofuncionais que “se constitui mais forte do que a vontade e a razão das pessoas isoladas que a compõem” pela ordem de coisas que tem a seu favor. De modo que as *felicidades* dos performativos, nas quais se destaca aquelas pela atitude do enunciário Bo-ri-finin, devido a mudança na qual se viu obrigado a conviver pela sua recusa inicial em reconhecê-lo e aceitá-lo, poderia se traduzir na sua manutenção. Sendo que, por sua vez, essa sua manutenção por tal obrigação denota os efeitos de dominação simbólica (BOURDIEU, 2009), por parte dos sujeitos/agentes que se encontram bem situados na distribuição do poder e do seu uso na esfera social e, conseqüentemente, luta simbólica por parte daqueles outros que se encontravam na posição adversa.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa dissertação, estabelecemos como o nosso objeto de estudo os enunciados/práticas concretizados com o emprego da *manera bissau-guineense*, dos quais apresentamos *Bissau i assim* (Bissau é assim), *Bu sibi ami i quim?* (Você sabe quem eu sou?), *Cunsi bu lugar* (Conheça o teu lugar) e *Cabra nundê k'i maradu lá k'i ta cumê* (a/o Cabra/Bode se alimenta no local onde amarrada/o), ambas na grafia da língua *kriol* da Guiné-Bissau; e enunciados nos trechos de músicas do MC Mário, Justino Delgado, e Masta Tito; NB.

Esboçamos a *manera bissau-guineense* como forma social no sentido simmeliano enquanto uma organização social da experiência inerente a uma figuração a só tempo representacional e sociodiscursiva. Recortamos Bissau – capital da Guiné-Bissau, país situado na costa oeste da África, como nosso espaço de pesquisa. E o período entre a concretização do Estado deste país na década de 1970 e à contemporaneidade como nosso recorte temporal.

Estabelecemos como o nosso objetivo geral com a pesquisa, que é de caráter qualitativa, uma interpretação sociológica, mas fazendo recurso a uma análise qualitativa de conteúdo, na qual se priorizara os planos da semântica e da hermenêutica, os empregos de *manera bissau-guineense* nas trocas prático-simbólicas. Para isso, dispendo-se também a atentar às representações que circulam nos discursos em diferentes contextos intersubjetivos em situações interacionais. Na pesquisa, o manejo da sua empiria foi feito pela análise qualitativa de conteúdo; e o tratamento analítico e interpretativo do seu objeto consistiu na análise sociológica pela sua articulação com as abordagens dimensionais da linguagem.

Mediante esses objetivos e percurso metodológico que foi definido, o texto do primeiro capítulo, por conseguinte, consistiu no delineamento (descrição) das situações empíricas que foram priorizadas, no que tange aos rituais de conversação observados e analisados. O segundo capítulo compreendeu uma abordagem descritiva e conceitual dos enunciados/práticas na *manera bissau-guineense* mediante a retomada do que já foi descrito na parte introdutória, em antecipação, e sua articulação com a teorização de abordagens dimensionais da linguagem. Abordagem pela qual analisamos e interpretamos os enunciados/práticas como performativos e, conseqüentemente, os conteúdos neles pressupostos e nos enunciados nos trechos de músicas, e as *felicidades* e *infelicidades* dos performativos. Por fim, o terceiro e último capítulo, referente a análise qualitativa dos

conteúdos pressupostos nos performativos e nos enunciados nos trechos de músicas. Pelo que se inferiu as pretensões manifestas e o que representam os enunciados/práticas – performativos na interação, mediante análise e interpretação das trocas prático-simbólicas nas suas *felicidades* e *infelicidades* pelas atitudes dos sujeitos/agentes (enunciadores e enunciatários).

Pela interpretação da trocas prático-simbólicas feitas, constatou-se a realidade da coexistência da ordem oficial instituída com a da suspensão circunstancial do estatuto de igualdade entre os bissau-guineenses perante a lei, da suspensão da própria lei e autoridade dos sujeitos/agentes designados pela ordem oficial; a realidade da existência e coexistência dos sujeitos/agentes extraordinários; da coexistência de pares antitéticos legal e ilegal, ordem e desordem, lícito e ilícito como faces de uma moeda; e do recurso ao aparato de força e, conseqüentemente, seu uso na interação.

Igualmente, constatou-se que as representações que circulam em tais trocas não se distancia daquilo que pressupõe o nosso argumento provisório de resposta à pergunta de pesquisa; no qual argumentamos que elas consistem em expressão das disposições – esquema de interpretação de julgamento prático. Disposições nas quais os bissau-guineenses, enquanto totalizações empíricas, tendem a se “reconhecerem e se orientarem nas interações”, pelo seu acionamento nos planos da percepção e da reflexividade.

Observamos que tal tendência de reconhecimento e orientação se dá pela realidade da sua coexistência paralela com a ordem social instituída oficialmente, e pela crença na sua legitimidade. Entretanto, ao considerarmos a realidade de relações de forças que perpassa ela, e o uso desta como recurso para fazê-lo prevalecer quando frustrada a expectativa de reconhecimento, se constitui evidente que tal tendência não se move a partir de um requintado entendimento intersubjetivo social no qual todos se reveem. De modo que, algo assim significa dizer que ela não é isenta de relações desiguais de poder simbólico, de efeitos concreto e material, entre os bissau-guineenses; e contempla os traços da dominação simbólica, do qual o exemplar caso de disputa do valor de fachadas entre os sujeitos/agentes no quesito escala de superioridade e força de prevalência, e o episódio de intercâmbio de agressões consistem na representação desse quadro.

A ordem de coisas que lhe faz coexistir e operar paralelamente à maneira oficial sem, no entanto, vincular-se à uma institucionalização oficial tende a não favorecer a todos na mesma proporção, na medida em que relações desiguais de poder pressupõe realidade de

privilegiados e desfavorecidos; e a de dominação, seja ela simbólica ou não, pressupor existência de dominantes e dominados. De modo que, não obstante a realidade inscrita na pressuposição (...) *toda gente é ninguém e alguém na minha terra* (...), pela qual poderia um desfavorecido se tornar num privilegiado, e esse último reduzido a um desfavorecido, permanece o fato de essa possibilidade não ofuscar as assimetrias e circunscrições constitutivas de uma relação desigual de poder. Algo assim implica dizer que se aqueles que são, isto é, “*os alguns*” (extraordinários), podem ser reduzidos aos “*ninguins*” (ordinários), esses últimos tendem, portanto, a conhecer e experienciar, em proporções díspares, os efeitos concretos e materiais dessa relação desigual.

Igualmente, dizer, em relação ao performativo ‘*Cabra nundê ki maradu la k’i ta cumê*’ (*cabra/bode se alimentar no local onde amarrada/o*), que todas as “*Cabras/Bodes*” não são iguais em termos de suas fachadas. Que elas não se encontram todas amarradas no mesmo local, e que não são se encontram elas todas nas mesmas condições. E aos performativos *Cunsi bu lugar* (Conheça o teu lugar) e *Bu sibi ami quim?* (*Você sabe quem eu sou?*), dizer que todos não possuem o mesmo *status* social, e, pela existência de *ser* extraordinário pressuposta, de que todos não estão em pé de igualdade. De modo que relacionada a realidade de coexistência entre os pares antitéticos mencionado atrás, pressupõe-se que há “*Cabras/Bodes*” (sujeito/agentes) em situação de vantagem em relação às outras, pela desproporcionalidade na disposição e de acesso aos meios de subsistência nos locais onde se encontram amarradas/os. E que há desfavorecidos na circunstancial suspensão da lei que dispõe todos de iguais perante ela.

Assim, observa-se, no quadro de tudo isso, ou seja, de toda essa propriedade da *manera bissau-guineense*, que a interação social envolvendo ela é perpassada por uma luta simbólica que pode ser representada nas *felicidades* e *infelicidades* dos performativos. Luta na qual aqueles que tendem a não a reconhecer por não se reverem nas suas propriedades encontram-se num lado, e aqueles que tendem a reconhecê-la e orientar-se na interação em função dela situam-se noutro. De modo que isso implica dizer que as trocas prático-simbólicas são perpassadas também por uma economia; logo, uma economia de trocas prático-simbólicas, que se caracteriza pelo gerenciamento das possibilidades que a ordem das coisas enseja e seu recurso no plano da *competência prática*. Isto é, na medida em que a organização social da experiência não é fechada e coesa a partir de si. Portanto, enuncia-se, em adjunção ao argumento de resposta à pergunta de pesquisa, que as expressões das

disposições – esquema de interpretação de julgamento prático são perpassadas por relação desigual de poder, de lutas simbólicas e de uma economia. Logo, contemplando, por isso, uma economia de trocas prático-simbólicas.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUGEL, Moema Parente. **O desafio do Escombros**: nação, identidade e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond Ltda, 2007.
- AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**: palavras e ação. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 1979.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, Georg (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas linguísticas**: O que Falar Quer Dizer. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Trad. Mariza Corrêa – Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Senso Prático**. São Paulo: Vozes, 2009.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão do sociólogo**: preliminares epistemológicas. Trad. João de Freitas Teixeira. – Petrópolis, RJ: Vozes 1999.
- CADÉNIO, Marcos Cá. Expressão e intervenção artística no espaço público urbano: o visível e o dizível nos murais do grupo artístico – galeria jovem na cidade de Bissau. Proposta de artigo para avaliação final, apresentado como requisito parcial para a aprovação na disciplina – Sociologia da Cultura, do Curso de Mestrado em Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade de Brasília, semestre: 2023.1.
- CANÇADO, Márcia. **Manual de semântica**: noções básicas e exercícios. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.
- CANDIDO, Antonio. "Dialética da Malandragem (caracterização das Memórias de um sargento de milícias)" in: Revista do Instituto de estudos brasileiros, nº 8, São Paulo, USP, 1970, pp. 67-89.
- CANO, Ignácio. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre: ano 14, no 31, set./dez. 2012, p. 94-119.
- CARDOSO, Carlos. A ideologia e a prática da colonização na Guiné e o seu impacto na estrutura social, 1926-1973. **SORONDA**, Revista dos estudos guineenses – INEP, nº 14, Bissau, jul. 1992.
- \_\_\_\_\_. A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil. **SORONDA**, Revista de estudos guineenses – INEP nº 17, Bissau, jan. 1994.

\_\_\_\_\_. Formação e recomposição da elite política e moderna na Guiné-Bissau: Continuidades e Rupturas (1910-1999), 2004.

DAMATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6º Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DELGADO, Justino. *Considju nacional*. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=O\\_mQ4afto3Q](https://www.youtube.com/watch?v=O_mQ4afto3Q). Acesso em: 18 ago. 2023.

DUARTE, Aquino António. Guiné-Bissau: vinte anos de contradição entre o pensamento e a ação. In: CARDOSO, Carlos; AUGEL, Johannes. (Orgs.). Guiné-Bissau-Vinte Anos de Independência, Desenvolvimento e Democracia-Balanço e Perspectivas. **Actas do colóquio internacional realizado em Bissau**, v. 23, 1993.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: formação de estado e civilização** Vol. 2: formação do estado e civilização. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

\_\_\_\_\_. **Sobre o tempo**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. 1ª ed., 4ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018.

GARFINKEL, Harold. **Estudos de etnometodologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

GIL, António Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Trad. Maria Célia Santos Raposo. 10ª ed. – Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face**. Trad. Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva, Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Orgs.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo negro edições, 2005.

KOUDAWO, Fafali. A independência começa pela escola: educação do PAIGC versus educação colonial. In: CARDOSO, Carlos; AUGEL, Johannes. (Orgs.). Guiné-Bissau-Vinte Anos de Independência, Desenvolvimento e Democracia-Balanço e Perspectivas. **Actas do colóquio internacional realizado em Bissau**, v. 23, 1993.

KOUDAWO, Fafali. Cabo Verde e Guiné-Bissau: da democracia revolucionária à democracia liberal. **SORONDA**, Coleção Kacu Martel, Série Ciências Sociais, nº 14, INEP, Bissau, 2001.

- LAKATOS, Eva Maria.; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2003.
- LEPRI, Jean Pierre. Contribuição para a análise sociológica da Guiné-Bissau atual. **SORONDA**, Revista de estudos guineenses – INEP, Bissau, jan. 1986.
- LOPES, Carlos. O Kaabu e os seus vizinhos: Uma Leitura Espacial e Histórica Explicativa de Conflitos. **Afro-Asia**, 2005, pp. 9-28.
- LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance**. Trad. José Marcos Mariane de Macedo. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000.
- MÁRIO, Mc. **Li ki Li**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LaSh3mgbnfc>. Acesso em: 18 ago. 2023.
- MARCONDES, Danilo. **Filosofia, linguagem e comunicação**. 2. Ed. rev. e ampl. -São Paulo: Cortez, 1992.
- MENDY, Peter Karibe. A conquista militar da Guiné: da resistência à “pacificação” do arquipélago dos Bijagós, 1917-1936. **SORONDA**, Revista de estudos guineenses - INEP, nº 13, Bissau, jan. 1992.
- MENDY, Peter Karibe. **Colonialismo Português em África: a Transição de Resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)**. Lisboa: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa. 1994
- MILHEIRO, Ana Vaz; DIAS, Eduardo Costa. Arquitectura em Bissau e os Gabinetes de Urbanização colonial (1944-1974). arq. urb, n. 2, p. 80-114, 2010.
- MUDIMBE, V. Y. **A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Trad. Ana Medeiros. Mangualde, Portugal: Edição: Pedagogo, Lda. 2013.
- OTTONI, Paulo. John Langshaw Austin e a visão performativa da linguagem. D.E.L.T.A., 18:1, 2002, pp. 117143.
- PETTER, Margarida. Linguagem, língua, linguística. In: FIORIN, José Luiz (Orgs.). **Introdução à linguística: volumes I e II**. São Paulo: Contexto, 2003.
- RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo, Atlas, 1985.
- SIMMEL, Georg. **Sociologia: estudos sobre as formas de sociação**. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2021.
- TITO, Masta; NB. **Fossa**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zlglxtv-6A>. Acesso em: 18 ago. 2023.